



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MABILE CAETANO CAZELA**

**PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:  
UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE CARLOS NELSON COUTINHO**

**TOLEDO-PR  
2016**

**MABILE CAETANO CAZELA**

**PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:  
UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE CARLOS NELSON COUTINHO**

**Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.**

**Orientadora: Dra. Esther Luiza de Souza Lemos**

**TOLEDO-PR  
2016**

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE

Cazela, Mabile Caetano

C386p Princípios éticos fundamentais do Serviço Social brasileiro: um estudo sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho. / Mabile Caetano Cazela. – Toledo, 2016.

150 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Esther Luiza de Souza Lemos.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, 2016.

1. Serviço Social - Brasil. 2. Ética profissional. I. Lemos, Esther Luiza de Souza. II. Título.

CDD 20. ed. – 361.0981

**MABILE CAETANO CAZELA**

**PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE CARLOS NELSON COUTINHO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

**Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

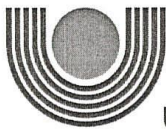
---

Profa. Dra. Ivete Simionatto  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

---

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

**Toledo, 04 de agosto de 2016.**



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CCSA  
Campus de Toledo  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social -Mestrado/PPGSS  
Rua da Faculdade, 645 - Jd. Santa Maria - Fone: (45) 3379-7130 - CEP 85903-000 Toledo – PR  
E-mail: toledo.mestradoservicosocial@unioeste.br



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**Ata da Banca de Defesa** do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social – Nível Mestrado/PPGSS, Área de Concentração: Serviço Social, Política Social e Direitos Humanos. Linha de Pesquisa: Fundamentos do serviço social e do trabalho do assistente social.

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às nove horas, em sessão pública, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Unioeste – *Campus* de Toledo, perante a Banca Examinadora composta pelos professores: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Esther Luíza de Souza Lemos (Orientadora/UNIOESTE) Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Geusina da Silva (UNILA) e Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista (UNIOESTE), presidida pelo primeiro, compareceu a mestranda **MABILE CAETANO CAZELA** para realizar Banca de Defesa de Dissertação, com o trabalho intitulado: **“Princípios éticos fundamentais do Serviço Social brasileiro: um estudo sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho”**. Feitas as arguições e tendo a candidata respondido às questões que lhe foram formuladas, a banca examinadora considerou-a APROVADA, fazendo jus ao título de **Mestre em Serviço Social** e fez as seguintes orientações:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata, lavrada e assinada por mim, Esther Luíza de Souza Lemos, Presidente da Banca, pelos demais membros e pela mestranda.

Toledo, 04 de agosto de 2016.

Esther Luíza de Souza Lemos

Presidente

*Esther Luíza de Souza Lemos*

Maria Geusina da Silva

Membro

*Maria Geusina da Silva*

Alfredo Aparecido Batista

Membro

*Alfredo Aparecido Batista*

Mabile Caetano Cazela

Mestrando

*Mabile C. Cazela*

impresso na UNIOESTE - mami.rossier

*Dedico este trabalho*

*A Esther Lemos, mestre e amiga;*

*Às novas gerações de assistentes sociais no sentido da compreensão histórica e defesa do projeto ético-político profissional, para, contra a corrente, trabalhar por direitos porquanto se resiste na luta por um novo projeto societário.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primordialmente, à minha família, amor da minha vida: Maria Sueli, Luiz Roberto e meu querido irmão, Bruno. Com eles tenho força para tudo!

Agradeço à minha querida orientadora, mestre e amiga, Esther Lemos. Mulher, assistente social, professora, militante. Inspiração profissional com sua delicadeza e humanidade no trato com as coisas e com as pessoas. Agradeço muitíssimo pelo esforço e investimento neste processo de realização do mestrado e seu excessivo compromisso com a pesquisa, sempre perto, mesmo quando à distância.

Aos sujeitos da pesquisa: Andréa Teixeira; Beatriz A. Paiva; José Paulo Netto; Maria Lúcia Barroco; Marlise Vinagre. Sem estas pessoas, sujeitos protagonistas na história do Serviço Social, esta dissertação não teria o sentido, o significado e o resultado ora apresentados.

Aos membros da banca: professor Dr. Alfredo Batista, professora Dra. Ivete Simionatto, professora Dra. Maria Geusina Silva e professora Dra. Vera Lucia Martins. Meus sinceros agradecimentos à disposição e à contribuição intelectual de cada um(a) neste processo.

À segunda turma do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS, em nível de mestrado da Unioeste, *campus* Toledo-PR.

Ao coletivo de professoras e professores do PPGSS, em especial à coordenação do Programa, bem como à secretária e amiga, Débora Saling.

À equipe do Programa Patronato de Toledo-PR, com quem estive nos primeiros passos de realização do mestrado.

Agradeço à possibilidade da concessão da bolsa de pesquisa, pela CAPES, possibilidade e direito acessados e que, dia-a-dia lutamos por sua permanência e ampliação, no sentido da garantia da qualidade do processo de realização do mestrado.

À oportunidade de compor à representação discente da pós-graduação da ABEPSS, agradecendo especialmente à equipe da Região Sul I, estendendo a todas e todos os discentes da graduação e pós-graduação de todas as regiões do país, bem como à executiva nacional.

À turma de graduação de 2013 e à docente Ane Bárbara Voidelo pela realização do estágio em docência na disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II. As contribuições e construções tecidas no espaço da sala de aula foram, certamente, essenciais para a completude do processo de realização/formação do mestrado em Serviço Social. Agradecidíssima!

Às minhas amigas e amigos com quem pude trocar e debater ideias conceituais e sobre a vida, na travessia do processo de realização da pesquisa. Correndo o risco de esquecer de algumas e alguns, agradeço a: Aislan Bertolucci, Ana Cláudia, Andressa Elisa, Bárbara Anzolin, Carla Radke, Cíntia Fiorotti, Elton Moura, Eric Cardin, Franciele Souza, Giovane Lozano, Pamela Pecegueiro.

À professora e amiga, Maria Isabel Formoso e ao professor e amigo, Claudinei Batista. Nossos diálogos sempre enriqueceram minha reflexão no âmbito não só do objeto de pesquisa, mas à vida acadêmica e pessoal como um todo. Gratidão!

Camaradas do Rio de Janeiro, pela acolhida em minha passagem na cidade e na UFRJ, especialmente a Elaine Martins Moreira, Juanita e Neyla pela hospedagem solidária; a Victor Neves pelo diálogo sobre o objeto de pesquisa bem como por sua receptividade juntamente com Anna; a Rian Rodrigues, essencial para o contato com professor José Paulo Netto. Muita gratidão!

Às minhas famílias de coração, que me acolheram e me acolhem a qualquer tempo, com muito carinho e amor: Douglas e Magda Stapf; Amanda e Bruno Fagundes; Iara, Thomás e Matheus de Sousa.

Aos amigos do Mundo das Cópias, pela irmandade, companheirismo, humanidade e suavidade: Fran, Junior, Micheli e Rafael. Para além dos xerox, impressões e cópias em geral, as conversas no balcão se configuraram em aprendizado para a vida. Valeu!

À equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS II de Foz do Iguaçu-PR, pelo carinho, compreensão e apoio no período de conclusão deste mestrado.



CAZELA, Mabile Caetano. **Princípios éticos fundamentais do Serviço Social brasileiro: um estudo sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho.** 2016. 150p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR. 2016.

## RESUMO

O tema central da presente pesquisa é o Serviço Social como profissão, devendo envolver um debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos que dão origem aos princípios éticos do Código de Ética e ao Projeto Ético-Político Profissional. Para tanto, de forma delimitada, o problema da pesquisa expressa-se pela seguinte questão: qual a influência da tradição marxista através da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho na construção dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993? Os objetivos da presente investigação a partir do problema colocado foram: contextualizar historicamente as condições objetivas para a emergência da concepção de projeto ético-político no Serviço Social brasileiro e do processo de reformulação do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993; recuperar a obra de Carlos Nelson Coutinho e sua relação com o Serviço Social brasileiro; apreender os fundamentos teórico-metodológicos dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993, identificando os elementos (conceitos ou categorias) que evidenciam a influências de seu pensamento. Baseada na pesquisa exploratória, através da pesquisa bibliográfica e de campo, foram entrevistados cinco Assistentes Sociais que compuseram a ‘Comissão Técnica Nacional de Reformulação do Código de Ética Profissional’, as entrevistas basearam-se em um roteiro comum. Essas foram gravadas, posteriormente transcritas e analisadas. O presente trabalho apresenta os nexos explicativos desenvolvidos a partir do presente objeto de estudo. Vinculada à linha de pesquisa Fundamentos do Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE, contou-se com o apoio da CAPES, através de bolsa de estudo, favorecendo as condições objetivas de realização desta presente pesquisa. Finalmente, o presente trabalho contribui qualitativamente no adensamento do conhecimento no campo dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social no Brasil.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Princípios Éticos; Tradição Marxista; Carlos Nelson Coutinho.

CAZELA, Mabile Caetano. **Fundamental ethical principles of the Brazilian Social Service**: a study on the influence of Carlos Nelson Coutinho. 2016. 150p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR. 2016.

### ABSTRACT

The central theme of this research is social work as a profession, should involve a discussion of the theoretical and methodological foundations that gave rise to the ethical principles of the Code of Ethics and Professional Ethical-Political Project. Therefore, delimited form, the research problem is expressed by the following question: what is the influence of the Marxist tradition through intellectual production of Carlos Nelson Coutinho in the construction of the ethical principles set out in the Code of Professional Ethics (a) Social Worker 1993? The objectives of this research from the problem posed were: historically contextualize the objective conditions for the emergence of the concept of ethical-political project in the Brazilian Social Service and the reformulation process of the Professional Code of Ethics (a) Social Worker 1993; recover the work of Carlos Nelson Coutinho and its relationship with the Brazilian Social Service; grasp the theoretical and methodological foundations of the ethical principles set out in the Code of Professional Ethics (a) Social Worker 1993, identifying the elements (concepts or categories) that show the influences of his thinking. Based on exploratory research through literature and field research were interviewed five social workers who formed the 'National Technical Commission for Revision of the Code of Professional Ethics', the interviews were based on a common roadmap. These were recorded, transcribed and analyzed. This paper presents the explanatory links developed from this study object. Linked to the line of research Fundamentals of Social Services, the Graduate Program in Social UNIOESTE Service, counted on the support of CAPES, through scholarships, favoring the objective conditions of realization of this present study. Finally, this paper qualitatively contributes to consolidation of knowledge in the field of Historical Foundations and Theoretical and Methodological of Social Work in Brazil.

**Keywords:** Social Work; Ethical Principles; Tradition Marxist; Carlos Nelson Coutinho.

## LISTA DE SIGLAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social  
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais  
APAS – Associação de Profissionais Assistentes Sociais  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior  
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CENEAS – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais  
CNC – Carlos Nelson Coutinho  
CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais  
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social  
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social  
ESS-UFRJ – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/ Universidade Cândido Mendes  
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
SESSUNE - Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFOPE – Universidade Federal do Ouro Preto  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UnB – Universidade de Brasília  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

*“Se muito vale o já feito,  
Mais vale o que será,  
E o que foi feito é preciso  
Conhecer para melhor prosseguir”  
Elis Regina e Milton Nascimento*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>08</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO, TRADIÇÃO MARXISTA E CARLOS NELSON COUTINHO.....</b>	<b>21</b>
1.1 O SERVIÇO SOCIAL E A TRADIÇÃO MARXISTA: O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO .....	22
1.2 POR QUE COUTINHO? .....	28
<b>2. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA BATALHA DAS IDEIAS.....</b>	<b>44</b>
2.1 O SIGNIFICADO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	47
2.2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO CONTEXTO DA RENOVAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	66
2.3. O PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1986.....	81
2.4 OS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993: SIGNIFICADO E IMPORTANTES INTERPRETAÇÕES .....	102
<b>3. A INFLUÊNCIA DE CARLOS NELSON COUTINHO PARA A ELABORAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE 1993. ....</b>	<b>112</b>
3.1 INFLUÊNCIA INDIRETA .....	113
3.2 INFLUÊNCIA DIRETA: A GRANDE INFLUÊNCIA E O LEGADO DE COUTINHO AO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO .....	120
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

*Os sujeitos constroem conhecimento enquanto sujeitos coletivos, sempre; e, sobretudo, é na socialização que se faz conhecimento e se fazem sujeitos.*

O processo de realização desta pesquisa mostrou à pesquisadora que o início da pesquisa, na verdade, está no final e este, por sua vez, acabou por abrir um novo início, isto é, uma nova pesquisa, uma nova travessia. Evidentemente porque o objeto das ciências sociais tem a mesma natureza do pesquisador; porque este objeto é também sujeito e porque nenhum se sucumbe ao outro, mas respeitam o tempo e o espaço da história ao passo que a dialética do real é o chão em que habitam todas as respostas, onde os sujeitos sociais que constroem conhecimento, simultaneamente, constroem-se a si mesmos. Especificamente no âmbito do Serviço Social, a pesquisa, então, existe “[...] como mediação constitutiva de nossa identidade e exercício profissional, inerente, portanto, ao Projeto Ético-Político da profissão” (MARTINELLI, 2005, p. 117).

Minha entrada no curso de Serviço Social, seguramente, mudou minha “*visão social de mundo*” e, a partir de então, este passou a ser meu objetivo de morada, meu objetivo de profissão e, mais adiante, tema central de meus estudos. Ingenuamente, pensava no início da graduação (2009-2010) que realizar uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC em Serviço Social deveria, necessariamente, discutir esta profissão em si. Mais adiante, a partir da compreensão do significado da profissão, ainda com vários limites e dúvidas, percebi que na realidade o meu interesse e as minhas questões é que sempre se voltavam ao Serviço Social brasileiro e à sua constituição enquanto profissão da forma como se configura(va), ou seja, aos seus fundamentos. Enquanto a maioria de colegas de sala questionavam o objeto de intervenção da profissão – geralmente relacionado aos seus campos de estágio – eu me via intrigada com o exercício desta profissão nos distintos espaços e suas limitações nos espaços em que conheci (por meio do estágio obrigatório e por meio dos projetos e programa de extensão que participei). Estas questões me chamavam muito mais à atenção quando articuladas à discussão das disciplinas de Trabalho, Ética e Práxis Profissional. Com efeito, meu projeto de pesquisa para o TCC, inicialmente, tinha como objetivo compreender a dimensão ética e técnica do trabalho de Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais e, assim, a Resolução n. 493/2006 do Conselho Federal do Serviço Social, foi a delimitação para questionar profissionais sobre suas condições de trabalho. Assim, foi que durante a pesquisa de campo que a questão ética, mais especificamente, a dimensão ético-política se destacou enormemente, visto que, frente às

limitações, isto é, sem as ideais condições técnicas e de infraestrutura nos espaços sócio-ocupacionais os sujeitos da pesquisa (assistentes sociais) explicavam a “maleabilidade” e as formas encontradas para a execução de algumas atividades, sempre priorizando o respeito e sigilo aos(às) usuários(as) dos serviços, ao mesmo tempo em que, enquanto trabalhadoras, também reivindicavam melhores condições de trabalho. Mais tarde, retornando e refletindo àquela pesquisa, com pesos e medidas distintos nas falas e também na análise realizada, o que se ressaltou foi essencialmente o denominado projeto ético-político profissional e, então, a articulação aos princípios éticos da profissão, presentes no Código de Ética de 1993, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 273 de 13 de março de 1993, e que perpassam o projeto profissional como um todo.

Em 20 de setembro de 2012, faleceu o professor Dr. Carlos Nelson Coutinho, expressando uma grande perda para o pensamento crítico no país. Embora não tivesse sido sua aluna e o conhecido pessoalmente, minha formação profissional teve sua influência, como também para outros estudantes de Serviço Social no Brasil. É preciso afirmar de partida, antes da pesquisa realizar-se, eu mesma não tinha dimensão da influência de seu trabalho no Serviço Social brasileiro. Daí, em linhas gerais, minha relação com o objeto de pesquisa e o dado direcionamento da pesquisa para a dissertação de mestrado.

Neste trabalho, pensado e construído em conjunto com a orientadora, assistente social, professora doutora Esther Luíza de Souza Lemos, a proposta temática envolve o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, abrangendo um debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos que dão origem aos princípios éticos fundamentais presentes no Código de Ética vigente e que atravessam o projeto profissional que construiu historicamente – o projeto ético-político –, de maneira que a problematização, então, centra-se no seguinte questionamento: qual a influência da tradição marxista através da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho na construção dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993?.

Afim de responder esta questão foram elaborados os objetivos da pesquisa, no sentido de traçar e orientar os caminhos para a objetivação e sistematização do conhecimento em torno deste objeto. Desta forma, o objetivo geral é: investigar a influência da tradição marxista a partir da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho para a construção dos princípios éticos fundamentais do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993. E os objetivos específicos: a) contextualizar historicamente as condições objetivas para a emergência da concepção de projeto ético-político no Serviço Social brasileiro e do processo de reformulação do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993; b) recuperar a obra de Carlos Nelson

Coutinho e sua relação com o Serviço Social brasileiro; c) apreender os fundamentos teórico-metodológicos dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993 e a contribuição e influência da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho; d) identificar os elementos (conceitos ou categorias) que evidenciam a influência do pensamento de Carlos Nelson Coutinho na elaboração do Código de Ética.

No que tange à relação do objeto de pesquisa para com o Serviço Social brasileiro, é tácito, diante do problema da pesquisa, que a investigação pretende trazer uma elucidação quanto ao processo e quanto à influência – diretas e indiretas, no campo da tradição marxista – para a elaboração dos princípios éticos presentes no Código de Ética do(a) Assistente Social, o que indica, portanto, uma relação direta do objeto de estudo com a profissão – já que o objeto é parte e expressão fundamental da construção do projeto profissional crítico no Brasil, denominado e conhecido projeto ético-político, que abrange, na contemporaneidade, várias e distintas interpretações em seu entorno.

Esta relação se torna mais estreita à medida que se considera esta pesquisa como produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social, no sentido de fortalecer o estudo de seus fundamentos<sup>1</sup> teórico-metodológicos e ético-políticos, orientando (e em articulação) à dimensão técnico-operativa do exercício profissional com vistas à qualidade dos serviços prestados à população usuária, expressando, neste sentido, a relação do objeto – ainda que indiretamente – com a sociedade.

Com efeito, estas relações e a desejada contribuição desta pesquisa são projetadas nos quadros das condições objetivas de sua realização, ou seja, dentro dos limites e possibilidades temporais e teóricos que engendra o percurso de realização do mestrado, porém, não cessam neste espaço, haja vista que a pesquisa e a construção de conhecimento da realidade são sempre aproximativas.

Logo, partindo dos objetivos da pesquisa, visando à materialização dos mesmos em forma de resposta ao tema-problema proposto e sabendo que “[...] o objeto das ciências sociais

---

<sup>1</sup> Quanto ao fortalecimento do estudo dos fundamentos do Serviço Social, tem se travado uma ampla discussão, podendo citar aqui, enquanto suplente da representação discente da pós-graduação na Associação de Ensino e Pesquisa de Serviço Social – ABEPSS, SUL I (Gestão 2015-2016), o reduzido número de disciplinas na área de fundamentos (obrigatórias ou não) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país. Não aqui a possibilidade, tampouco necessidade de explicitar quantitativamente esta questão, mas a título de ilustração, observando os eventos na área, é possível perceber a diferença quantitativa de trabalhos submetidos: enquanto os eixos de políticas sociais e direitos humanos têm várias salas de apresentação, o eixo de fundamentos, na maioria das vezes, tem uma única sala. Por exemplo, no I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), enquanto o eixo de Política Social e Serviço Social possuem cinco páginas de trabalhos aprovados, o eixo de Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, tem duas e meia. (Informação disponível em: <<http://ppgss.ufsc.br/files/2015/09/Trabalhos-aprovados-por-eixo.pdf>>. Acesso em: out. 2015).



é essencialmente *qualitativo*” (MINAYO, 1994, p.21) é que foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo.

Destaca-se que nesta abordagem qualitativa tem-se como fundamento a teoria social de Marx, que não se limita à descrição do objeto que se pretende investigar, mas a compreendê-lo em sua totalidade concreta, considerando suas particularidades (GADOTTI, 1983), em outras palavras: o que é aparente, quais suas determinações sociais, políticas e ideológicas. Considerando que: “Inscreve-se na tradição marxista toda elaboração teórica que se desenvolve sobre a base crítico-analítica por eles balizada; é no espaço ideal que esta base circunscreve que se pode referir com legitimidade à pluralidade de correntes legatárias do pensamento marxiano” (NETTO, 1989, p. 95).

Para os procedimentos metodológicos, tem-se como ponto de partida a pesquisa exploratória, considerando que ela possibilita “[...] uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo [...]” (GIL, 1999, p. 43). Além disso, esta fase da pesquisa abrangeu um delineamento de pesquisa bibliográfica, compreendida enquanto estudo e conhecimento de categorias e conceitos referentes ao objeto de estudo. Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica se sustenta a partir do estudo de pesquisas realizadas, na utilização de seus conteúdos, dados, categorias, entre outras coisas, que podem ser fonte de aproximação, assim como engendrar novos problemas de pesquisa. A outra fase da pesquisa seguiu o delineamento da pesquisa de campo, a qual abrange “[...] desde levantamentos [...] mais descritivos, até estudos mais analíticos” (SEVERINO, 2007, p. 123), cuja finalidade está em possibilitar uma aproximação com as múltiplas determinações do objeto: sua totalidade, singularidade e particularidades. Nesta etapa foi realizada a técnica de entrevista, onde a coleta dos dados foi feita por meio da utilização dos seguintes instrumentais: a) roteiro de entrevista – comum para todos os sujeitos, com o objetivo de extrair dos entrevistados o porquê de suas respostas, com intuito de ampliar a compreensão e análise sobre o conteúdo proposto aos sujeitos sem que estes fiquem restritos somente às respostas pontuais, transcendendo a questão quantitativa e abrindo à análise um viés qualitativo –, ressaltando que o mesmo instrumental foi projetado e elaborado levando em consideração a característica dos sujeitos da pesquisa que, como se verá, moram em outros estados do país ou mesmo noutro país; b) gravador, para coletar na íntegra as falas dos sujeitos da pesquisa para posterior transcrição das mesmas e, por conseguinte, análise e interpretação das entrevistas.

Logo, com relação ao planejamento da pesquisa bibliográfica, foram selecionados e estudados os seguintes segmentos bibliográficos: a) leitura de autores que escreveram sobre vida e obra de Carlos Nelson Coutinho; b) leitura de obra de Carlos Nelson, na delimitação do

espaço-tempo que engendra a pesquisa, isto é, de obras em que discute categorias e/ou conceitos que dão fundamento aos princípios éticos fundamentais, no período de sua produção até 1993; c) leitura de obras de autores do Serviço Social, que tem a profissão como objeto de análise; d) leitura sobre o processo de reformulação do Código de Ética de 1986 que culmina na aprovação do Código de 1993; e) leitura de textos sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Na pesquisa de campo, a entrevista (Apêndice A) foi realizada com Assistentes Sociais sujeitos do processo de construção do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993. Portanto, o critério de seleção foi o de amostra intencional: membros da Comissão Técnica Nacional de Reformulação do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Tais sujeitos aceitaram e foram identificados na redação da dissertação, haja vista que são protagonistas do processo e também da presente pesquisa aqui sistematizada. A identificação nominal destes sujeitos, que aparece na redação da dissertação, se justifica a partir de três argumentos, são eles: 1) os profissionais que compõem a Comissão já foram identificados desde a primeira edição de Bonetti (2012), isto é, desde 1996; 2) são pesquisadores renomados e autores de uma parte significativa da bibliografia do Serviço Social brasileiro; 3) considerando que ainda não há produção de conhecimento devidamente publicada sobre a problemática que norteia esta pesquisa, tais sujeitos foram e são a fonte de saber teórico e histórico a partir da qual se buscará as respostas e, como se verá, também, novas perguntas.

Assim, justificadas suas identificações – com atenção comprometida à eticidade da pesquisa conforme orienta a Resolução CNS nº 466/2012 –, são sujeitos desta pesquisa: Beatriz A. Paiva; José Paulo Netto; Maria Lúcia S. Barroco; Marlise V. Silva; Mione A. Sales. Tais sujeitos foram contactados e convidados a participar desta pesquisa via *email* e telefonemas. Dos convidados, apenas Mione A. Sales não conseguiu/pôde atender ao convite. Além disso há outras duas observações a serem feitas com relação aos sujeitos desta pesquisa: a primeira é que, dentro da abertura da realização da pesquisa de campo no Rio de Janeiro, foi possível dialogar com Andrea de Paula Teixeira, que, embora não seja membro da referida comissão e, a princípio, não estivesse sido convidada diretamente, a partir de um encontro de acaso e uma rápida conversa<sup>2</sup>, na Escola de Serviço Social da UFRJ, com esta assistente social, docente,

---

<sup>2</sup> Foi possível conhecer e conversar com Andréa Teixeira na ocasião da banca de defesa da tese de Victor Neves de Souza, intitulada “Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho”, qualificada como uma biografia intelectual do *marxista convicto e confesso* sobre a qual, infelizmente, não foi possível trabalhar no interior desta dissertação, dado o tempo hábil entre a data de publicização da tese e a data de entrega e protocolo desta dissertação. Porém, um estudo que não se resumiu ao protocolo de uma tese para o título de doutor em Serviço Social, ao revés, uma tese que, seguramente e a partir da avaliação dos membros da banca, é resultado de um longo e árduo processo de pesquisa, compilado em 745 páginas e defendida no calor de 6 horas

pesquisadora e que foi companheira de vários anos de Carlos Nelson Coutinho, que se dispôs prontamente a dialogar sobre o tema e, assim, foi agendado também com ela data e horário; a segunda é que, devido a condições objetivas e particulares, não foi possível ir até São Paulo para entrevistar Maria Lucia Barroco e, por isso, sua contribuição foi dada a partir de suas respostas com base no roteiro de entrevista, enviado por *email*. Desta forma, ao final, quatro pessoas foram entrevistadas pessoalmente e uma respondeu via *email*. As entrevistas e a resposta ao roteiro aconteceram, então, por ordem cronológica dos fatos, com os seguintes sujeitos, nas datas e locais a seguir<sup>3</sup>: Beatriz A. de Paiva (entrevista): 09 de março de 2016, Florianópolis (SC); Marlise Vinagre (entrevista): 18 de abril de 2016, Rio de Janeiro (RJ); Andréa Teixeira (entrevista): 25 de abril de 2016, Rio de Janeiro (RJ); José Paulo Netto (entrevista): 27 de abril de 2016, Rio de Janeiro (RJ); Maria Lucia S. Barroco (roteiro via *email*): 26 de junho de 2016, São Paulo (SP).<sup>4</sup>

Isto posto, cabe passar à estruturação dos capítulos desta dissertação. Primeiramente é preciso explicitar que a própria construção dos capítulos seguiu os caminhos que a pesquisa de campo foi capaz de desnudar. Quando do exame de qualificação o primeiro capítulo tratava diretamente sobre a construção do projeto ético-político e sobre o processo de reformulação do Código de Ética, no interior da renovação profissional no Brasil, que abre o debate à construção dos princípios éticos fundamentais, para, em seguida, tratar da influência do pensamento de Carlos Nelson Coutinho. No entanto, a partir do movimento do objeto, para realizar as conexões necessárias entre os capítulos, bem como para que o modo de exposição pudesse trazer à luz do leitor uma compreensão de totalidade – visto que não é tarefa fácil trabalhar uma problemática em torno de um intelectual da altura de Coutinho, ainda mais em sua relação com uma profissão que não é a de sua formação e, inclusive, contempla um histórico muito peculiar – foi necessário fazer algumas modificações.

---

de banca. Por isso, merece atenção maior do que a preocupação de citá-la aqui e que, certamente, deverá ser publicada.

<sup>3</sup> Todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (anexo A), considerado obrigatório pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em pesquisas envolvendo seres humanos. Considera-se primordial o cuidado e respeito na publicação dos resultados da pesquisa, devendo-se resguardar qualquer informação que os sujeitos compreendam como desnecessárias à publicação. Assim, também, todos aceitaram ser identificados nominalmente em suas falas, conforme os arquivos de gravação.

<sup>4</sup> Nesse processo, registro que a condição como bolsista pesquisadora da CAPES foi essencial para a realização da fase da pesquisa de campo, não somente no sentido financeiro, mas, sobretudo, na condição de poder ter dedicação integral e, no caso específico, exclusiva à realização do mestrado e, portanto, da pesquisa. Assim como a possibilidade de acessar recursos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, a nível de Mestrado da Unioeste, *campus* Toledo-PR, que subsidiou alguns valores relativos às passagens rodoviárias para a realização da pesquisa de campo.

O primeiro capítulo da dissertação, pois, traz à baila uma discussão que pretende desnudar as conexões entre o Serviço Social, a tradição marxista e Carlos Nelson Coutinho. Para tanto, é realizada uma contextualização sobre a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, no sentido compreender e expor o giro teórico-metodológico e ético-político que ocorreu no interior da profissão a partir de seu contato e apropriação com esta tradição – que não se logrou sem dificuldades, tampouco sem equívocos – e, neste interim, elucidar a importância e o protagonismo de intérpretes do marxismo no Brasil para o Serviço Social, salientando a figura intelectual de Coutinho, evidenciando sua importância em sua relação ou intersecção com o Serviço Social brasileiro, no sentido de compreender, no âmbito da problemática que envolve a pesquisa, *por que Coutinho?* e, a partir disso, poder compreender, mais adiante – no capítulo terceiro – como se configurou sua influência dentro da problemática proposta.

No segundo é feito um debate que coloca o projeto ético-político na *batalha das ideias*, onde é discutido o significado deste projeto profissional e as mais variadas significâncias empregadas a ele na contemporaneidade, uma chamada banalização do termo ou então o surgimento de um *senso comum profissional*, que faz toda e qualquer prática no âmbito profissional caber neste projeto, corroborando para o esvaziamento ou a perda de sentido de sua conotação histórica e dos fundamentos. Assim, também, na *batalha das ideias*, é feita uma discussão sobre o contexto de surgimento do termo em si, por que e quando surge este termo historicamente na profissão? A princípio, todas as referências retomam Netto (1999), mas na verdade, o que se desnuda a partir da pesquisa, articuladamente, bibliográfica e de campo, é que a gênese do termo não está nas linhas do referido texto – no entanto, este não deixa de ser de fundamental importância para compreensão em torno de projetos, inclusive, do ético-político do Serviço Social.

Neste caminho, ainda no espaço do segundo capítulo é feito um resgate sobre o processo de construção do projeto ético-político no interior da renovação profissional, no sentido de compreender os meandros em que se gestou tal formulação e, assim, chegar ao processo que engendra e ao processo em si da reformulação do Código de Ética Profissional, donde os princípios éticos fundamentais emergem. Anota-se que, sem a participação dos sujeitos desta pesquisa, jamais se chegaria a apreensão que se chegou sobre as particularidades que permearam o processo de reformulação, desde a formulação da proposta, da reformulação, passando pela composição da Comissão Técnica de Reformulação, chegando até ao processo de debate e elaboração dos princípios, dentro de uma discussão que foi a mais democrática existente no bojo do Serviço Social brasileiro, mas que não foi isenta de dificuldades e

polêmica, esta que não teve característica negativa, já que no âmbito das polêmicas se travam, também, debates plurais e democráticos, capazes de fomentar enormes ganhos teóricos e grandes consensos hegemônicos. E, em seguida, um resgate sobre alguns princípios éticos fundamentais que saltaram à vista quando da discussão com os sujeitos da pesquisa sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho neste processo, e o significado deles no âmbito do Código de Ética de 1993.

E, por último, o terceiro capítulo, que tenta equalizar os conteúdos trazidos no primeiro e segundo capítulo, porém, também, a partir do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, de como eles veem, compreendem e traduzem a influência de Carlos Nelson Coutinho para a elaboração dos princípios éticos fundamentais presentes no Código vigente. Neste movimento é possível encontrar dois níveis da influência de Coutinho, onde, num primeiro momento, uma *influência indireta*, subdividida em dois momentos no que se refere ao período e, uma *influência direta*, a qual vai nascer a partir da maior e mais direta influência de Coutinho – sua *grande influência* – tangenciando a um período de influência direta e um legado deste intelectual para o Serviço Social brasileiro, extrapolando a delimitação e o espaço da pesquisa desta dissertação.

## 1. O SERVIÇO SOCIAL, TRADIÇÃO MARXISTA E CARLOS NELSON COUTINHO

A partir de uma visão histórico-crítica, isto é, uma visão social de mundo plasmada na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, a concepção que se tem sobre o Serviço Social é de uma profissão de natureza interventiva, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, sendo ela uma especialização do trabalho coletivo advinda de uma necessidade social posta pela dinâmica da ordem monopólica, mais diretamente como de um reconhecimento (regulador) por parte do Estado sobre as manifestações da “questão social”<sup>5</sup>, distante e oposto ao que se denominou de “tecnificação da filantropia”<sup>6</sup>.

Só foi possível, historicamente, para o Serviço Social brasileiro ter esta compreensão sobre o significado social da profissão no momento em que reconheceu as bases materiais da realidade social sobre a qual emergiu. Pode-se dizer que o sustentáculo desta concepção está diretamente relacionado ao amadurecimento da categoria profissional, simultaneamente à aceção e adesão da tradição marxista por uma parte significativa desta categoria, num contexto (a)diverso da história.

É sabido que o Serviço Social, pois, não se configura uma disciplina, tampouco uma teoria ou uma ciência, assim não pode existir uma teoria imanente à profissão. Desta maneira, há uma apropriação de uma teoria que forneça fundamentos necessários à compreensão da realidade social na qual a profissão, de caráter interventivo, vai se movimentar. Reconhecendo a história do Serviço Social no Brasil, é possível compreender este processo, já que as bases fundamentais que orientaram o exercício profissional transitaram do pensamento cristão, passando pelo positivismo, fenomenologia, até chegarem ao encontro com a tradição marxista.

Esta última, sabe-se, pode ser mais homogênea e fiel quanto ao método, porém não o é quanto à interpretação do pensamento marxiano, devido a compreensão dos diversos intérpretes deste pensamento. Com efeito, o Serviço Social encontra sua maturidade quando de sua aproximação também com a tradição marxista madura ou renovada – isso porque, a própria tradição marxista no Brasil (e não só) acaba tendo interpretações estruturalistas.

O que se pretende elucidar com isto é a forma como o Serviço Social aproximou-se da tradição marxista, responsável pelo giro teórico-metodológico e ético-político no âmbito profissional; e, neste processo, evidenciar a importância dos intérpretes desta tradição no Brasil,

---

<sup>5</sup> Através de seu funcionamento e contradições, o capitalismo monopolista, sob o entendimento de Netto (2011, p. 30) cria condições onde o Estado – que por ora é de sua propriedade – constrói sua legitimação por meio do “jogo democrático” que acaba sendo atravessado pelas demandas das “classes subalternas”, as quais podem imprimir sobre ele seus interesses imediatos. Neste contexto, a política social visa administrar expressões da “questão social” para atender demandas da ordem monopólica através de sistemas de consenso variáveis.

<sup>6</sup> Conceito é de Yamamoto (2007a), conferir primeira parte da obra.

ressaltando, então, a figura intelectual de Carlos Nelson Coutinho e o porquê de sua escolha para a compreensão do processo de reformulação do Código de Ética Profissional dos(das) Assistentes Sociais de 1986, especificamente no que tange à sua influência para a formulação dos princípios fundamentais.

### 1.1 O SERVIÇO SOCIAL E A TRADIÇÃO MARXISTA: O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO<sup>7</sup>

Para falar sobre o processo de renovação do Serviço Social, donde emana o denominado Serviço Social crítico<sup>8</sup>, há vários caminhos. É importante anotar que, não é somente pelo contato e aproximação da profissão com a teoria marxista que o novo adjetivo – “crítico” – pode ser atribuído à profissão. Em primeiro lugar, porque a própria teoria marxista teve, historicamente, sua nomenclatura levada ao plural justamente devido às várias e distintas interpretações sobre a obra marxiana – como será tratado mais adiante; em segundo lugar, porque não é só e objetivamente pelo fato de se contactar e ancorar a uma teoria (ainda que ela habite a perspectiva histórico-crítica) que ocorre uma mudança no interior de uma profissão<sup>9</sup>; em terceiro, porque, embora ela tenha sido aderida por parte expressiva da categoria profissional, a adesão não foi e não é unânime, dada a característica heterogênea do corpo profissional<sup>10</sup>. Antes, é preciso levar em consideração o processo e movimento histórico-dialético na sociedade capitalista, onde emerge essa recusa ao tradicionalismo, assim como uma compreensão desta teoria por meio de uma interpretação segura e fiel do pensamento marxiano<sup>11</sup>.

Conforme Netto (2005), as condições históricas que se forjaram ou induziram à crítica ao tradicionalismo, em âmbito internacional, foram aquelas sinalizadas por volta dos anos 1968,

---

<sup>7</sup> Este item 1.1 é fruto de uma sistematização de um artigo publicado no *Encuentro Lationamericano de Trabajo Social*, evento realizado na cidade de Tandil-Argentina, em novembro de 2015. O artigo discute, inicialmente, a natureza do Serviço Social brasileiro e, para explicar tal concepção é feito este resgate do processo de aproximação com a tradição marxista, que aparece aqui com pequenas alterações. (CAZELA, 2015).

<sup>8</sup> A nomenclatura “Serviço Social crítico”, segundo Netto (2005), é instituída pelo Centro Latino Americano de Trabalho Social – CELATS em: VV. AA. *Trabajo Social em América Latina. Balance y perspectivas*. Lima, Celats, 1983.

<sup>9</sup> “Ora, se a consciência teórica tem suas raízes nas relações econômicas e nas lutas de classes historicamente determinadas, ela não surge espontaneamente de tais relações e lutas. Exige, para a sua construção, uma *interlocução crítica com o conhecimento acumulado*, um trabalho rigoroso de elaboração intelectual [...]” (IAMAMOTO, 2007a, p. 211, grifos da autora)

<sup>10</sup> Esta característica será explicada mais adiante.

<sup>11</sup> “A arquitetura teórica marxiana está fundada neste tripé [método crítico-dialético, teórica do valor-trabalho e a perspectiva da revolução] – sem a presença destes três componentes, a sua construção teórica desaba. Inscreve-se na tradição marxista toda elaboração teórica que se desenvolver sobre a base crítico-analítica por eles balizada [...]” (NETTO, 1989, p. 95)

onde o que se evidenciava era uma crise da ordem capitalista, onde: “Registram-se [...] amplos movimentos para direcionar os ônus da desaceleração do crescimento econômico, mediante as lutas de segmentos de trabalhadores e as táticas de reordenação dos recursos das políticas sociais dos Estados burgueses” (NETTO, 2005, p. 7).

Sobre tal contexto é que se situam, segundo Netto (2005), as bases para a erosão do Serviço Social tradicional, sendo este “o cenário adequado” para contestar tais práticas. Na América Latina tal erosão fora expressa por um movimento denominado Reconceituação, que:

[...] teve lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis [...] expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um *Serviço Social latino-americano*: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história [...]. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades [...] e a debilidade teórica no universo profissional. (NETTO, 2005, p. 211-212)

Enquanto no Brasil, no período demarcado da Reconceituação, a renovação do Serviço Social acabou se configurando peculiarmente como “modernização profissional”, numa redução aos valores desenvolvimentistas da época; nos países do Cone Sul, de fato houve a instauração de alternativas de ruptura com as práticas tradicionais (NETTO, 2005). Ainda assim, não há como negar a importância do referido movimento para a renovação da profissão, por isso, Netto (2005) aponta conquistas e equívocos da Reconceituação, donde cabe enfatizar a conquista e o equívoco que se referem à aproximação com a tradição marxista neste movimento. O autor apresenta, pois, um paradoxo: (conquista) embora tenha sido no período da Reconceituação que a profissão tenha realizado uma interlocução crítica com as ciências sociais e, então, com a referida tradição; (equívoco) é também nela que há um “[...] *confucionismo ideológico*, que procurava ‘sintetizar’ as inquietudes da esquerda cristã e das novas gerações revolucionárias ‘não ortodoxas’ e ‘não tradicionais’” (NETTO, 2005, p. 13, grifos do autor).

É importante anotar que, existe algo que precede tal aproximação, considerando o debate existente entre as ciências sociais e a tradição marxista. A partir de 1950, com o colapso do marxismo institucional se estabelece uma nova forma de contato entre elas, pois neste período há forte influência da tradição marxista nos movimentos de libertação nacional e social e também nos de massas em países capitalistas avançados; há, ainda, a evidente crise das



ciências sociais acadêmicas. Diante destes fatores se configura um crescente rebatimento da tradição marxista sobre as chamadas ciências sociais, porém são as correntes “críticas” destas que recuperam, a partir de suas próprias referências, o pensamento marxiano, o que engendra uma diluição deste último. Desta forma, a referida incorporação – da tradição marxista pelas ciências sociais ditas “críticas” – é o vetor da interlocução da tradição marxista com o Serviço Social no Brasil. (NETTO, 1989)

Para o mesmo autor, o diálogo entre setores do Serviço Social e tradição marxista, ocorre factualmente, a partir de 1960, que envolve, peculiarmente, diferentes segmentos profissionais, ressaltando os docentes, ocorrendo em algumas áreas capitalistas desenvolvidas e em muitas capitalistas periféricas, especialmente América Latina. Apontando “o período, os sujeitos envolvidos e o lócus”, Netto apresenta três fenômenos e uma certa justificativa, que fizeram surgir tal diálogo:

[1] a crise do serviço social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil. [2] A inépcia dos padrões profissionais consagrados pela tradição, bem como de suas referências ideais, em face de processos de precipitação e efervescência sociais emergentes deflagrou um movimento de politização que vinculou os outros dois fenômenos arrolados, redimensionando os influxos que provinham das correntes “críticas” das chamadas ciências sociais. (NETTO, 1989, p. 97)

Diante disso, este processo de aproximação se configura para Netto (1989) como “jogo polifacético”, cujo resultado fora uma aproximação muito peculiar de setores de Serviço Social com a tradição marxista. Para o autor, existem três traços interligados que singularizam tal aproximação: 1- se realizou mediante exigências teóricas muito reduzidas, com caráter ideopolítico, que resulta num aspecto instrumental deste diálogo; 2- a referência à tradição marxista era feita de maneira seletiva e determinava-se mais pela perspectiva prático-política, do que pela relevância de sua contribuição crítico-analítica; 3- ainda, ela não ocorreu por meio das fontes marxianas, mas por via de manuais e intérpretes de qualidades e níveis discutíveis. Assim: “O que aconteceu [...] foi uma aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’” (NETTO, 1989, p. 98).

Sistematizando como ocorreu o processo de amadurecimento da categoria profissional e, concomitantemente, da profissão para a constituição de uma nova ética no Serviço Social brasileiro, Barroco (2010) sinaliza como marco histórico a primeira etapa entre os anos de 1960-1970 e a segunda entre 1986-1993. Para isso a autora analisa alguns elementos sobre o processo de renovação do marxismo, donde surgem as bases para esta nova ética profissional.

Neste contexto, Barroco (2010) mostra que a forma de contato bem como o conteúdo com o qual o Serviço Social se ancora à tradição marxista, desde sua primeira aproximação, engendra o conteúdo teórico, prático, ético e político esboçado na profissão a cada período analisado. Em consonância, nas palavras de outra renomada autora:

[...] a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para *um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional*, as formas pelas quais se deu aquela aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes. (IAMAMOTO, 2007a, p. 210, grifos da autora)

Entretanto, não há possibilidade de analisar aqui, todos “os marxismos” e a forma como cada um influenciou ou inspirou o Serviço Social a partir da aproximação deste com aqueles, ao longo de seu desenvolvimento, mas analisar, essencialmente, o processo desta aproximação. Para tanto, a análise seguirá os traços apontados por Netto (1989) articulados à análise e interpretação de autores/as do Serviço Social que produziram conhecimento sobre esta temática.

Logo, considerando aquele primeiro traço sinalizado por Netto e o destaque feito sobre ele, as primeiras formas de aproximação com a tradição marxista ocorreram mediante um duplo viés: a “militância” (BARROCO, 2010, p.151) e o denominado “marxismo cristão” (p. 147). Objetivamente, ela se deu a partir da prática político-partidária, isto é, da inserção política, nos anos de 1960, de profissionais e estudantes de Serviço Social em movimentos da juventude católica – em sua maioria –, bem como em partidos comunistas mais tradicionais como o Partido Comunista Brasileiro – PCB<sup>12</sup>. Esta primeira forma de aproximação se reduziu a levar os profissionais ao “compromisso político”, fazendo com que estes profissionais dispusessem uma posição de classe para a análise da sociedade e do papel social da profissão. Porém, este posicionamento, instigado meramente pela prática política remanejada à prática profissional, configura-se como insuficiente para desvelar e compreender o campo de forças – relações do poder econômico, Estado e classe social – em que o profissional está inserido. (IAMAMOTO, 2007a)

---

<sup>12</sup> “A esquerda cristã brasileira [...] é a primeira forma que toma, na América Latina, a articulação entre fê cristã e política marxista... O fato de a juventude estudantil cristã ser o primeiro setor dentro da Igreja a conhecer a ‘tentação marxista’ não é de surpreender, posto que este era o meio social em que maior influência tinham as idéias (sic) de Marx e de seus discípulos [...]” (LÖWY, 1989, p. 11-12 apud BARROCO, 2010, p. 146).

Analisando o segundo traço – que se refere a uma apropriação da tradição marxista de maneira seletiva (NETTO, 1989) – em sua interligação com o primeiro, nota-se que aqueles movimentos católicos progressistas são um excelente exemplo sobre a forma enviesada de apropriação do marxismo, isto porque: “Nesta tendência cristã [...] a apropriação do marxismo é mediada pelo pensamento católico europeu [...], busca-se uma aproximação com o ideário socialista, conservando-se, porém, a perspectiva filosófica do humanismo cristão [...]” (BARROCO, 2010, p. 147).

Outra forma de apropriação seletiva se dá na década de 1970, sob “nova etapa do marxismo cristão”, pela Teologia da Libertação, que tentava articular marxismo e cristianismo, e pela Revolução Sandista, que tentava difundir princípios cristãos com socialistas, onde “[...] por um lado, aponta para uma compreensão do caráter humanista do pensamento marxiano, por outro se subordina aos princípios metafísicos da filosofia cristã, impedindo [...] que se efetue uma crítica ontológica no interior do marxismo” (BARROCO, 2010, p. 156).

Assim, posta a participação massiva de profissionais nestes movimentos católicos, e sabendo da forma de apropriação do marxismo por eles, a influência desta tradição no fazer profissional resulta, como já disse Netto (1989), muito mais na questão prático-política. Daí a influência de Louis Althusser, como intérprete do marxismo<sup>13</sup>, que desenvolve que:

[...] o marxismo não é uma simples antropologia historicista, pretende enfrentar também as questões do materialismo dialético; mas, por um lado, reduz tais questões ao plano puramente epistemológico [...]. Recusando o historicismo, o papel criador da práxis, o humanismo como concepção do mundo, o althusserianismo contribui [...] para reforçar uma concepção burocrática e conservadora do socialismo [...] (COUTINHO, 1972, p. 176-177)

Sobre o terceiro traço de Netto (1989), sobre a aproximação do Serviço Social à tradição marxista via manuais e intérpretes, há, em sua interligação com os traços anteriores, sua causa e consequência, pois é por meio dos manuais e de intérpretes de Marx que se reduz a obra marxiana, resultando em distorção ou na chamada “aproximação enviesada” do Serviço Social com esta tradição. Dado seu fator histórico, vários autores (NETTO, 1981; 1989; IAMAMOTO, 2007a; BARROCO, 2010) sinalizam as marcas que a herança dos manuais e alguns intérpretes deixaram no âmbito da profissão, onde: “[...] a aproximação a um marxismo sem Marx. O resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos. Dando lugar a uma

---

<sup>13</sup> Sobre as interpretações de Althusser sobre o marxismo, Coutinho (1972) critica-o de forma sistemática, apontando a dissolução althusseriana da ontologia marxiana, bem como expando suas contradições com relação não só à ontologia, mas à dialética e ao materialismo.

invasão [...] do positivismo no discurso marxista do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2007a, p. 211).

Somente na década de 1980, sob herança da reconceitualização no Brasil, diante de uma crítica superadora dos equívocos gestados por este movimento, ocorreu o primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, sendo Gramsci um dos principais responsáveis em romper com a visão epistemológica de Althusser<sup>14</sup>. Pode-se anotar que as primeiras aproximações a Gramsci mostraram uma simplificação do assistente social enquanto intelectual orgânico, mas que foram superadas após a análise de Iamamoto. (BARROCO, 2010)

Para Simionatto (2012) a obra gramsciana é buscada, num primeiro momento, por seu “marxismo aberto”, ou seja, “[...] pela relação dialética que estabelece entre as esferas econômica e político-ideológica, permitindo pensar-se nas possibilidades de contribuição da profissão na tarefa de transformação revolucionária da sociedade” (p. 372). A autora argumenta, ainda, que, além disso, o pensamento gramsciano foi que auxiliou ou permitiu que a profissão se questionasse quanto a estrutura e superestrutura sociais, trazendo ainda contribuições para se pensar as classes sociais, o Estado, a sociedade civil, o papel das ideologias e dos intelectuais, engendrando um posicionamento e atitude mais crítica e investigativa à categoria profissional.

Assim, configura-se nesta década um encontro de nova qualidade, por meio da produção de Marx e por pensadores intérpretes fidedignos ao conteúdo da obra marxiana, entre eles, além do, já citado, Gramsci, estão: Lukács, Mandel, Heller, entre outros (IAMAMOTO, 2007a). Frente a isso Barroco (2010) assinala que a ontologia social de Marx e a sua discussão gradativa no âmbito do Serviço Social ocorre e se apresenta na literatura profissional, essencialmente, por meio dos estudos e obras de grandes intérpretes, entre os quais: Coutinho, Tonet, Netto, Konder, Antunes, Lessa.

Com efeito, frente a este conjunto de questões, importa ressaltar o que gira em torno da escolha de Carlos Nelson Coutinho e sua influência no âmbito da problemática de investigação desta pesquisa. Sendo um *marxista convicto e confesso*, a importância de Coutinho enquanto filósofo marxista é factual e não é posta em xeque somente após sua morte, mas durante toda sua trajetória intelectual e política, o que se pode evidenciar ao longo de toda sua produção e

---

<sup>14</sup> “Esta aproximação do Serviço Social com a obra de Gramsci ofereceu suportes à superação das posições reducionistas, tanto do economicismo quanto das linhas voluntaristas, as quais, caindo no extremo oposto, superestimavam a instância da superestrutura e a ação da consciência, independentemente da esfera econômica” (SIMIONATTO, 2012, p. 372).

intervenção, assim como a partir dos recentes artigos publicados sobre sua vida e obra<sup>15</sup>. Porém, qual a sua relação com o Serviço Social brasileiro e *por que Coutinho*?

No intuito de responder a esta indagação, isto é, na tentativa de promover uma discussão que evidencie a importância do filósofo em sua intersecção com a profissão no Brasil<sup>16</sup> é que foi sistematizado o conteúdo do item que segue.

## 1.2 POR QUE COUTINHO?

A relação de Carlos Nelson Coutinho com o Serviço Social brasileiro, pode-se configurar, para muitos, uma relação muito distante ou incompatível, já que o primeiro é um filósofo e, portanto, não teria relação direta com a segunda, uma profissão de natureza interventiva, como se viu e se sabe. De outro lado, há quem compreenda esta relação como uma questão óbvia, uma vez que Coutinho foi uma pessoa que fez filosofia política<sup>17</sup>, foi um pensador, professor, militante e intelectual no âmbito da tradição marxista; e que o Serviço Social – também, como se viu e se sabe –, renova suas diretrizes fundamentais, recusando ao conservadorismo teórico-metodológico e profissional, a partir do contato e aproximação com a tradição marxista – com a tradição marxista madura, anota-se. Mas, estas, são duas concepções diametralmente opostas.

Refutando à primeira, pois não há aqui, de maneira alguma, compreensão que compactue com uma afirmativa de que Carlos Nelson Coutinho e Serviço Social são distantes e, muito menos, incompatíveis, como se pretende elucidar mais adiante. Porém, a segunda afirmativa, embora faça uma indicação factual, é também um ponto muito generalista e, assim sendo, seria possível substituir o nome de Carlos Nelson Coutinho pelo nome de outro intelectual brasileiro marxista que, como ele, contribuiu na elucidação da tradição marxista e teoria marxiana no Brasil e, conseqüentemente, no Serviço Social, podendo estar em seu lugar José Paulo Netto, Ivo Tonet, Leandro Konder, Sérgio Lessa, entre outros importantes

---

<sup>15</sup> Anota-se aqui a importância fundamental do trabalho de organização de Marcelo Braz, o livro “Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil”, lançado em 2012. Neste livro estão reunidos diversos e importantes artigos sobre a intelectualidade de Coutinho em sua vida e obra. A partir dele podem ser dados os primeiros passos de um estudo sobre Carlos Nelson Coutinho.

<sup>16</sup> Respeitando o espaço e delimitação desta pesquisa, já que nele seria inalcançável trazer à baila toda a significância intelectual de Carlos Nelson Coutinho

<sup>17</sup> Como preferia ser chamado, conforme relatou em uma entrevista: “[...] nunca me considerei um ‘filósofo’. Nunca o fiz até porque nunca me preocupei muito com essa divisão departamental do saber. Nunca me preocupei em definir se estava escrevendo sobre literatura, sobre teoria política, sobre história do Brasil ou sobre filosofia. [...] Talvez eu pudesse me identificar como uma pessoa que faz filosofia política” (COUTINHO, [2000] 2012, p. 403-404)

pesquisadores, intelectuais<sup>18</sup>. De maneira geral, mas certa, a compreensão é a de que a relação estabelecida entre Coutinho e o Serviço Social se caracteriza como uma “[...] profícua e contínua interlocução ao longo de sua trajetória intelectual e política, que merece ser destacada por trazer em sua bagagem o perene compromisso com a verdade e a produção da ciência voltada à transformação do mundo” (SIMIONATTO, 2012, p. 365).

É neste sentido que se empregou o esforço de levantar questões que tangenciem uma vinculação menos generalista, portanto, mais substantiva e orgânica entre Coutinho e o Serviço Social. Foram, pois, formuladas três justificativas, ou, se se preferir, três porquês<sup>19</sup> para sistematizar o que se pretende e, neste interim, trazer, ainda, algumas particularidades da figura intelectual de Carlos Nelson Coutinho.

*Então, por que Coutinho?*

Em primeiro lugar, porque Carlos Nelson Coutinho foi um dos mais importantes intelectuais para a renovação do marxismo no Brasil como tradutor e intérprete de Lukács e Gramsci no Brasil e que contribuiu à incidência deste último no Serviço Social<sup>20</sup>.

Coutinho começou a fazer traduções desde muito jovem, em meados dos anos 1960, quando ainda morava na Bahia<sup>21</sup>. Sua primeira tradução foi, então, aos 22 anos de idade, um livro de Gramsci, a “Concepção dialética da História”. Embora ele tenha demorado para reconhecer seu trabalho de tradutor, Coutinho traduziu mais de setenta livros, um trabalho demasiadamente significativo. (COUTINHO, [2000] 2012; NETTO, 2012; SOUZA, 2013; SIMIONATTO, 1995).

Nesse trabalho de tradutor, realizou traduções muito importantes para a entrada do pensamento marxista no Brasil. Segundo Netto (2012a), é relevante observar que seu ofício de

---

<sup>18</sup> Inclusive, está aqui uma questão de grande importância e que carece de pesquisas. Ora, é preciso investigar os meandros de contribuição de cada intelectual que dialogou com o Serviço Social brasileiro, sendo assistente social ou não, que influenciaram a profissão antes, durante e depois de seu processo de renovação. É preciso, principalmente em tempos de reação conservadora como a que se passa na sociedade e, conseqüentemente, na profissão, compreender mais a fundo e dar visibilidade à contribuição destes intelectuais para (e em articulação com) a profissão. Como seria, por exemplo, para o Serviço Social brasileiro não ter (na história e no agora) a figura de José Paulo Netto?

<sup>19</sup> Anota-se que não há nestes porquês uma disposição cronológica ou progressiva, ao contrário, há uma vinculação ou uma articulação entre eles, já que são expressão da realidade que nada tem de linear ou progressiva, mas aqui, para fins de exposição, foram assim enumerados.

<sup>20</sup> Especificamente sobre a incidência de Gramsci no Brasil e no Serviço Social, ir ao conhecido e importante livro de Ivete Simionatto, publicado em 1995, que se constitui de parte de sua tese de doutoramento em Serviço Social na PUC-SP. A pesquisadora e autora faz um resgate sobre a trajetória intelectual de Gramsci, recuperando sua vida e obra, assim como categorias centrais do pensamento gramsciano; explicitando a entrada das ideias de Gramsci no Brasil e no Serviço Social, neste último trazendo à baila os primeiros sujeitos e suas respectivas propostas para a profissão com base no pensamento gramsciano. Vide referências: Simionatto (1995).

<sup>21</sup> Carlos Nelson Coutinho, filho de Nathan Coutinho do Rosário e Elza de Souza Coutinho, nasceu na cidade de Itabuna (BA) em 28 de junho de 1943. Ainda quando criança sua família se mudou para Salvador, onde residiu até 1965, quando concluiu o curso de Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, sendo este o único título formal de formação acadêmico-intelectual de Coutinho.

tradutor não significou um simples meio de vida, por quase vinte anos, mas, com toda certeza, constituiu sua própria reflexão pessoal e autônoma, onde Lukács e Gramsci constituem os parâmetros centrais de suas próprias obras. Assim, “[...] ele não apenas os traduziu, mas transformou-os em referências essenciais da sua própria elaboração intelectual [...]” (NETTO, 2012a, p. 55)<sup>22</sup>.

Em consonância à afirmação de Netto, Marcelo Braz, falando sobre a postura metodológica de Coutinho, ressalta o caráter “extremamente original” de suas traduções das teses eurocomunistas para o Brasil. Em suas palavras:

[...] trata-se mesmo de uma *tradução* que redireciona aquelas teses, e não de uma transplantação mecanicista. Aliás, temos aí um traço marcante na trajetória intelectual de Carlos Nelson. Tanto em suas incursões lukascianas – relembre-se que sua incorporação da crítica literária a Kafka se fez divergindo de seu mestre Lukács em aspectos substanciais, ou, ainda, que suas convicções o levaram a enxergar limites na “teoria política” do marxista húngaro – como em seus estudos sistemáticos de Gramsci, o que sempre prevaleceu em CNC [Carlos Nelson Coutinho] foi a autonomia e a criatividade de suas filiações teóricas. (BRAZ, 2012, p. 270)

Assim se evidencia a originalidade e se consolida o pioneirismo de Coutinho na introdução das obras e do pensamento de Lukács e Gramsci no Brasil, contribuindo “[...] decisivamente para a renovação do marxismo<sup>23</sup> no país, quer pela sua difusão teórica, quer pela sua criativa utilização na análise da nossa história e da nossa cultura” (BRAZ, 2012, p. 11).

A renovação do marxismo teve por base, inicialmente, o pensamento Lukacsiano. Celso Frederico (2012) explica que em um momento em que o Partido Comunista Brasileiro - PCB tinha uma hegemonia junto à esquerda no país, era emergente a questão da renovação do marxismo, uma vez que a efervescência política e cultural do final da década de 1950 início da seguinte era incompatível àqueles manuais de ‘marxismo-leninismo. O autor aponta que é sobre este cenário que a renovação da cultura marxista entrou na ordem do dia e, na ocasião, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder foram os pioneiros na introdução da obra de Lukács no Brasil, possibilitando, a partir dela, o refletir sobre a cultura brasileira<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> “A remissão a Lukács está longe de ser gratuita: a apropriação de Lukács por Carlos Nelson *marca*, no campo da filosofia, *sua interpretação do pensamento marxiano enquanto ontologia do ser social*, que ele não renega em nenhum momento e até o fim da vida, buscando conjuga-la à contribuição de Gramsci enquanto *principal teórico da política* tomada como esfera relativamente autônoma da vida social” (SOUZA, 2013, p. 59, grifos do autor).

<sup>23</sup> Fala-se na importância da renovação do marxismo no Brasil devido à propagação de interpretações parciais e segmentadas da teoria marxista, por longo período, no país. Tal como foi explicitado no item anterior, com base, especialmente, no terceiro capítulo da obra de Barroco (2001) e do artigo de Netto (1989), entre outros.

<sup>24</sup> “A divulgação das ideias do pensador húngaro foi tarefa realizada com grande entusiasmo por Coutinho e a jovem intelectualidade. O canal privilegiado para isso eram as revistas [...]. Em 1959, a revista *Estudos Sociais*

O grande companheiro intelectual e grande amigo de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, o considera o primeiro lukacsiano brasileiro. Isso porque, em 1961 – ainda muito jovem, quando morava na Bahia – publicou dois artigos na revista *Ângulos*, nos números 16 e 17, os quais, respectivamente: “O processo das contradições e a revolução brasileira”; “Problemática atual da dialética”. E, neste último, “[...] encontra-se a primeira expressão de uma assimilação efetiva da perspectiva do pensador húngaro György Lukács e do seu aproveitamento *como um todo* no forço de pensar a realidade contemporânea *de um ângulo brasileiro*” (KONDER, [1990] 2012, p. 18, grifos do autor).

Para Netto (2012a), o destaque deste início da leitura sistemática de Lukács, por Coutinho, é muito significativo, pois além de ser uma aproximação com uma fonte seminal da tradição marxista, é ainda incorporada uma interpretação do marxismo caracterizada pela sua “[...] *riqueza cultural* [isso porque] quaisquer que sejam as críticas dirigidas a Lukács, jamais se lhe negou a amplitude de seus horizontes no domínio da filosofia, da arte e da literatura” (NETTO, 2012a, p. 61).

Coutinho ([2000] 2012), explica que descobriu Lukács ainda quando estava na Faculdade de Direito na Bahia<sup>25</sup>. Um certo dia na biblioteca da faculdade, estava com uma revista Francesa que falava sobre o lançamento, na França, do livro “*Histoire et conscience de classe*”<sup>26</sup> e, quando foi ao Rio de Janeiro, em 1961, adquiriu o livro, junto com seu primeiro exemplar de Gramsci.

De acordo com Simionatto (1995) a grande influência de Lukács na produção de Carlos Nelson Coutinho foi durante seu período de afastamento das atividades políticas diretas. Ainda

---

por Astrojildo Pereira, se encarregou de publicar o primeiro texto de Lukács em nosso país. [...] A partir daí, diversas revistas serviram para a divulgação de Lukács. Entre outras, a *Revista civilização Brasileira*, dirigida por Ênio Silveira, que se tornou um caso raro de sucesso editorial. Aglutinando os intelectuais contrários ao regime militar, a revista foi porta-voz da oposição [...]. Em Juiz de Fora, intelectuais comunistas editaram a revista *Hora & Vez* (posteriormente batizada de *Hora*). Em São Paulo, Raul Mateos Castell lançou a revista *Temas de Ciências Humanas* e, depois, *Novos Rumos*. Carlos Nelson Coutinho marcou presença ativa em todas essas revistas, seja como tradutor, seja como ensaísta diretamente influenciado a Lukács. [...] A originalidade e sofisticação fizeram sempre com que suas reflexões saíssem do campo marxista (onde sempre foi referência) e ganhassem prestígio junto ao público culto não marxista e à universidade” (FREDERICO, 2012, p. 90, 91).

<sup>25</sup> Carlos Nelson Coutinho ingressa no curso de Direito da UFBA em 1961 e, no ano seguinte, transfere para o curso de Filosofia, na mesma universidade. Ele explica que a opção pelo curso de Direito se deve ao fato de que, à época, era aonde se “fazia política”, exemplificando que dos 450 alunos que a faculdade tinha, a base do PCB tinha 50 pessoas, pouco mais que 10%; além da Juventude Universitária Católica – JUC, que deveria ter outros 50; e os grupos de direita mais ou menos organizados também. (COUTINHO, [2000] 2012). Para compreender tal escolha, vale lembrar que desde os catorze anos Coutinho já se disse marxista, quando leu o primeiro livro marxista, o “Manifesto do Partido Comunista”, na biblioteca de seu pai, indicado por sua irmã mais velha (SOUZA, 2013; COUTINHO ([2000] 2012); valendo citar, ainda, que nesta época (início dos anos 1960), Coutinho já militava no movimento estudantil e era membro ilegal do PCB, como afirma Netto (2012a), partido em que militou e foi filiado até 1982.

<sup>26</sup> LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo, Martins Fontes. [1923] 2003.



assim, a autora mostra que o autor recorreu frequentemente ao pensamento de Gramsci em seus escritos sobre crítica literária<sup>27</sup>.

Esta grande influência de Lukács pode ser considerada, na verdade, mais que uma influência, configurando-se um período ou, como chamou Netto (2012a), um “momento lukacsiano” de Carlos Nelson Coutinho. Esse período lukacsiano ou, como Coutinho ([2000] 2012) mesmo denominou posteriormente, “fanaticamente lukacsiano”, ocorre entre os anos 1965 e 1976, representando a primeira fase da produção intelectual de Coutinho, a fase de “crítico da cultura” (SOUZA, 2013, p. 56). “Neste lapso temporal seu pensamento é profundamente vincado pela [...] impostação filosófica e cultural, situando-se no campo da crítica cultural, e, em grande medida por isso mesmo, nitidamente marcado pela referência a Lukács”<sup>28</sup> (SOUZA, 2013, p. 59).

Neste período – recorde-se, a primeira década de vigência da ditadura militar-burguesa no Brasil, período em que entra em cena o Ato Institucional de número 5, conhecido AI5, ocorre o exílio de vários militantes e intelectuais comunistas e a grande repressão ao PCB –, Carlos Nelson Coutinho já havia se mudado definitivamente para o Rio de Janeiro<sup>29</sup> e sua produção autoral se lograva no campo da crítica literária, da crítica filosófica e em um intensivo estudo sobre a filosofia grega. A primeira se evidencia em sua obra “Literatura e Humanismo”<sup>30</sup>, de 1967, onde se encontra o ensaio sobre os romances de Graciliano Ramos. “A sua afirmação como crítico literário de alto quilate virá com a elaboração em 1973, de outro ensaio antológico, desta vez, sobre Lima Barreto<sup>31</sup>” (NETTO, 2012a, p. 61)<sup>32</sup>. A segunda, é coroada com o livro

<sup>27</sup> Simionatto (1995, p. 124) identifica que Coutinho utiliza categorias como “nacional-popular”, o que fica muito evidente no ensaio que ele elabora em 1972, “O significado de Lima Barreto em nossa literatura”.

<sup>28</sup> Mas a referência apenas a Lukács, se é fundamental para compreender o intelectual neste momento de sua produção, é insuficiente: neste entretanto lê marxistas diversos, muitos dos quais considerados “heterodoxos” pela linha oficial (aquela que Marcuse chamou de “o marxismo soviético”), como Walter Benjamim, Adam Schaff, Herbert Marcuse e Lucien Goldman, devolvendo uma característica marcante de seu pensamento ao longo de toda a vida – qual seja, um *marxismo aberto* ao diferente e ao contraditório, comprometido com a pluralidade de posições e extremamente bem informado sobre as diferentes interpretações relacionadas aos problemas com os quais enfrentava. (SOUZA, 2013, p. 59, grifos do autor).

<sup>29</sup> No ano do golpe (1964), Coutinho precisou sair da Bahia por conta de um inquérito policial-militar e, assim, passou o ano todo no Rio de Janeiro, onde estreitou laços de amizade com Leandro Konder, entre outros militantes e intelectuais comunistas da época. Já no ano seguinte, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, momento a partir do qual passou a trabalhar nas, já rememoradas, traduções.

<sup>30</sup> COUTINHO, C. N. Literatura e Humanismo. Ensaios de crítica marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Este livro “[...] reuniu ensaios sobre questões estéticas, sobre Sartre e estudos sobre o romance, destacando-se o magistral sobre Graciliano Ramos” (FREDERICO, 2012, p. 91).

<sup>31</sup> COUTINHO, C. N. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: Realismo e Anti-realismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

<sup>32</sup> Frederico (2012) explica o porquê do destaque sobre os ensaios sobre Graciliano Ramos e Lima Barreto. Em síntese, diferenciam-se de outros ensaios porque partem de uma leitura lukacsiana, pensando no Lukács pós-1930, que havia desenvolvido um método para retratar artisticamente a realidade. Conferir Frederico (2012, p. 91-92).

“O estruturalismo e a miséria da razão”<sup>33</sup>, de 1972. A terceira, posterior ao AI5, período de grande isolamento, de exílio, prisões ou “desaparecimentos”, Coutinho dedicou-se, aproximadamente, dois anos a um intensivo estudo sobre filosofia grega, sobre o que planejava, à época, escrever um livro, o qual não foi elaborado<sup>34</sup>.

Sobre este momento lukacsiano, Netto (2012a) destaca duas questões: a primeira diz respeito à relação de Coutinho com Lukács, uma relação de discípulo assumido, mas com grande autonomia intelectual e criatividade. A segunda, refere-se ao viés culturalista da produção de Coutinho, que limitava seus escritos, fato que, como supõe Netto (2012a), pode ser explicado a partir da chamada “divisão do trabalho” entre os intelectuais do PCB, que dividia-se entre “pensadores da cultura e operadores da política” (SOUZA, 2013, p. 60), estando Coutinho entre os pensadores da cultura – talvez aqui remeta-se a o que Simionatto (1995) quis dizer sobre o “afastamento das atividades políticas diretas” ter possibilitado sua aproximação e maior influência com o pensamento lukacsiano, como visto linhas atrás.

Este primeiro momento da produção intelectual de Coutinho, o momento “fanaticamente lukacsiano” é de fundamental importância para compreender o pensamento do autor ao longo de toda sua vida intelectual (SOUZA, 2013). Isto porque, embora seja esta uma fase ou um momento demarcadamente lukacsiano – com início (1965) e fim (1975/76) – Coutinho nunca abandonou Lukács, isto é, a influência lukacsiana em sua produção intelectual continua sendo presente, precisamente no que tange à interpretação do pensamento marxiano como uma ontologia do ser social, porém de maneira direta, remete-se a esta influência no período mencionado<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> “O estruturalismo ameaçava ‘desistoricizar’ a nossa produção de conhecimento numa hora em que nós estávamos sendo rudemente desafiados a compreender a história que *outros* estavam fazendo conosco, a fim de podermos reagir contra ela e passarmos a fazer – libertariamente – nossa própria história. Carlos Nelson reagiu contra isso: escreveu [este] ensaio [...] que encontrou, na época, dificuldades para ser publicado e só saiu, depois de dois anos, graças ao empenho do então diretor da editora Paz e Terra, o poeta Moacyr Félix” (KONDER, [1990] 2012, p. 21). “Nesta obra corajosa, debruçou-se sobre o empobrecimento da razão no estruturalismo e as condições históricas que propiciaram aquela corrente de pensamento. As obras recentes de Lévi-Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault e Althusser foram analisadas com rigor, e devidamente criticadas a partir da perspectiva lukacsiana (o livro, aliás, foi dedicado à memória do mestre Lukács e ao amigo Leandro Konder). Infelizmente, Coutinho nunca pensou em atualizar a obra” (FREDERICO, 2012, p. 93). Sobre o livro, conferir Coutinho (1972).

<sup>34</sup> Netto (2012a), explica que no período em que escreve “Breve nota sobre um marxista convicto e confesso”, Coutinho, mesmo já doente, preparava uma “breve história da filosofia”, que certamente seria uma síntese de seus estudos filosóficos.

<sup>35</sup> É importante anotar que, mesmo em sua fase “fanaticamente lukacsiana”, paralelamente à produção de seus ensaios críticos, Coutinho se dedicava a traduzir diversos volumes de Gramsci. “O editor Ênio Silveira, à frente da editora Civilização Brasileira, decidiu, corajosamente, lançar Gramsci em português, numa época em que ele ainda não tinha sido ‘descoberto’ pelos franceses, ingleses e norte-americanos. E Carlos Nelson se incumbiu de *Concepção dialética da história, Os intelectuais e a organização da cultura e Literatura e vida nacional*. [...] A edição dos *Cadernos do Cárcere* ficou interrompida, por que os volumes de Gramsci, na ocasião, venderam pouco: encalharam nas livrarias” (KONDER, [1990] 2012, p. 21).

Anota-se, pois, que não é em seu momento lukacsiano ou em sua produção intelectual de influência lukacsiana que Carlos Nelson Coutinho vai tocar o Serviço Social brasileiro; da mesma forma, ao revés, não é por sua produção com base em Lukács que foi buscado pelo Serviço Social. Questão consensual entre os sujeitos entrevistados e que se evidencia aberta e diretamente com a fala de José Paulo Netto, em suas palavras: “O peso do Lukács é na crítica literária e na crítica filosófica do Carlos Nelson. [...]. Então, a crítica filosófica do Carlos Nelson rebateu pouco no Serviço Social – essa é lukacsiana – e quando rebateu foi muito mediada por mim”<sup>36</sup> (NETTO, 2016a, p. 10).

Para Netto (2012a), a partir de 1969, por conta das implicações ainda do AI5, aquele culturalismo, presente na produção de Carlos Nelson Coutinho, desliza cada vez mais para a questão da política. Para ele, este “deslizar” pode ser ilustrado com o texto “Cultura e política no Brasil contemporâneo”, em que Coutinho utiliza um de seus pseudônimos<sup>37</sup>, na ocasião, Guilherme Marques, sendo onde faz seu primeiro tratamento histórico-político do Brasil<sup>38</sup>. Mas, no mesmo ensaio que marca seus escritos de crítica literária – o já citado “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, de 1973 – é também onde surge a tese que desenvolverá alguns anos depois, “[...] a tese segundo a qual a formação social brasileira se caracteriza pela sua constituição moderna enquanto resultante da ‘via prussiana’” (NETTO, 2012a, p. 64).

Este “deslizar” que Netto (2012a) evidencia, aponta para um outro momento do intelectual Carlos Nelson Coutinho, que Victor Neves de Souza (2013) denominou como a segunda fase, a “fase de intelectual orgânico” e “teórico da política” – ou, sinonimicamente, a “fase madura”<sup>39</sup> – demarcada temporalmente de meados dos anos 1970<sup>40</sup> até o fim da vida do intelectual<sup>41</sup>.

<sup>36</sup> Aqui, Netto faz referência à reedição do livro de Coutinho “O estruturalismo e a miséria da razão”, que teve sua segunda edição somente em 2010, quase quarenta anos depois, por incentivo de sua parte. Esta edição foi enriquecida, como se refere Frederico (2012), com um posfácio de José Paulo Netto. Assim, também, a utilização desta obra ou a introdução dela no Serviço Social deve-se muito a Netto.

<sup>37</sup> Coutinho, durante o período ditatorial no Brasil recorreu a vários pseudônimos, entre os quais: Guilherme Marques, Jorge Gonçalves, Josimar Teixeira, Norberto Teles, Luís Augusto do Rosário.

<sup>38</sup> “[...] seguramente redigido com vistas a influir na reelaboração da política cultural que resultaria do planejado, mas não efetivado VII Congresso [do PCB]” (NETTO, 2012a, p. 64).

<sup>39</sup> Souza (2013) explica que a designação de fase madura não tem ligação com idade madura, mas sim com maturidade intelectual. A propósito, no início desta fase e boa parte de seu transcorrer, em termos de idade, Coutinho ainda era jovem, já que em 1975 completava 32 anos de idade.

<sup>40</sup> Netto (2012a) demarca o início desta fase no final de 1969, como visto no parágrafo anterior; já Souza (2013), a partir de 1975. No entanto, Souza (2013) explica que aquela indicação temporal feita por Netto não infirma a que ele propõe, ao contrário, vai no mesmo sentido.

<sup>41</sup> No dia 20 de setembro de 2012, falecera aos 69 anos, no Rio de Janeiro, Carlos Nelson Coutinho, *marxista convicto e confesso*, vítima de um câncer pulmonar. Ele estudou até o último dia de sua vida, como reforçou Netto (2016a).

Se no primeiro momento de Coutinho – com traduções e referências teóricas plasmadas em Lukács –, sua contribuição foi para a renovação da cultura do marxismo no Brasil, em um período em que o intelectual ficou mais afastados das atividades políticas diretas, como visto; no momento ou fase de “teórico da política” sua contribuição será no âmbito da renovação da política, como indica Frederico (2012), ou, especificamente, como elucida Netto (2012a, p.83), à “teoria política centrada no Brasil”. Neste momento, o intelectual tem uma ligação mais direta nas atividades políticas do Brasil, dentro ou fora do país, ao mesmo tempo que retoma sua interlocução com Gramsci<sup>42</sup>.

O “deslizar” de que Netto fala ou a “virada do interesse central da filosofia e da crítica da cultura para a teoria política” de Coutinho, de que fala Souza (2013), “[...] guardam relações mais profundas [...] com fenômenos sociais e políticos abrangentes com os quais Carlos Nelson se encontrava bastante envolvido no período em que se dá esta passagem à sua “fase madura” (SOUZA, 2013, p. 60)<sup>43</sup>. No entanto, o que cabe trazer, deste período, à discussão e elucidação é o que permeou o pensamento de Coutinho e que refratou no Serviço Social brasileiro, isso porque, o conteúdo da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho que vai, direta e indiretamente, rebater no Serviço Social brasileiro, aloca-se, justamente, na demarcada segunda fase, a de “teórico da política”, à luz do pensamento gramsciano.

É no âmbito da divulgação e interpretação das ideias e do pensamento de Gramsci que Coutinho vai tocar o Serviço Social brasileiro, isto é, é por meio de sua produção intelectual no campo da teoria política com base no (e sobre o) marxista italiano que Coutinho contribui à

---

<sup>42</sup> Recorde-se que desde o início da década de 1960 o intelectual já realizava traduções de Gramsci, sendo que ouviu falar do pensador italiano pela primeira vez por meio de seu professor de história, ainda no ensino médio, Paulo Farias: “É verdade que tive um professor no terceiro ano do colegial, Paulo farias; Paulo foi obrigado a se exilar em 1964 e nunca mais voltou definitivamente ao Brasil; [...] Paulo Farias era professor de História, marxista, filiado ao Partido [PCB], e me deu algumas boas indicações, entre elas uma pela qual lhe sou e serei eternamente grato: foi Paulo a primeira pessoa que me falou de Gramsci. Numa de minhas vindas ao Rio – e devia ter uns 18 anos, na época –, comprei na livraria Leonardo da Vinci uma edição argentina de Gramsci, *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*” (COUTINHO, [2000] 2012, p. 389). Já seu segundo contato com Gramsci se deu através de Lina Bo Bardi: “Dona Lina foi para a Bahia, vinda de São Paulo, para organizar o Museu de Arte Moderna e o Museu de Arte Popular da Bahia, e agitou muito o meio cultural baiano. Ela foi a segunda pessoa que me falou de Gramsci [...]” (COUTINHO, [2000] 2012, p. 395).

<sup>43</sup> Não há aqui, portanto, possibilidades de explorar ou problematizar estes meandros, mas há que se fazer a indicação do pesquisador quando de suas primeiras aproximações com o objeto de estudo, o qual, o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho, elenca sumariamente três pontos importantes que circundam à questão: “[...] a) as polêmicas no movimento comunista internacional, já prenunciando a grande crise seguida pelo colapso das experiências socialistas; b) a disputa de rumos no PCB, que se aprofundou e encarniçou cada vez mais após a derrota de 1964 e que atingiu seu ponto culminante na virada dos anos 1970 à década seguinte – cujos desdobramentos levaram, por um lado, à defecção do secretário-geral Luiz Carlos Prestes, e por outro lado à derrota, no início da década, do ‘grupo renovador’ do qual Carlos Nelson fazia parte, seguida por sua saída do partido [em 1982]; c) o processo de ‘redemocratização da sociedade brasileira em curso a partir de fins dos anos 1970 e durante o qual entraram em cena os germes que levaram ao surgimento do PT, partido ao qual Carlos Nelson viria a aderir no fim dos anos 1980 [em 1989]” (SOUZA, 2012, p. 60).

introdução de Gramsci no Serviço Social<sup>44</sup>. É preciso, sumariamente, conhecer como se deu a introdução e divulgação do pensamento gramsciano no Brasil para daí compreender o momento histórico – no interior da renovação do marxismo; da renovação do Serviço Social no Brasil; e do processo de aproximação do Serviço Social com o marxismo (sabendo que a aproximação da profissão com a tradição marxista madura que pode consolidar maiores traços de ruptura sobre o conservadorismo profissional, como visto no item anterior) – em que Gramsci contribui com o amadurecimento, em vários aspectos da profissão e como aqui sobressai a figura de Carlos Nelson Coutinho.

Destarte, Simionatto (1995) em seu livro, que constitui parte de tese, já referenciado, sobre a teoria gramsciana, sua introdução no Brasil e incidência no Serviço Social brasileiro, identifica – a partir de uma análise sobre os estudos sobre o pensamento gramsciano<sup>45</sup> – dois grandes ciclos da recepção das ideias de Gramsci no Brasil: o primeiro, diz respeito às publicações da década de 1960; o segundo, a partir de meados de 1970, com maior aglutinação – e, por isso, representa o auge da produção teórica sobre o marxista italiano no país – até 1985.

No que tange ao primeiro ciclo, a divulgação das ideias de Gramsci é ainda tímida e não trata de sua proposta política, isso porque, conforme Simionatto (1995), os debates e publicações se centravam mais na divulgação da figura de Gramsci e de suas reflexões filosófico-culturais. Se situa neste ciclo a publicação de “A concepção dialética da história” – primeira tradução de Coutinho, em 1966, como mencionado –, quando, também, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder escrevem “Notas sobre Antônio Gramsci”. Neste texto, o pensador italiano é apresentado “[...] como o filósofo do marxismo aberto, crítico do dogmatismo e do revisionismo ‘propositor de uma leitura humanista e historicista do marxismo’ [...]. A dimensão teórico-política é pouco sublinhada [...]”<sup>46</sup> (SIMIONATTO, 1995, p. 130-131).

O segundo ciclo, quando do processo de “distensão”, isto é, de um afrouxamento da tensão sociopolítica, a partir de 1975, há uma produção mais expressiva das ideias de Gramsci,

---

<sup>44</sup> Salientando ao fato de que este é somente um apontamento sobre “por que Coutinho” e não objeto da pesquisa e, por isso mesmo, não fez parte do estudo em que medida e como Coutinho é responsável pela introdução de Gramsci no Serviço Social. Assim, neste espaço de discussão, será utilizada a pesquisa e obra de Simionatto (1995) e seu artigo mais recente, Simionatto (2012).

<sup>45</sup> “[...] livros, artigos, ensaios, ora enfocando especialmente um determinado aspecto, ora operando várias combinações, ou mesmo buscando a ultrapassagem das concepções do próprio [Gramsci]” (SIMIONATTO, 1995, p. 127).

<sup>46</sup> “Não há ainda, neste momento, referências à possibilidade de a obra gramsciana iluminar a compreensão da realidade brasileira e ajudar a pensar questões como a relação entre ‘democracia’ e ‘socialismo’. Carlos Nelson Coutinho (1990, p. 200) reconhece que, neste primeiro ciclo da presença de Gramsci no Brasil, as referências não o identificam como o ‘agudo teórico do Estado ampliado e da revolução socialista no Ocidente’ ou ‘o pesquisador de formas não clássicas’ para a transição capitalista moderna, que se expressam na chamada ‘revolução passiva’ ou revolução pelo alto” (SIMIONATTO, 1995, p. 131).

que perpassa desde a questão do Estado, da organização da cultura, da hegemonia, bloco histórico até, e sobretudo, a questão dos intelectuais. Momento em que o pensamento de Gramsci ultrapassa o patamar da Ciência Política, adentrando como tema de discussão também na Filosofia, na Educação e na Antropologia. (SIMIONATTO, 1995)

Carlos Nelson Coutinho, entre outros intelectuais<sup>47</sup>, marca presença nos dois ciclos identificados por Simionatto (1995) e brevemente apresentados aqui. No entanto, sua contribuição será mais substantiva no segundo ciclo – recorde-se que, na demarcação temporal do primeiro ciclo de divulgação das ideias de Gramsci no Brasil, Coutinho transitava sobre sua fase fanaticamente lukacsiana, embora, mesmo nesta fase, tenha utilizado algumas categorias gramscianas, como apontado linhas atrás com Simionatto (1995). Porque no entretempo do segundo ciclo (1975-1985) é justamente quando Coutinho reencontra-se com Gramsci, isto é, quando retoma o pensamento gramsciano como fonte de referência para seus estudos e produções intelectuais – configurando a denominada fase de teórico da política.

Concomitantemente, em sua segunda fase e no segundo ciclo da introdução e divulgação de Gramsci no Brasil, ocorre, então, o reencontro de Carlos Nelson Coutinho com o marxista italiano, que é marcado muito (mas não só) por seu período de exílio<sup>48</sup>, que ocorreu entre os anos 1975 e 1978<sup>49</sup>, isso porque este é o momento em que o intelectual brasileiro acentua sua militância política, conforme evidencia Simionatto (1995). Com seu retorno do exílio, em 1978, prosseguindo sua atividade política no PCB<sup>50</sup>, Coutinho publica no ano seguinte o famoso,

---

<sup>47</sup> Entre os intelectuais presentes: no primeiro ciclo, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Michel Löwy e Otto Maria Carpeaux; no segundo ciclo, Demerval Saviani, Moacir Gadotti, Paolo Nosella, Oliveiros S. Ferreira, Jose Guilherme Merquior, Edmundo Fernandes Dias, Carlos Nelson Coutinho, Renato Ortiz, Giuseppe Stacone e José J. Queiroz. (SIMIONATTO, 1995).

<sup>48</sup> O exílio contribuiu muito para que Coutinho se reaproximasse da obra e do pensamento gramsciano e, assim, para que sua produção “deslizasse” para a teoria política e à sociedade brasileira, isto se deve ao contato e aproximação com o Partido Comunista Italiano (PCI) e, conseqüentemente, com o eurocomunismo. Mas, ainda que o exílio tenha sido relevante para essa virada no pensamento e produção intelectual de Coutinho, ela “[...] já se esboçava no segundo terço da década de 1970, *por razões imanescentes à maturação do seu pensamento e por imperativos do conhecimento de um Brasil em profunda transformação*” (NETTO, 2012, p. 83, grifos do autor). Da forma como Souza (2013) sumariamente enumera alguns fatores que justificam o “deslizar” ou o giro intelectual de Coutinho à teoria política, como citado notas acima.

<sup>49</sup> Coutinho ficou exilado na Itália (1976-1977); em Lisboa (1977); Paris (dez. 1977 a dez.1978); Bolonha (dez. 1978). (COUTINHO, [2000] 2012; NETTO, 2012; SOUZA, 2013; SIMIONATTO, 1995)

<sup>50</sup> Quando do período do exílio, Coutinho, mesmo à distância não deixou as atividades no partido. Se no período que demarca sua fase fanaticamente lukacsiano ele esteve muito mais ligado à cultura – devido à divisão do trabalho no interior do PCB, como já anotado –, em sua fase de teórico da política, período em que muitos militantes e intelectuais foram exilados, sua atividade política se intensifica. “Inicialmente, durante cerca de um ano, residindo em Bolonha, a sua atividade política limitou-se ao trabalho de solidariedade aos brasileiros perseguidos e à denúncia da ditadura – e fez o mesmo nos poucos meses que passou em Lisboa. Já em Paris, onde ficou de setembro de 1977 a dezembro de 1978, envolveu-se nos embates que se travavam entre os dirigentes do PCB no exílio, intervindo na orientação do *Voz Operária* [jornal comunista editado fora do Brasil e enviado clandestinamente ao país], mensário da direção partidária editado no exterior; em artigos firmados com pseudônimos [...]” (NETTO, 2012, p. 65).

importante e polêmico ensaio “A democracia como valor universal”, onde expressa sua preocupação com a questão da reavaliação sobre o conceito de democracia e sua importância e significado para o socialismo, a partir do pensamento gramsciano. Neste mesmo período, começa a escrever seu livro intitulado “Gramsci”<sup>51</sup>, publicado pela primeira vez em 1981<sup>52</sup>.

É neste período que o Serviço Social se aproxima mais substantivamente do pensamento gramsciano, o qual foi buscado, inicialmente, como referenciado no item anterior, por seu marxismo aberto e por sua concepção dialética entre as esferas econômica e político-ideológicas. Assim, “Gramsci passa a ser, desde o início do declínio do regime ditatorial, um marco teórico significativo nas reflexões do Serviço Social brasileiro, abrindo novas possibilidades para repensar os aportes teóricos e qualificar as ações interventivas da profissão” (SIMIONATTO, 2012, p. 373). Ainda, conforme a mesma autora, foi a partir da concepção gramsciana mais ampla do Estado, da sociedade civil, do papel das ideologias e dos intelectuais<sup>53</sup> na análise e compreensão da realidade social, que se logrou o desenvolvimento, no âmbito profissional, de uma atitude investigativa e crítica.

O debate sobre o pensamento de Gramsci foi iniciado no Serviço Social pela professora Miriam Limoeiro Cardoso, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, e é adensado quando da entrada de Coutinho como professor no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, em 1986<sup>54</sup>. É tácito que suas traduções e produções no âmbito da obra e do pensamento gramsciano, certamente, chegavam ao Serviço Social, porém não havia uma disseminação anteriormente à sua entrada nesta Escola, de forma que a ampliação, então, da leitura de Gramsci pelo Serviço Social referencia-se na “[...] original recuperação de Carlos Nelson Coutinho da teoria política gramsciana” (SIMIONATTO, 2012, p. 375).

---

<sup>51</sup> COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Coleção Fontes do Pensamento Político. Porto Alegre - RS: L&PM Editores. 1981.

<sup>52</sup> Neste livro, “[...] o leitor encontrará uma abrangente exposição do pensamento gramsciano, que possibilita compreender as categorias fundamentais e a obra do pensador italiano na sua universalidade. Esta edição consta de duas partes: a primeira analisa o pensamento de Gramsci, com uma abordagem das questões fundamentais que marcaram os escritos juvenis e a sua continuidade nos *Cadernos do Cárcere*. A segunda consta de textos selecionados, referentes ao período anterior à prisão (1918-1926) e aos *Cadernos do Cárcere* (1919-1935)” (SIMIONATTO, 1995, p. 144-145).

<sup>53</sup> Sobre os conceitos gramscianos de Estado ampliado, ideologia e intelectuais, conferir Simionatto (1995), primeira parte.

<sup>54</sup> Anteriormente, Coutinho teve uma breve passagem como docente, no início dos anos 1980, nas Faculdades Bennert, no Rio de Janeiro. Sua trajetória junto à instituição acadêmica tem início somente em sua fase madura – exceto pelo período que cursou a graduação, nos anos 1960 –, isso porque, Coutinho não fez nenhuma pós-graduação, ao contrário, teve uma formação intelectual autodidata. Assim, quando de sua entrada na UFRJ, pôde se inscrever no concurso graças à atribuição que possuía de notório saber, e na prova do referido concurso defendeu sua tese sobre Gramsci – a qual vinha preparando para o doutorado que iniciou, mas não concluiu em função deste concurso, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/ Universidade Cândido Mendes - IUPERJ –, recebendo, naquela ocasião, o título de livre-docente. Foi também na UFRJ, onde permaneceu como docente até aposentar-se, em 2012, que recebeu o maior título da academia, a emergência. (COUTINHO, [2000] 2012; NETTO, 2012; 2015)

Neste momento da exposição, em decorrência e articulação ao *primeiro porque*, tem-se o segundo, ampliando o panorama de compreensão no que tange à inter-relação ou intersecção entre Carlos Nelson Coutinho e o Serviço Social brasileiro. Então, *por que Coutinho?* Porque Coutinho passou aproximadamente metade de sua vida intelectual<sup>55</sup> vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS-UFRJ, mesmo não sendo Assistente Social – anotando que no presente ano, Coutinho completaria 30 anos com o Serviço Social<sup>56</sup>, de fato, como já afirmou Simionatto (2012), um diálogo *für ewig*, isto é, para sempre. Assim, partir de sua entrada na ESS-UFRJ, as disciplinas por ele ministradas no curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social e em outras áreas terão, como afirma Simionatto (1995), a obra e o pensamento gramsciano como eixo central. Além das diversas teses e dissertações que foram orientadas por ele<sup>57</sup>, das mais de cem bancas de teses e dissertações que contaram com a sua presença, evidenciando que “[...] sua intervenção junto ao Serviço Social foi notável, perceptível e aferível” (NETTO, 2015, s.p.).

É tácito que “[...] não se tem um interlocutor como Carlos Nelson Coutinho por acaso [...]” (NETTO, 2015, s.p.). É de se recordar que a entrada de Coutinho no Serviço Social se processa, factualmente, no instante já da fase madura de Coutinho, assim como (e ao mesmo tempo) na fase madura, por assim dizer, do Serviço Social – um período em que o Serviço Social lograva um afastamento muito sólido com a tradição conservadora da profissão, demarcado por Netto (2009) como “*intenção de ruptura*”, marcado historicamente pelo conhecido Congresso da Virada em 1979 e traduzido no Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social de 1986<sup>58</sup>. Em poucas palavras, Carlos Nelson Coutinho e o Serviço Social brasileiro se entrecruzam na história em suas fases maduras: quando o primeiro é teórico da política, o segundo é profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho com uma direção sócio-política comprometida com a classe trabalhadora<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> Nasce em 1943, em 1986 completa 43 anos de vida, dos quais 27 anos de vida intelectual; de 1986, quando entra na UFRJ, até 20 de setembro de 2012, 26 anos de vida intelectual vinculado à Escola de Serviço Social da UFRJ.

<sup>56</sup> Este ano é de comemorações para o Serviço Social brasileiro, na resistência e na luta: 80 anos de Serviço Social; 60 anos de fundação da antiga Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); 20 anos de Diretrizes Curriculares; e, também, 30 anos com Carlos Nelson Coutinho.

<sup>57</sup> Carlos Nelson Coutinho – CNC, realizou 13 orientações de mestrado e 14 orientações de doutorado na ESS-UFRJ, como pode ser averiguado no quadro de orientações CNC (Apêndice B), além das dezenas de bancas que participou, como destaca Netto (2012a).

<sup>58</sup> Sobre a vertente de intenção de ruptura, o processo de afastamento das bases teórico-metodológicas conservadoras, bem como os pormenores do Código de 1986, o próximo capítulo, em segundo subitem, tem maiores e mais profundas elucidações, do ponto de vista histórico e teórico-metodológico.

<sup>59</sup> Referenciando, demarcadamente, à direção plasmada no Código de 1986, de compromisso com a classe trabalhadora. Como se verá no próximo capítulo, esse compromisso não é sucumbido, porém a direção ético-política tangencia-se e, de certa forma, consolida-se (se se pensar nos marcos do Código de Ética de 1993) à emancipação humana, ancorando-se em valores universais.



De fato, também não é por acaso a relação de Carlos Nelson Coutinho com o Serviço Social brasileiro, até porque a vida acadêmica do primeiro decorreu no espaço do segundo, de modo que “a vida acadêmica de Carlos Nelson não pode ser dissociada do Serviço Social” (NETTO, 2015, s.p.). Logo, o referido diálogo ou relação entre o intelectual e a profissão devem ser entendidos como uma contribuição dialética, mútua, recíproca. É evidente que, antes de mais nada, o Serviço Social deve muito mais a Coutinho, devido à sua trajetória e também ao legado que deixou; mas, por outro lado, foi também o terreno escolhido por ele para trilhar, como mencionado, quase toda a segunda metade de sua vida intelectual: “Por um quarto de século, Carlos Nelson, emprestando seu prestígio intelectual àquela unidade acadêmica, desfrutou ali de um ambiente de trabalho acolhedor” (NETTO, 2012, p. 77).

Sua entrada na ESS-UFRJ também não se configura como um acaso, como pode ser aferido na bibliografia estudada, bem como na fala dos sujeitos da pesquisa. Uma das entrevistadas explica que havia uma preocupação de qualificar os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ<sup>60</sup> – que, à época, ofertava apenas curso em nível de mestrado – e, assim, somado ao processo de redemocratização e abertura das universidades no país, muitos professores saíram para fazer o doutorado em outras universidades e alguns professores foram admitidos no programa, entre os quais estava Coutinho, que entrou ciente deste processo, isto é, “[...] já com essa compreensão, de importância de ter um intelectual como ele [no programa], que era um grande professor [...]” (PAIVA, 2016, p. 10-11).

Netto (2012), esmiúça esta questão, explicando que, de fato, a entrada de Coutinho na UFRJ não se deve apenas à abertura das universidades aos “ventos democráticos”, isso porque atribui importância à presença do atípico reitor que estava em exercício à época, professor Horácio Macedo, cientista, professor, comunista e o primeiro no país a ser eleito por voto direto – uma abertura mais simpática a intelectuais do viés e altura de Coutinho e um solo fértil para a intelectualidade deste último. Outra questão que se configura como uma abertura ou afeição à entrada de Coutinho, é o processo de renovação da ESS-UFRJ que se fomentava naquele período, “[...] uma verdadeira revolução, conduzida pelo grupo das professoras Maria Helena Rauta Ramos e Maria Inês S. Bravo, que rompia com o tradicionalismo e corporativismo até então característicos no Serviço Social brasileiro e dominante naquela instituição” (NETTO, 2012, p. 77).

---

<sup>60</sup> “[...] existia uma discussão política, uma sensibilidade do reitor [Horácio Macedo], da diretora Maria Helena Rauta, da professora Maria Inês, Maria Helena Tenório de Almeida, professora Durvalina, e muitos outros professores, que foram nossas professoras na graduação e que queriam dar um passo em direção a um grande programa de mestrado” (PAIVA, 2016, p. 10).

Maria Helena Rauta Ramos (2013), tratando sobre o referido processo de renovação da ESS-UFRJ<sup>61</sup> e da contribuição de Coutinho, faz alguns destaques sobre a participação ativa deste intelectual junto ao Serviço Social, entre outros fatores de contribuição: a) sua intervenção enquanto professor de disciplinas da graduação, mestrado e doutorado; b) o grande número de dissertações e teses que orientou, todas assentadas na tradição marxista; c) sua rica produção científica; d) sua grande participação nas atividades acadêmicas e debates em geral. A autora salienta também que Coutinho se destaca em sua intervenção enquanto professor da universidade e sobretudo enquanto intelectual, em quatro ocorrências, dentre as quais, importa salientar aquelas que transcendem a contribuição para a ESS-UFRJ, atingindo o Serviço Social brasileiro e latino americano, de maneira marcante: uma via foi a visibilidade empregada ao ensino e à pesquisa<sup>62</sup>; outra via de contribuição foi a construção do debate em torno do pluralismo no interior da UFRJ, mas que se disseminou no Serviço Social brasileiro como um todo, como será visto no terceiro capítulo.

Com efeito, de dentro da UFRJ, Coutinho contribuiu para a formação da massa crítica teórica do Serviço Social, de alunas(os) oriundos ou não desta universidade – que adentravam à pós-graduação – e por isso não se restringe a ela. Assim:

Boa parte dos novos autores da área do Serviço Social teve a sua formação fortemente influenciada por Coutinho e estão hoje atuando em cursos das principais universidades brasileiras: na própria UFRJ, na [Universidade Estadual do Rio de Janeiro] UERJ, na [Universidade Federal Fluminense] UFF, na [Universidade de Brasília] UnB, na [Universidade Federal de Pernambuco] UFPE, na [Universidade Federal de Ouro Preto] UFOPE, na [Universidade Federal de Juiz de Fora] UFJF, [na UFSC] (GÓMEZ, 2013, p. 13)

Desta forma, para além da ESS-UFRJ, Coutinho esteve (e está, uma vez que seu legado para sempre estará) presente, como visto, há, aproximadamente, 30 anos com o Serviço Social brasileiro. Uma presença que mesmo de longe não passa despercebida: “[...] presença física em

---

<sup>61</sup> Vale anotar sobre este processo que: “Ao lado de outros docentes (José Paulo Netto, Marilda Villela Iamamoto, Nobuko Kameyama, Jean-Robert Weissaupt, José María Gómez) que tiveram expressiva atuação neste processo, e sob a direção das professoras Maria Helena Rauta Ramos e Maria Inês de Souza Bravo, Coutinho foi a principal liderança teórico-acadêmica além dos assistentes sociais no processo de renovação do Projeto de Mestrado [...] e da criação e desenvolvimento do Doutorado em Serviço Social, em 1994” (GÓMEZ, 2013, p. 13).

<sup>62</sup> Aqui, Ramos (2013) não deixa de salientar a importância, como se sabe, do trabalho coletivo que engendra esta visibilidade do ensino e pesquisa em Serviço Social, nominando outros sujeitos também centrais do processo, entre eles, José Paulo Netto, Marilda V. Iamamoto, Jean Robert Weissaupt, Nabuco Kameyama e também José Maria Gómez.

seminários, congressos, conferências e uma presença intelectual no material mais avançado do Serviço Social brasileiro, na bibliografia mais avançada [...]”<sup>63</sup> (NETTO, 2015, s.p.).

Deste patamar, vem à baila a terceira justificativa de *por que Coutinho?* Porque ele discute em suas produções muitas das categorias e conceitos presentes nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993. É importante fazer uma ressalva: este porque não implica que haja direta ou mecanicamente uma influência posta na concepção destes princípios – sobre o que será tratado em seus meandros, mais adiante, uma vez que envolve diretamente à problemática da pesquisa em xeque.

Outra questão para situar este porque é que, as categorias e conceitos, no âmbito da tradição marxista, estudados, analisados e, algumas vezes, revisados por Coutinho em sua extensa obra correspondem ao antes e depois de seu entrecruzamento com o Serviço Social, porém, como visto e como se verá mais detalhadamente adiante, é a segunda fase do intelectual que se relaciona mais diretamente com o Serviço Social. Não há, portanto, uma categoria de Coutinho exclusivamente dimensionada para a profissão, mas os conceitos e categorias analisados que têm relação com a área profissional são buscados em sua produção, ou seja: Coutinho é um dos intérpretes marxistas buscados pelo Serviço Social para auxiliar na compreensão da realidade social.

Isto posto, de modo geral:

[...] foi pelas palavras de Coutinho que nos enriquecemos, enquanto profissão, com os debates sobre o Estado e a sociedade civil na realidade brasileira, compreendendo a relação do Serviço Social no conjunto das relações sociais. É inegável que suas formulações contribuíram significativamente para que, entendendo a sociedade brasileira, o Serviço Social pudesse pensar sua atuação ética, política e metodológica com o rigor necessário aos desafios do século XXI. (BEZERRA, 2013, p.111)

De modo mais específico, pensando, pois nas categorias presentes nos princípios fundamentais e que traduzem e representam valores universais para a categoria profissional de Assistentes Sociais, as categorias de democracia, cidadania, pluralismo, ético-político, devem-se, muito à discussão feita por Carlos Nelson Coutinho. Assim como ilustra a fala de Netto (2015):

---

<sup>63</sup> O grande intelectual da filosofia política tem marca registrada nos periódicos do Serviço Social, valendo citar, entre outras, duas revistas fundamentais que discutem a profissão, o exercício e o terreno profissional: *Revista Serviço Social e Sociedade* e *Revista Praia Vermelha*. Fora suas falas, palestras e textos nos eventos do Serviço Social. Isso tudo pode ser averiguado em seu Currículo Vitae, na Revista Praia Vermelha, volume 22, número 2, organizada em homenagem a Carlos Nelson Coutinho, publicada em 2013.

[...] salvo erro, grave erro de análise meu (não salvo erro, salvo grave erro), a discussão séria no Serviço Social sobre democracia, a discussão séria no Serviço Social sobre cidadania, a discussão séria no Serviço Social sobre as ideias de Gramsci, devem-se diretamente à intervenção de Carlos Nelson. [...] eu queria lembrar que até a entrada em cena de Carlos Nelson no debate do Serviço Social, nos anos 80, a concepção que se tinha – e isso está em livros, alguns republicados até hoje – sobre sociedade civil e Estado era, no mínimo, algo feito na base do bastonete, do arco e da flecha. Então, entre nós, estas discussões tiveram claramente a impressão digital de Carlos Nelson. (NETTO, 2015, s.p.)

No interim deste porque, afirma-se pelo alto, sem medo de errar que Carlos Nelson Coutinho teve enorme contributo com sua produção intelectual, mas, no que tange à análise objetiva de sua influência, como intérprete marxista e teórico da política, na elaboração dos princípios éticos fundamentais ou em torno da compreensão conceitual das categorias presentes ali, é parte constitutiva e responsável por elucidar a questão, o capítulo terceiro.

Neste sentido, reconhecendo o encontro e inter-relação, o “diálogo para sempre” entre Coutinho e o Serviço Social, vê-se a necessidade de adensar a discussão para a compreensão da concepção e significado do conhecido Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro, oriundo do processo de reformulação do Código de Ética de 1986, que gera o atual Código, onde estão escritos os princípios éticos fundamentais, objetivo do capítulo a seguir.

## 2. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA BATALHA DAS IDEIAS

*Resgatar não significa retomar o passado para orientar, de forma mecânica, o futuro. Significa a possibilidade de lutar para que conquistas valorosas não se percam na história ou pelo esquecimento e omissão de sua existência, ou pela regressão em face do patamar já alcançado.<sup>64</sup>*

A história do Serviço Social no Brasil é uma história de continuidade e ruptura, no que se refere à interpretação que parte de uma perspectiva ou, como diz Löwy (1994), a uma “visão social de mundo” histórico-crítica, que compreende a dialética do movimento do real e as contradições no âmbito do modo de produção em que se forjou as bases para o surgimento, institucionalização e legitimação da profissão. Em meio a continuidade e ruptura, na preponderância desta última é que, num “cenário adequado”, como disse Netto (2005), se concretizam as possibilidades de construção do chamado Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro.

Este projeto profissional foi então forjado pelos(as) Assistentes Sociais, na relação e inter-relação com o movimento da sociedade capitalista e a busca de sua superação no país. Ele foi construído e só pode ser compreendido a partir de uma perspectiva teórico-metodológica crítica, especificamente no campo da tradição marxista, que fornece os fundamentos para apreender o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho na especificidade deste modo de produção. Em outras palavras: é somente a partir de uma compreensão crítica da produção e reprodução material dos meios de vida, que produzem e reproduzem também as relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008) na realidade social sobre a lógica burguesa, que se pode apreender e compreender o bojo sobre o qual a profissão surge<sup>65</sup> e se desenvolve, bem como constrói, coletiva e cotidianamente, seu projeto profissional. Neste processo, ressalta-se a obra de Marilda V. Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, que é imensuravelmente valiosa, uma vez que ali reside a origem do

<sup>64</sup> CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *CFESS Manifesta – 20 anos do Código de Ética Profissional do Assistente Social*. 13 de março de 2013. Gestão 2011-2014 – “Tempo de Luta e Resistência”. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2013\\_20anosCEP-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2013_20anosCEP-SITE.pdf)>. Acesso em: mar. 2016.

<sup>65</sup> Compreendendo que seu surgimento da profissão não depende meramente da vontade de sujeitos profissionais se inserirem em determinado espaço e em determinado tempo, ao contrário “[...] é a existência deste espaço que leva à constituição profissional” (NETTO, 2011, p. 73, grifos do autor). Noutros termos: é a necessidade da profissão no interior da ordem monopólica que traz a emergência de uma profissão e de um(a) profissional para mediar as expressões da “questão social”. Sobre esta compreensão de análise, ver Netto (2011).

debate no e sobre o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, do(a) assistente social enquanto trabalhador(a) assalariado(a), a partir de uma interpretação da obra marxiana.

Contudo, na atual conjuntura brasileira, de ataque aos direitos historicamente conquistados, é preciso ter rigor ao falar em Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. Isto porque, parece haver distintas interpretações, donde as distintas conotações e possibilidades de distorções sobre o significado histórico da construção deste projeto profissional.

Certamente, neste contexto, o que chama à atenção não são os posicionamentos e interpretações distintas com relação a este projeto profissional em si, pois compreendendo a composição heterogênea da categoria profissional e, como explica Barroco (2010a), a atribuição distinta dos valores<sup>66</sup> por cada indivíduo social, pode haver concepções distintas, favoráveis ou contrárias à compreensão e ao significado do projeto ético-político profissional. Porém, o embaraço da questão está para além disso: em leituras e interpretações distintas ao significado histórico-concreto do projeto ético-político profissional como se em sua defesa, isto é, a utilização ideológica do termo projeto ético-político para legitimar posicionamentos contrários a ele. Esta argumentação foi confirmada, *a posteriori*, a partir da fala dos sujeitos entrevistados, que também levantaram a questão e expuseram exemplos:

Eu leio os documentos, artigos e é tão simples quando se fala do projeto ético-político, é como se ele estivesse dado *a priori* como um documento e isso é uma maneira simplificadora de uma grande discussão ético-filosófica, a qual exige posicionamento político – por isso que ela é ético-política. Então, nós não fazemos a discussão política e tomamos a discussão filosófica como resolvida, mas ela não está também. Por isso eu entendo que o tema do projeto ético-político é um tema que, se fossemos fazer uma grande pesquisa/entrevista com a categoria para saber o que se entende sobre isso, teríamos informações absolutamente díspares e muito curiosas. (PAIVA, 2016, p. 16)

Preocupa muito esta banalização do termo, sabe? Porque assim, várias vezes você ouve e parece folclore ou piada que algum aluno ou assistente social perguntou “onde é que está publicado o projeto ético-político?” (VINAGRE, 2016, p. 10)

[...] conhece alguma coisa no Serviço Social que não se reivindica brigada pelo projeto ético-político? Qualquer tipo de projeto, de intervenção, de pesquisa... O projeto ético-político profissional virou um grande guarda-chuva. (NETTO, 2016a, p. 11)

---

<sup>66</sup> “O indivíduo é ao mesmo tempo, enquanto portador do ser social, um ser genérico e uma expressão singular. A (re)produção da totalidade social se faz de tal modo que o indivíduo reproduza a si mesmo, como singularidade e genericidade [...] Disso decorre a dinâmica da história, evidenciando um desenvolvimento desigual, extensiva e intensivamente, o que significa afirmar que as objetivações humano-genéricas não são apropriadas por todos indivíduos, em toda a história, em cada momento específico, nas diversas esferas” (BARROCO, 2010a, p. 32).

A partir daí percebe-se que há uma distorção do real significado histórico-social, teórico-metodológico e ético-político do referido projeto, podendo configurar, em maior ou menor medida, uma tendência ao messianismo, ao fatalismo<sup>67</sup> e até mesmo ao ecletismo profissional, colocando em xeque (ainda mais)<sup>68</sup> a hegemonia deste projeto profissional e, conseqüentemente, configurando um desmanche do significado dos princípios éticos fundamentais que orientam a profissão, presentes no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993 que perpassam todo o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.

É, portanto, no desembaraçar desta questão e no fortalecimento desta chamada contracorrente – na luta e na resistência – que reside a necessidade de retomar, revisar e reconstruir os caminhos do processo histórico de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro<sup>69</sup>, no intuito de fortalecer seu significado histórico para a profissão. Tendo em vista que, distante de uma análise ou solução endógena, “[...] as saídas para superar o adverso se encontram no próprio projeto ético-político. A defesa radical de seus princípios nos coloca na dianteira da resistência às políticas neoliberais” (BRAZ, 2007, p. 10). Isso não significa dizer que a responsabilidade ou compromisso de resistir à, e romper com a, ordem societária capitalista seja uma tarefa restrita ao âmbito desta profissão e que a saída se redunda a um projeto profissional. Ao contrário: é compreender e afirmar que o projeto ético-político profissional se vincula a um projeto societário de transformação social, na contracorrente do

---

<sup>67</sup> A compreensão sobre o messianismo é: “[...] uma visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social”; Por fatalismo: uma visão que compreende a realidade como se ela “[...] já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 22).

<sup>68</sup> Braz (2007) argumenta que o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro alcança sua hegemonia durante os anos de 1980 e 1990, a partir da concretização de três dimensões ou elementos, quais sejam: a dimensão teórica, que se refere à produção do conhecimento em e no Serviço Social; a dimensão jurídico-política, condizente aos estatutos legais da profissão (Lei de regulamentação, Código de Ética, Diretrizes Curriculares, bem como a legislação social brasileira, onde a participação de assistentes sociais foi fundamental); dimensão político-organizativa, relativa à organização da categoria profissional em suas entidades e fóruns coletivos. Porém, conforme o mesmo autor, esta hegemonia é fragilizada ou diminuída na entrada dos anos 2000, quando do governo de Luís Inácio Lula da Silva, configurando uma crise de hegemonia do projeto ético-político profissional.

<sup>69</sup> Vale alertar que, no âmbito da delimitação do tema desta pesquisa, não será tratado do processo de construção de todos os três instrumentos jurídicos-normativos que compõem o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, quais sejam: Lei de Regulamentação, Código de Ética Profissional e Diretrizes Curriculares para o curso. Será tratado, pois, sobre o processo de reformulação do Código de Ética Profissional de 1986 que engendra o Código de 1993, vigente até os dias de hoje. Isso porque, neste último estão presentes os onze princípios éticos fundamentais que perpassam todo o referido projeto profissional. Esta questão será tratada mais adiante neste trabalho e de maneira mais profunda.

neoliberalismo, no compromisso ético-político com a classe trabalhadora, contra toda forma de exploração, discriminação, preconceito de etnia, gênero<sup>70</sup>.

Frente a estas questões, primeiramente, a preocupação está em situar este projeto enquanto um projeto coletivo, vinculado a um projeto societário, portanto mais amplo, alternativo ao vigente. Em seguida, mostrar como o projeto ético-político do Serviço Social se materializa no âmbito da sociedade de classes, no plano jurídico-legal e formal por meio dos instrumentos jurídico-normativos, enfatizando importância e peculiaridade do Código de Ética profissional para, então, resgatar e reconstruir o processo de reformulação que gerou o Código de Ética de 1993. Este é o passo mediador para entrar à discussão em torno da construção dos princípios éticos fundamentais presentes neste código e, posteriormente, à influência de Carlos Nelson Coutinho para tal.

## 2.1 O SIGNIFICADO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Partindo do reconhecimento do significado histórico do projeto ético-político profissional do Serviço Social, cuja construção se logrou desde a segunda metade dos anos 1960 quando da abertura do processo de renovação da profissão no Brasil, que se plasma no âmbito de um projeto crítico, porque busca e, em certa medida consolida em seu período de hegemonia, uma ruptura com o conservadorismo profissional, bem como diante da percepção da significação contemporânea que este projeto vem assumindo diante das variadas formas de compreensão do mesmo por parte de uma fração de sujeitos que compõem a heterogênea categoria profissional, como se tudo coubesse dentro dele, como se fosse, pois, um “grande guarda-chuva, que abriga a tudo e a todos” (NETTO, 2016a), da forma como foi problematizado anteriormente, é que se impõe a necessidade de retomar o que é e como se constitui este projeto, isto é, onde se fundamenta o projeto ético-político profissional e porquê e como veio a ser assim denominado pela categoria profissional.

No âmbito da tradição marxista todas as ações humanas (individuais ou coletivas<sup>71</sup>)

---

<sup>70</sup> Argumentação ancorada nos princípios éticos fundamentais, diretamente relacionada ao oitavo e décimo primeiro princípio, respectivamente: VIII – “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2012, p. 24, grifo nosso).

<sup>71</sup> O ser social é o único ser de projetar conscientemente e suas projeções podem ocorrer tanto em âmbito singular – o homem em sua singularidade, individualidade, como em âmbito coletivo – no sentido de ser humano genérico (ser social), cuja existência não ocorre de forma isolada, mas é eminentemente uma existência coletiva, visto que é necessário haver cooperação, coletividade tanto para a reprodução da espécie humana, quanto para a satisfação



pressupõem um projeto, isto é: “[...] uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la” (NETTO, 1999, p. 93).

Desta forma, todos os projetos coletivos – e, portanto, o projeto ético-político profissional do Serviço Social, como será exposto adiante – possuem uma dimensão política. Na sociedade capitalista esta dimensão se expressa em primeira instância mediante partidos políticos, porém não se encerra neles – considerando que, dentro dos limites e possibilidades desta sociedade, a direção política dos sujeitos pode ser expressa e identificada por meio de outras formas de organização coletiva, como por exemplo, em sua vinculação a movimentos sociais, sindicatos, associações, coletivos independentes, etc.

Da mesma forma, os projetos profissionais se vinculam a um projeto mais amplo: um projeto societário<sup>72</sup>. Esta vinculação ocorre na medida em que a direção política e projeção de sociedade de determinado projeto societário seja condizente com a direção política e projeção de sociedade de cada projeto profissional.

O eixo central da direção política<sup>73</sup> está posto no âmbito da contradição da sociedade de classes, pois em seu solo de sobrevivência, por meio da exploração do trabalho e desigualdade inerente, todas as tomadas de decisão dos sujeitos individuais e coletivos envolvem o fortalecimento de uma classe e, conseqüentemente, o enfraquecimento da outra. Em outras palavras: a dimensão política defendida e as mediações construídas no seu entorno para sua possível concretização na sociedade reforçam uma ou outra classe social: capital ou trabalho. Na sociedade de classes, no campo da democracia política<sup>74</sup>, os distintos projetos societários, que defendem ou reforçam uma ou outra classe social, concorrem e disputam a adesão dos sujeitos individuais e coletivos – o que, perante um contexto ditatorial, não aconteceria, dado os modos coercitivos e repressivos de imposição do projeto societário que representa a vontade política da classe social que está no poder. (NETTO, 1999)

---

de necessidades em comum que garantam a existência desta espécie. Daí, que o ser social é simultaneamente ser singular e ser genérico. (RAMOS, 2002)

<sup>72</sup> Projeto societário: “Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem da sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 1999, p. 93)

<sup>73</sup> Refere-se, neste contexto, à política enquanto conceito gramsciano de “pequena política”, que envolve estritamente as relações de poder. (COUTINHO, 2003)

<sup>74</sup> “O evoluir da ordem capitalista abre a *possibilidade objetiva* da moderna democracia política, fundada na generalização do reconhecimento social da igualdade jurídico-formal dos indivíduos e comportando a incorporação de ambos segmentos sociais nos cenários da ação e da intervenção sociais. Dependendo da capacidade de mobilização *organizadas* destes segmentos – dependendo da sua *própria política* –, aquela possibilidade converte-se em realidade. Numa palavra: *com a ordem capitalista se dão as premissas para que se estructurem ordenamentos políticos democráticos*” (NETTO, 1990, p. 76, grifos do autor).

O projeto ético-político profissional do Serviço Social se configura um projeto coletivo<sup>75</sup>: um projeto profissional construído historicamente por um sujeito coletivo – a categoria profissional<sup>76</sup> – e vincula-se a um projeto societário distinto do vigente. Ele dispõe sobre a finalidade da profissão por meio de valores morais e éticos, que perpassam e articulam-se à dimensão política, fundamentando as normas de comportamento, direitos, deveres e o que é vedado às(aos) profissionais, na relação com usuários(as) dos serviços, relação com instituição empregadora e com outras(os) profissionais assistentes sociais e de outras áreas, até à regulação jurídica da profissão e aos componentes normativos direcionados para a formação profissional em nível superior. Desta maneira, o projeto ético-político profissional do Serviço Social e todos os projetos profissionais:

*[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais, estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico do estatutos profissionais).* (NETTO, 1999, p. 95, grifos do autor)

Para o mesmo autor, o projeto ético-político profissional do Serviço Social é composto e se expressa pelos seguintes elementos: 1) princípios e valores ético-políticos; 2) perspectiva teórico-metodológica em que se ancora; 3) a crítica radical à ordem social vigente; 4) lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria a partir de sua organização política coletiva. Sendo que, em consonância com outros autores, a objetivação de tais elementos ocorre na (e partir da) realidade social por meio do acúmulo da produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social, da elaboração e regulamentação dos instrumentos jurídico-normativos, bem como através das práticas político-organizativas da categoria profissional (BRAZ; TEIXEIRA, 2009; BRAZ, 2007).

---

<sup>75</sup> Sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social enquanto projeto coletivo, ver Netto (1999), Braz e Teixeira (2009); uma discussão sobre a distinção entre projetos individuais e projetos coletivos está presente no artigo de Ramos (2002); já sobre a hegemonia e crise de hegemonia deste projeto profissional, Braz (2007).

<sup>76</sup> A composição da categoria profissional abrange assistentes sociais atuando em diferentes espaços sócio-ocupacionais e discentes. (NETTO, 1999)

Com relação a estes componentes, os princípios e valores<sup>77</sup> ético-políticos são o fio condutor do referido projeto profissional<sup>78</sup> – perpassam todo ele – e se sustentam a partir de uma visão social de mundo ancorada na teoria social crítica e que só podem ser compreendidos nesta (e a partir desta) perspectiva teórico-metodológica. Em consonância à mesma perspectiva, se tangencia a crítica à ordem social vigente, que se expressa e se fortalece a partir da vinculação do projeto ético-político a um projeto societário distinto do atual, conforme o oitavo princípio ético fundamental do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993: “[...] um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). No mesmo caminho, estão as lutas e os posicionamentos políticos da categoria profissional, que se concretizam por meio da articulação das entidades representativas<sup>79</sup> da categoria aos diferentes movimentos sociais organizados, assim como à participação de profissionais em movimentos sociais, associações, sindicatos ou, mais especificamente, como expresso na redação do nono princípio ético fundamental do Código, a “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” (CFESS, 2012, p. 24).

No que se refere à expressão concreta, no âmbito jurídico-normativo da sociedade de classes, do projeto ético-político profissional do Serviço Social, o mesmo não se constitui em um único documento, tampouco encerra sua finalidade nos documentos jurídico-normativos em que se expressa – sobre o que será tratado mais adiante. Tais instrumentos normativos que dão concretude ao projeto profissional são conhecidos: a Lei n. 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão (1993), que legitima social e legalmente a profissão; o Código de Ética Profissional (1993), que diz respeito ao exercício profissional, tangenciando valores e normas (não só como ver-se-á adiante); as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996), que instituem as bases fundamentais para a formação profissional.

---

<sup>77</sup> Valor como categoria ontológico-social, conforme explica Heller: “Tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicação desse ser genérico [...]. Tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais [da essência humana: o trabalho, a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade] e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de um determinado componente essencial [...]. O valor, portanto, é uma categoria ontológico-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão resultante das relações e situações sociais” (HELLER, 1989, p. 5).

<sup>78</sup> A conceituação jurídica dos princípios será tratada mais adiante, a partir da abordagem e análise de Terra (2012).

<sup>79</sup> Entre as entidades representativas do Serviço Social no Brasil estão: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS; Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social – ENESSO.

Certamente a construção deste projeto profissional e dos instrumentos jurídico-normativos<sup>80</sup> que o consolidam formalmente são fruto de um processo de construção de uma nova ética<sup>81</sup> no âmbito da profissão. Tais instrumentos são “[...] a materialização do Projeto Ético-Político profissional construído nos últimos 30 anos no âmbito da categoria, [...] formulados para dar sustentação legal ao exercício profissional dos/as assistentes sociais, mas não se restringem a essa dimensão” (CFESS, 2012, p. 14). Isso porque, parte-se do entendimento da ética enquanto uma categoria concreta, histórica e social.

Com relação à aceção da denominação do projeto profissional em questão, conforme a fala quase unânime dos sujeitos da pesquisa<sup>82</sup>, o termo **projeto ético-político** passa a ser utilizado entre a categoria profissional a partir de 1998, quando do 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado em Goiânia (GO), conforme explícito em suas falas:

Eu fiquei no CFESS até 1999 e até esta data ainda não se falava em projeto ético-político. (PAIVA, 2016, p. 17);

Se eu não estou enganada, foi no Congresso em Goiânia [...]. (VINAGRE, 2016, p. 9);

A primeira vez que eu a ouvi foi em Goiânia, de colegas, eu diria com alguma inspiração gramsciana. Eu diria que é uma construção coletiva mesmo [...]. (NETTO, 2016a, p. 10)

O referido Congresso trazia a temática do projeto ético-político e seu objetivo central era “Discutir temas necessários e pertinentes para a consolidação dos princípios e compromissos político-profissionais e para o fortalecimento da profissão”. Com base no Relatório de Atividades do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, este Congresso, realizado de 20 a 24 de julho de 1998 (o último do século), teve 2700 participantes e número recorde de trabalhos, registrando, ainda, “[...] 13 conferências, debates, painéis, homenagens, atos, sessões temáticas e mostras de arte. A programação do 9º CBAS girou em torno de um

---

<sup>80</sup> Ressalta-se aqui o plural aplicado ao termo. Isto porque, embora possa parecer redundante (porque já foi mencionado) e óbvio (porque existe concretamente desde o início dos anos 1990), o **projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro não se institui em um único documento**. Novamente, ele se institui a partir de três instrumentos jurídico-normativos: Lei, Código e Diretrizes (como detalhado no corpo do texto e da forma como aparecem nas referências bibliográficas deste trabalho).

<sup>81</sup> Embora este termo – nova ética ou novo *ethos* – apareça em boa parte da bibliografia sobre o processo de renovação profissional, processo de ruptura com o conservadorismo profissional e de negação da ética tradicional – e, portanto, na bibliografia utilizada nesta pesquisa: Barroco (2010a; 2012a, 2012b), Paiva e Sales (2012), Abramides (2006), Paiva (2016) –, ele não diz respeito ao surgimento de uma ética nova do ponto de vista filosófico. Isto é: não há, neste contexto uma nova ética nascendo, nem no âmbito da filosofia, tampouco uma ética estrita e particular ao Serviço Social. O que ocorre, pois, é o reconhecimento e a apropriação, por parte da categoria profissional frente às demandas sócio-políticas da época, de uma ética como categoria histórico-concreta, ontológica, a partir de um encontro com a perspectiva teórico-metodológica crítica e, assim, distanciando-se de uma ética tradicional e moralizante.

<sup>82</sup> Por “quase unânime” compreende-se que uma das pessoas entrevistadas não fez referência à data nem ao evento e, inclusive, questionou; e, outra, não pode participar da etapa da entrevista, como visto.

eixo temático de **afirmação do projeto ético-político e profissional [...]**” (CFESS, 1998, p. 40, grifo nosso). Acredita-se que, em razão de sua temática – sem se esquecer do período e conjuntura histórica da época –, o 9º CBAS tenha sido, então, a referência quanto à aceção e reconhecimento do termo na e para a categoria profissional hegemonicamente.

Talvez, ainda, outra emblemática contribuição para a aceção do termo à época foi o já referenciado e importantíssimo trabalho realizado por José Paulo Netto no primeiro módulo da “Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social”, em Brasília no ano de 1999<sup>83</sup>, espaço em que o próprio autor ressalta o caráter relativamente inédito da discussão em torno do projeto ético-político profissional do Serviço Social, assim como de sua denominação e sua quase inexistência na bibliografia produzida até aquele momento. Entretanto, o próprio autor e importante pesquisador para o Serviço Social brasileiro afirma que esta denominação dada ao projeto profissional não é de sua autoria, mas, ao mesmo tempo, reconhece que seu artigo pode sim ter contribuído para a consagração do termo, como ele mesmo explica: “Eu sempre preferi, não é, a expressão ‘direção social do curso ou da formação’, mas essa expressão [projeto ético-político] se consagrou, inclusive, em função daquele meu artigo que é repetido até hoje; tem gente que acha que eu sou o pai disso, eu não sou, não, viu?! É bom deixar isso claro” (NETTO, 2016a, p. 8).

Na análise do texto de Netto de 1999<sup>84</sup>, tal denominação deriva da já referida conceituação sobre a dimensão dos valores éticos e políticos que estão presentes nos projetos coletivos e, portanto, nos projetos profissionais, fazendo deles projetos ético-político profissionais. De maneira específica e direta, Netto (1999), tratando sobre aspectos relevantes dos projetos profissionais – enfatizando, para isso, o Código de Ética Profissional – explica que o fato de os elementos éticos de um projeto profissional não se restringirem às normas morais e, ao contrário, abrangerem escolhas teóricas, ideológicas, políticas da categoria e dos sujeitos profissionais, justifica sua denominação. Nas palavras do autor: “[...] a designação dos projetos profissionais como *projetos ético-políticos* revela toda a sua forma de ser: [pois] uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional” (p. 99).

Nesta passagem, Netto (1999) fala, no âmbito da ética profissional, de uma combinação da indicação ética com uma direção política. É sabido que ética e política são categorias

---

<sup>83</sup> Publicado nos anais da Capacitação. Vide referências: Netto (1999).

<sup>84</sup> Uma análise do texto em si, analisando de uma ótica daquele período para não gerar uma anacronia nem contradição com o pensamento do autor. Embora ele próprio tenha dito, desde muito, em outros espaços (textos, palestras e até mesmo na entrevista realizada para esta pesquisa), não concordar com a denominação, sabe da influência que seu texto teve e tem na discussão do projeto ético-político.

históricas não identitárias, mas, no contexto de um projeto profissional que não se limita a normas éticas e que tem impresso em si uma direção social, para além de uma combinação entre ética e política, é possível dizer que há uma articulação ou uma unidade na diversidade. Nesta perspectiva, parte-se da eleição de valores éticos que se fundam na ontologia do ser social (BARROCO, 2010) e em uma direção política (IAMAMOTO, 2007) que – dada a contradição capital-trabalho, a condição de profissão inserida no universo da divisão sociotécnica do trabalho e a condição imanente, intrínseca, inerente de trabalhador assalariado – soma forças a um projeto societário da classe trabalhadora, pode-se dizer que trata-se não somente de uma dimensão ética, tampouco de uma dimensão política isolada: trata-se, portanto, de uma dimensão ético-política. Isso porque:

A ética, enquanto espaço de reflexão sobre a moral, é também um espaço da filosofia [...]. Essa concepção de filosofia implica a afirmação da relação entre ela e a política, entre elaboração intelectual e prática social, na direção da filosofia que não se pretende somente entender o mundo, mas também transformá-lo. A ética, nessa perspectiva, não prescreve a moral, objeto de sua reflexão, mas isto não significa a neutralidade da filosofia. [...]. Uma filosofia pautada na liberdade deverá, por exemplo, contrapor-se a todo valor que expressar qualquer tipo de exploração do homem pelo homem, bem como indicar valores que signifiquem a explicitação da essência humana, historicamente desenvolvida: a socialidade, a universalidade, a consciência, a objetivação e a liberdade. (BARROCO, 2012b [1996], p. 93)

Poucos anos depois do texto de José Paulo Netto, é formulada uma tese que contribui muito para refletir à temática em questão. Samya Rodrigues Ramos, quando de sua pesquisa para a tese de doutorado em Serviço Social, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, analisa a mediação da organização política da categoria profissional na construção do projeto ético-político profissional, partindo de um estudo da atuação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS nos anos 1990, donde a possibilidade de (re)conhecer o protagonismo histórico do conjunto CFESS/CRESS para a construção do projeto ético-político profissional. No interior da tese, então, há duas questões articuladas e que devem ser ressaltadas no contexto da argumentação aqui balizada: a síntese feita pela autora sobre a dimensão política e sobre dimensão ética em torno do projeto ético-político profissional; e, a polêmica no que tange à denominação do projeto.

Na primeira das questões, destaca-se, pois, a referida síntese, onde a autora conceitua o que compreende por dimensão política e por dimensão ética no campo do projeto profissional. Assim:

Dimensão política do projeto profissional se constrói no bojo das relações sociais, no movimento das classes sociais, considerando as opções políticas subjetivas e a construção de estratégias no campo democrático-popular, estabelecendo, no entanto, um conjunto de mediações no ambiente profissional. [...]. No tocante da dimensão ética [...] é importante ressaltar que o termo projeto ético-político profissional expressa a existência, nesse projeto coletivo, de uma nítida dimensão ética, uma vez que convoca os profissionais de Serviço Social para refletirem sobre os valores e desvalores que orientam suas ações. Ao fazer isto, esse projeto vincula-se à defesa de determinados valores e princípios éticos identificados com a busca da emancipação humana. Isto porque, inseridos no âmbito do projeto societário capitalista, os projetos profissionais, como é o caso do projeto ético-político do Serviço Social, podem sinalizar para a construção de valores que contribuam para o desenvolvimento de hegemonia de outro projeto societário. (RAMOS, 2005, p. 216-217)

Embora a concepção de Ramos (2005) sobre o projeto ético-político fique evidente na passagem acima, a autora não deixa de discutir a polêmica sobre o entendimento do termo “ético-político” presente na denominação do projeto profissional, no que toca à segunda questão levantada. Nesta discussão, ela aponta duas tendências teórico-políticas distintas. Uma, compreende o conceito a partir interpretação gramsciana, no entendimento de que é no momento ético-político que:

[...] superando os interesses individuais e corporativos, permite a passagem da esfera da estrutura para as superestruturas complexas, abrindo o caminho para a definição de uma hegemonia capaz de articular e incrementar as forças de toda a sociedade. Quando se alcança este estágio começa-se a operar uma simbiose entre a política que soube afirmar-se pelo consenso e a ética que deriva disso suas conseqüentes condutas de vida. (SEMERARO, 1999, p. 167 apud RAMOS, 2005, p. 214)

Aí a autora destaca que, o termo ético-político no âmbito do projeto profissional do Serviço Social não pode ser compreendido tal qual a concepção de momento ético-político em Gramsci, isto é: “A compreensão do momento ético-político em Gramsci não pode ser transposta mecanicamente para uma profissão” (p. 214). Isto porque, em consonância com a autora, uma categoria profissional não pode ser responsável pela construção de uma hegemonia para articular as forças da sociedade na sua totalidade. Esta responsabilidade é das classes sociais, já que uma categoria profissional é heterogênea do ponto de vista de seus sujeitos individuais que, por sua vez, podem possuir interesses e adesões a distintos projetos societários.<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> Esta questão sobre a heterogeneidade da categoria profissional, sobre o reconhecimento e consciência de classe dos sujeitos individuais da categoria profissional, bem como sobre a adesão distinta a valores e, conseqüentemente, a projetos societários, será tratado mais adiante.

Já a outra tendência, partindo de uma interpretação lukacsiana de Lessa, compreende o emprego do termo “ético-político” um equívoco por entender que ética e política são inconciliáveis do ponto de vista ontológico. Isto porque, para ele, a política “[...] não passa do exercício do poder do homem sobre o homem e a ética eleva os valores operantes nos atos singulares à genericidade humana. Ou seja, a ética incorpora aos atos individuais a dimensão universal das necessidades históricas” (LESSA, 2002, p. 106 apud RAMOS, 2005, p. 215).

No entendimento de que esta concepção trazida por Lessa é insuficiente para a compreensão do termo ético-político no projeto profissional e para ilustrar tal questão, Ramos (2005) apresenta três aspectos, são eles:

[1] a visão de política apenas como dominação destituindo a importância da sua mediação decisiva no processo de construção hegemônica das classes trabalhadoras; [2] a noção de realização ética apenas na sociedade emancipada, o que obstaculiza a possibilidade contraditória da emergência de novos valores e práticas por segmentos que, mesmo inseridos nesta sociabilidade do capital, lutam pela construção de uma outra configuração societária; [3] análise das dimensões ética e política descontextualizadas da história da profissão, que não leva em conta as particularidades destas dimensões na trajetória de transformações do Serviço Social brasileiro. (RAMOS, 2005, p. 215)

De encontro com estas duas tendências em suas especificações e argumentos, a autora sistematiza a forma como compreende o uso do termo projeto ético-político profissional no âmbito do Serviço Social e explica que a dimensão ético-política existente no projeto profissional em questão possui particularidades que os diferenciam dos projetos societários, por exemplo, os quais possuem essencialmente uma dimensão de classe social. Mas, mesmo diante desta diferenciação, há uma articulação que abre à possibilidade – como visto anteriormente – de o projeto profissional se vincular a um determinado projeto societário, pelos valores que defende. Neste sentido, formula sua compreensão afirmando que: “[...] a denominação ético-político, presente no projeto profissional, não se fundamenta em uma concepção que o iguala a um projeto societário, mas está embasada na perspectiva de que se vinculam e se articulam na proposição da construção de uma nova hegemonia” (RAMOS, 2005, p. 214).

Outra importante contribuição para o debate sobre a construção, o significado e a importância do projeto ético-político profissional, onde também aparece uma indicação de surgimento do termo é, um ano depois, a tese de doutorado em Serviço Social de Maria Beatriz C. Abramides, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Tal tese, intitulada “O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro”, tem como objeto



de análise a direção sociopolítica e o balanço do projeto profissional como processo de ruptura com o conservadorismo profissional<sup>86</sup>.

Para Abramides (2006), tal projeto foi assim denominado a partir dos anos 1990 e é compreendido em sua tese como um “processo de ruptura com o conservadorismo” (p.3). A autora argumenta que são as condições sócio-políticas dos anos de 1980 e a vinculação com os movimentos sociais que fundam a direção sociopolítica do projeto profissional e, a partir daí, se gesta a gênese, evolução e desenvolvimento do projeto de ruptura como um processo, onde a consolidação se dá no âmbito da organização político-sindical dos assistentes sociais por meio das entidades (Associação Profissional dos Assistentes Sociais – APAS; Sindicatos Estaduais; CNEAS/ANAS, no âmbito da formação a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, e do exercício o Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselhos Regionais - CFAS/CRAS).

Neste caminho, aproximadamente dez anos depois daquele (tão citado) texto de Netto (1999), já com uma maior apropriação e disseminação do termo projeto ético-político profissional por parte da categoria profissional, que passa, então, a ser mais comum, isto é, a marcar presença nas produções de conhecimento na área do Serviço Social brasileiro, Marcelo Braz e Joaquina M. B. Teixeira, produzem um artigo abordando a temática. Nele, tratam sobre a natureza dos projetos como finalidades, da mediação entre projetos profissionais e projetos societários, da constituição histórica do projeto ético-político e de situação atual (à época), bem como dos desafios futuros. Neste quadro balizado pelo autor e pela autora, o que interessa demarcar é a questão que identifica e explica a denominação do projeto profissional como ético-político, que fica evidente na seguinte passagem do texto:

Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos [...], das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 189)

---

<sup>86</sup> Para a autora, a direção sociopolítica expressa o “[...] horizonte da profissão do ponto de vista de sua utilidade social (teleologia) vinculada à sua perspectiva projetiva estratégica (ontologia)” (ABRAMIDES, 2006, p.1). Já o denominado balanço se norteia por meio do “[...] posicionamento político e resistência da categoria profissional em defesa do projeto profissional de ruptura e de sua direção sociopolítica; do avanço teórico-filosófico que estabelece um novo patamar à profissão; dos desafios postos à profissão e ao profissional para manter as conquistas e avançar teórica e politicamente na formação e no exercício profissional [...]” (idem, 2006, p. 5).

Desta maneira, considerando na direção social uma intrínseca dimensão política – já que as decisões e ações de sujeitos individuais e coletivos envolvem o fortalecimento de uma classe e, conseqüentemente, o enfraquecimento da outra – e articulando que direção social e dimensão política envolvem a eleição de valores morais e éticos, é que se afirma a dimensão ética deste projeto e sua qualidade ético-política, traçando a peculiaridade do aspecto coletivo e genérico do projeto e refutando à visão corporativista tão presente no passado histórico, de gênese e desenvolvimento, do Serviço Social brasileiro. Ressaltando que esta questão só pode ser entendida a partir compreensão e eleição de valores morais e éticos que se plasmam na centralidade do trabalho, portanto na ontologia do ser social (BARROCO, 2010) e de uma dimensão política definida pela inserção social e técnica da profissão na divisão do trabalho, entre o contraditório e antagônico interesse de classes. (IAMAMOTO, 2007a; 2014)

Para Maria Lúcia S. Barroco (2016, p. 4), sujeito da pesquisa que cunha esta dissertação, o “[...] tratamento do projeto profissional como ético político refere-se ao amadurecimento da compreensão acerca da ética e da política e está relacionado aos avanços do processo de reformulação” do Código de Ética – processo que será esmiuçado mais adiante neste capítulo. Ela explica que, porquanto, na década de 1980, o projeto de “*intenção de ruptura*”, como definiu Netto (2009), subordinava a ética à política, num contexto marcado pela organização político sindical da categoria e pela redemocratização da sociedade brasileira; nos anos 1990, ocorre o inverso, ampliando-se o debate e a visibilidade em torno da ética, donde ética passa a predominar o projeto de ruptura. Desta forma,

Esse projeto passou a ser denominado ético-político a partir de 2000, no meu entendimento pela compreensão de que ética e política estão articulados, sem subordinações, numa unidade, embora sejam de natureza diferenciada. Considero que isso manifesta um avanço em relação à produção teoria influenciada pela tradição marxiana, e, certamente Carlos Nelson, José Paulo Netto, Leandro Konder, Celso Frederico, entre outros, contribuíram para essa conquista. (BARROCO, 2016, p. 4-5)

Em consonância, uma das entrevistadas explica sua compreensão em torno da denominação e significado do projeto ético-político, formulando uma excelente síntese:

Eu acho que a grande concepção que está embutida aí é de que a ética não pode ser dissociada da política. Então, você, necessariamente, tem que trabalhar nesse horizonte, embora não se reduza a, porque são esferas que tem sua especificidade, ou seja, embora sejam instâncias específicas com suas particularidades, elas se interpenetram e é essa a noção de que é impensável se ter uma perspectiva ética que não tenha uma posição, que não tenha uma

direção social, portanto, que não tenham uma direção embutida e inscrita do ponto de vista político. (VINAGRE, 2016, p. 9)

Na *batalha das ideias* para identificar e compreender o significado e acepção do termo junto ao processo histórico de construção e concepção do projeto ético-político, algumas questões foram se desnudando gradativamente durante o processo da pesquisa bibliográfica e de campo. Questões estas que, salvo engano, ainda não se encontram sistematizadas em textos da área do Serviço Social. Uma delas traz à tona indicações de que o termo *projeto ético-político profissional* tenha surgido pouco antes do que se vinha acreditando, conforme exposto acima, ou, se se quiser, tenha surgido dois anos antes de sua consagração e disseminação pós-1998; outra, que parece indicar uma possível influência – ainda um pouco turva porque sem elementos concretos que possam comprovar, mas que não poderia não aparecer aqui – de Carlos Nelson Coutinho para a denominação empregada ao projeto profissional do Serviço Social.

*A priori*, com o resgate dos textos, artigos, teses que discutem a temática e o projeto ético-político profissional, bem como após a realização das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, havia um consenso sobre o surgimento do termo, isto é, a partir de quando ele passa a ser utilizado entre a categoria profissional – como já citado, quando da realização do 9ª CBAS, em Goiânia (julho de 1998)<sup>87</sup>. Porém, e curiosamente, com relação à primeira questão mencionada acima, foi possível encontrá-lo já em uma publicação do ano de 1996, com uma presença ainda um pouco tímida, em um artigo da primeira edição do livro “Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis”<sup>88</sup>.

O mencionado artigo, onde o termo aparece – supostamente, pela primeira vez<sup>89</sup> – é de autoria de Beatriz Paiva e Mione Apolinário Sales<sup>90</sup>. As autoras fazem ali uma discussão sobre

---

<sup>87</sup> E não só os sujeitos da pesquisa, pois parece haver um consenso quanto à demarcação desta data de “batismo” – o termo é utilizado por Netto (2016) na ocasião da entrevista – do projeto profissional como projeto ético-político, no referido ano e Congresso. Veja, durante o processo da pesquisa – e não só, pois esta já era uma questão instigante há algum tempo e, por isso, uma maior atenção a ela antecede ao processo de realização do mestrado – algumas professoras e professores, quando na discussão desta temática em aulas, palestras ou textos, quase sempre, referenciaram e referenciam esta lembrança ao final dos anos 1990, quando da realização CBAS em Goiânia ou após o referido congresso.

<sup>88</sup> Publicação emblemática e importantíssima para o conhecimento e estudo do processo de reformulação do Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais no Brasil, fundamental para esta pesquisa. Aqui foi utilizada a 13ª edição deste livro, nota-se aí a importante contribuição desta formulação. Vide referências: Bonetti et al (2012). E, especificamente, sobre o texto em questão: Paiva e Sales (2012)

<sup>89</sup> Veja, a referência aqui é com relação ao termo em si. Recorde-se que, a categoria profissional, a partir dos anos 1980, já vinha discutindo sobre a direção política da prática e, portanto, o caráter político do projeto profissional. Vale citar o importantíssimo trabalho de Yamamoto (2008) em sua obra conjunta com Raul de Carvalho, bem como pensar no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1986.

<sup>90</sup> Ambas assistentes sociais, membros da Comissão Técnica Nacional de Reformulação (1990-1993), Conselheiras do CFESS, gestões 1993-1996 e 1996-1999 e professoras de Serviço Social, respectivamente, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

a nova ética profissional, no âmbito da práxis profissional e dos princípios éticos fundamentais presentes no Código de Ética de 1993, com o objetivo de “[...] revisar a práxis do assistente social, agora iluminada pelos princípios éticos firmados coletivamente pelo novo Código [de 1993]” (PAIVA; SALES, 2012, p. 210) e, para isso, resgatam no texto, dentro do percurso histórico de formulação do novo Código, “[...] a contribuição teórico-política e o giro prático-profissional representado pela elaboração do Código de 1986, e, também, o porquê da necessidade de sua revisão, a qual deu lugar ao atual Código (1993)” (idem, p. 210).

No interior da discussão de Paiva e Sales (2012) é possível identificar, pois, a utilização do termo projeto ético-político em três passagens<sup>91</sup>. Como citado, atribui-se a esta utilização uma certa timidez – no sentido metafórico da palavra – sobre o uso do termo, porque, tal qual, ele aparece apenas as referidas três vezes. Por outro lado, já se pode verificar ali uma disseminação ou introdução indireta do termo devido ao emprego de termos muito próximos e que tendem à correspondência de sentido, ou seja, sinônimos, se analisados e compreendidos quanto ao seu significado e conceituação no texto. São eles: projeto político-profissional; direção social do projeto político profissional; projeto político e ético profissional<sup>92</sup>.

Com relação à segunda questão, antes de entrar em sua especificidade e argumentos favoráveis e contrários à sua afirmação é preciso fazer uma consideração pontual, mas fundamental. É preciso deixar explícito que falar sobre uma influência de Carlos Nelson Coutinho para a denominação do projeto profissional, não significa dizer que esta influência tenha sido de maneira intencional ou direta; tampouco que tal denominação tenha sido inspirada em seus textos ou falas, enquanto intelectual marxista. Em outras palavras, não há uma intencionalidade ou uma influência direta do intelectual Carlos Nelson Coutinho para a concepção do projeto profissional – até porque, Coutinho não era assistente social e não participou de formulações diretas e internas do Serviço Social brasileiro. Porém, convém expor as evidências desnudadas ou aparentes no processo da pesquisa. Com efeito, tem-se, sobre esta questão, três pontos a serem elucidados, dos quais os dois primeiros têm característica histórica e o outro uma característica mais analítica, são eles: a participação de Carlos Nelson Coutinho no 9º CBAS, em Goiânia no ano de 1998; a presença do termo “projeto ético-político” em uma fala sua em 1999; e, a influência (ou não) de Coutinho para a aceção do termo a partir da concepção e análise feita pelos sujeitos entrevistados<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> Conferir Paiva e Sales (2012, p. 215-216, 224, 239).

<sup>92</sup> Conferir Paiva e Sales (2012, p. 212, 220, 237, 239, 250).

<sup>93</sup> Sétima questão do Formulário de Entrevista (Apêndice A): “Atualmente a expressão ‘Projeto Ético-Político’ é uma expressão comum. Na sua opinião, qual a contribuição da tradição marxista, no Brasil representada pela

Embora o primeiro ponto seja mais descritivo, e se encerre em si mesmo, pois não há possibilidade de análise, é curioso o fato de Carlos Nelson Coutinho ter estado presente justamente no Congresso donde se demarca entre os(as) profissionais a consagração do termo, ao mesmo tempo que, é corriqueiro ou óbvio, por se tratar de um intelectual do campo marxista e professor da Escola de Serviço Social da UFRJ. Neste evento específico do Serviço Social, no dia 20 de julho de 1998, Coutinho fez uma fala intitulada “Democracia e Reforma do Estado”<sup>94</sup>, no painel “Globalização e Ajuste Estrutural Implicações para a questão Social no Brasil”, ao lado do professor Emir Sader e da professora Potyara A. P. Pereira<sup>95</sup>.

O segundo ponto a ser exposto é a presença do termo ético-político em uma fala de Coutinho em uma entrevista concedida a Pedro Cláudio Cunha Bocayuva e Sandra Mayrink Veiga<sup>96</sup>, em 1999, intitulada “A Democratização como valor universal”. Durante esta entrevista, entre outras perguntas, Coutinho foi interrogado sobre sua visão quanto às perspectivas de um governo democrático e socialista diante do processo de exclusão do capitalismo<sup>97</sup>. Respondendo-a, o intelectual faz uso de categorias gramscianas, explicando que a sociedade brasileira é, à época, muito tímida no que tange à política e aí categoriza ela, como sendo, quase sempre “econômico-corporativista” e quase nunca uma elevação ao plano “ético-político”. Em suas palavras: “A burguesia brasileira, é, portanto, extremamente, ‘econômico-corporativa’, ou seja, não parece capaz de formular um **projeto ético-político** de nação” (COUTINHO, 2000, p. 139, grifo nosso). Mesmo que esta leitura sobre a sociedade brasileira seja muito importante para o Serviço Social no âmbito de sua intervenção.

Não há nesta fala nenhuma interlocução direta com o campo profissional e, é claro, que nem ela, nem a presença de Coutinho no 9º CBAS, podem evidenciar uma influência direta, claro, como já foi explicado anteriormente, isso porque uma categoria profissional não se baseia nem é influenciada por um único e determinado intelectual ou pensador, da forma como anota

---

produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho, para a concepção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro?”.

<sup>94</sup> Não foi possível acessar o conteúdo ou texto sobre este painel, já que no Relatório Anual de Atividades do CFESS (CFESS, 1998), consta apenas a programação e, também, porque não foi encontrada outra fonte que trouxesse tal conteúdo.

<sup>95</sup> A fala de Sader foi sobre a “Crise do Capitalismo e o Projeto Neoliberal” e a de Potyara Pereira sobre “Questão Sociais e Transformação nas Políticas Sociais: respostas do Estado e da sociedade civil”. Estas e outras informações correlatas ao 9º CBAS, ver CFESS (1998, p. 36-40).

<sup>96</sup> Publicada em Bocayuva, P. C. C.; Veiga, S. M. (orgs.) **Afinal, que país é esse?** Rio de Janeiro, DP&A Editores, 1999. Republicada em Coutinho (2000) com alguns cortes, destacando que na pesquisa bibliográfica foi utilizada esta edição.

<sup>97</sup> Sobre o processo de exclusão do capitalismo, especificamente, diz ele: “É cada vez mais evidente que o capitalismo não pode resolver esse problema da exclusão; ao contrário, ele o recria e o agrava cada vez mais. É uma perversa ilusão esperar que a lógica do mercado resolva este problema, tanto no Brasil como internacionalmente. Isto, aliás, demonstra a falácia do neoliberalismo, cuja ideologia e prática levam necessariamente à exclusão” (COUTINHO, 2000, p. 138).

Vinagre (2016). Porém, é difícil utilizar o termo “ético-político” e não se remeter à categoria gramsciana e aos intelectuais que foram intérpretes importantíssimos para a introdução de Gramsci no Brasil. Neste sentido, tecendo e reconhecendo algumas inter-relações entre Carlos Nelson Coutinho e o Serviço Social brasileiro, tem-se: a) a importância de Coutinho como tradutor e interprete de Gramsci desde a segunda metade dos anos 1960; b) sua trajetória como docente no Serviço Social da UFRJ desde 1986; c) sua fala, grifada acima, ocorrer no mesmo período em que o termo projeto ético-político profissional se consagra no âmbito do Serviço Social brasileiro<sup>98</sup>. Daí, lança-se a pergunta sobre a contribuição ou influência (ou não) de Coutinho, enquanto *marxista convicto e confesso*, para a concepção do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Sobre esta questão, Beatriz Paiva, considera que não há, tanto para concepção do termo quanto do projeto ético-político em si, uma influência de Coutinho. Em suas palavras: “O Carlos Nelson não tem nada a ver com isso, nem com a disseminação deste conceito nem com essa versão que ele assume no senso comum. [...] eu não me lembro de ele ter formulado a categoria ‘projeto ético-político’” (PAIVA, 2016, p. 17).

Já Marlise Vinagre, por outra ótica, compreende de maneira distinta. Sua compreensão condiz com seu entendimento em torno da concepção e do termo “ético-político”, explicitada anteriormente, onde o emprego deste termo significa a compreensão de uma ética que tem por base uma direção social e política, uma ética não dissociada da política e sem perder – ética e política – suas particularidades enquanto categorias históricas específicas da vida social. É nesse sentido que ela diz existir uma sintonia entre o debate travado no Serviço Social, à época, e a influência de Coutinho, enquanto intérprete gramsciano<sup>99</sup>.

Ao encontro desta forma de compreensão sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho para a concepção de projeto ético-político, está a interpretação de Teixeira (2016). Ela considera que há, portanto, uma influência da discussão política que Coutinho faz, baseado no Gramsci, para o Serviço Social, donde elenca alguns fatores (fatos históricos) que contribuíram para isso:

Por exemplo: ele era colega da Marlise aqui [na UFRJ]; ele foi orientador da Mione [na dissertação de mestrado em 1995]; ele deu aula na graduação, na

---

<sup>98</sup> Lembrando que é neste período, também, que a primeira turma de doutorado em serviço Social da UFRJ está concluindo o curso. Recorde-se, que Coutinho teve presença ativa, para além da sala de aula, nas orientações da pós-graduação. Sobre as orientações ver Currículo Vitae na Revista Praia Vermelha, volume 22, número 2, 2013.

<sup>99</sup> Em suas próprias palavras: “Eu acho que isso estava o tempo todo permeando o debate naquele contexto e aí reforçando, inclusive, toda uma perspectiva de ideia de compromisso, [...], mas em um compromisso materializado numa perspectiva da práxis profissional, com uma direção muito concreta. É nesse sentido que eu acho que existe essa conexão entre o debate na época e a contribuição de Carlos Nelson, através do pensamento de Gramsci” (VINAGRE, 2016, p. 9-10).

pós-graduação, que foi onde a Beatriz Paiva fez graduação e mestrado. Então, é claro que essa interlocução com o Carlos Nelson vai aparecer no Serviço Social e nessas discussões, né?! (TEIXEIRA, 2016, s.p.)

De maneira muito coerente, Teixeira (2016) explica que – embora ela compreenda esta forma de influência de Coutinho no Serviço Social e na discussão de política, principalmente – não há uma discussão específica, ou seja, não existe uma produção específica de Carlos Nelson Coutinho para o Serviço Social e, então, para o projeto ético-político, no sentido estrito e restrito à profissão. Porém, a discussão de ético-político, conforme a entrevistada, é muito presente no Gramsci e, portanto, no Carlos Nelson Coutinho. Diante desta colocação – mesmo não afirmando que esta possível influência venha daí – é que ela entende que a influência de Coutinho não pode ser direta, mas, certamente, é indireta: não só por sua produção, mas por sua participação “sempre presente” no diálogo com profissionais do Serviço Social, por meio da Escola da UFRJ e dos eventos, falas, palestras. Esta interpretação pode ser verificada no seguinte fragmento de sua fala:

[...] o Carlos Nelson não vai ter nenhum texto aonde ele vai discorrer sobre compromisso ético-político ou sobre projeto ético-político, agora, vai estar presente muito no Gramsci, portanto, muito do Carlos Nelson. Vem daí? Não sei... não sei se essa relação é tão direta. Agora, não acredito que ela não seja indireta. [...] A interlocução, porque o Carlos Nelson estava dando aula no Serviço Social, porque ele era muito convidado para fazer palestra e etc., obviamente que isso influenciou. Então assim, acho que não é direto, mas, assim, você olhar “ético-político” e não lembrar do Gramsci, pra mim é impossível. E por conta desse protagonismo, porque é isso, é uma pessoa que nunca escreveu absolutamente nada de Serviço Social, mas ele tem uma influência enorme nas produções do Serviço Social. Mais do que ele dialogou com as pessoas, as pessoas dialogaram com ele. (TEIXEIRA, 2016, s.p.)

Outra interpretação ou forma de compreensão sobre a influência de Coutinho para a concepção do projeto ético-político, no que tange ao emprego do termo e ao significado, é a de José Paulo Netto. Ele, outro importante intérprete no âmbito da tradição marxista para o Serviço Social brasileiro, considera que tal influência pode ter vindo da discussão do “ético-político” que Carlos Nelson Coutinho faz, no âmbito da perspectiva gramsciana, e que traz para o Serviço Social brasileiro. Por outro lado, da mesma forma como Teixeira (2016) analisou também, como visto, Netto (2016) não afirma com certeza se esta influência vem daí, porém ele faz uma indicação de que sim e a sustenta explicando, como pode ser observado neste trecho de sua fala:

[...] note: eu não sei se Gramsci é responsável por isso, mas é aquela discussão do ético-político, que o Carlos Nelson, inclusive, faz muito bem – mas, veja,

essa discussão do Carlos Nelson, que já vem dos anos 1980 e que ele expressamente, a partir dos anos 1990 – traz para o Serviço Social, eu não sei se... engraçado, nunca discuti isso com Carlos Nelson, você está falando isso agora e... não sei se o Carlos Nelson subscreveria isso [essa questão do termo projeto ético-político] tal como entrou no nosso campo. Mas, eu acho que ele subscreveria sim, porque tem algum nexos, não é, aquela ideia de superar o corporativismo. (NETTO, 2016a, p. 11)

A compreensão em torno desta questão, de modo geral – mas não em sua totalidade e não sem especificidades, como se pode notar – tende a considerar que a influência de Carlos Nelson Coutinho para a concepção de projeto ético-político advém muito de seu papel enquanto intelectual e intérprete de Gramsci no Brasil. Sua influência, então, parece vir de suas produções no âmbito do pensamento gramsciano, mas não de maneira direta, isto é: não há em Coutinho uma produção que trate diretamente sobre o conceito de “ético-político”, assim como não há uma produção direta para o Serviço Social. Entretanto, a dimensão ético-política atravessa toda a obra dele, de acordo com a fala de Andreia Teixeira:

Veja, ele tem um texto sobre cidadania, ele tem um texto sobre democracia, ele tem um texto sobre pluralismo, mas o compromisso ético-político, a dimensão ética e a dimensão política perpassam a obra do Carlos Nelson inteira, entendeu?! Mas não como uma discussão específica de um tipo específico de compromisso ético-político, mas de um compromisso ético-político que faz parte de uma ética marxista. (TEIXEIRA, 2016, s.p.)

É inegável sua contribuição indireta como intérprete e intelectual marxista. Recorde-se: o Serviço Social não é uma disciplina, tampouco possui uma teoria própria, é, pois, na sua vinculação e adesão a uma perspectiva teórico-metodológica que os sujeitos profissionais podem tanto compreender a realidade social e de intervenção profissional para o exercício, quanto produzir conhecimento em Serviço Social. E aí, também, no debate do compromisso ético-político, no âmbito da tradição marxista, não se discute no Serviço Social brasileiro somente o compromisso ético-político com os usuários dos serviços sociais; discute-se o compromisso ético-político de maneira mais ampla, porque o projeto profissional dialoga e se vincula a um projeto societário emancipatório, que transcende o compromisso com um segmento da população (usuários(as) dos serviços), perpassa o compromisso de classe social (com a classe trabalhadora) e centra-se no compromisso ético-político com a emancipação humana (ser social).

É nesse sentido – distante de ser exclusivo ou único já que este projeto e sua denominação foi e é uma construção coletiva –, que se pode afirmar que Carlos Nelson Coutinho contribuiu e influenciou, sem intenção e de maneira indireta, à concepção de projeto



ético-político. E, àqueles que preferem entender, e assim compreendem, que ele não tenha influenciado à concepção, deverão, certamente, consensuar que ele auxilia e ajuda a entender a significação de projeto ético-político por meio de sua produção e intervenção, isto é, de sua intelectualidade.

No âmbito desta discussão, não é permitido deixar para traz aquela(s) parcela(s) de profissionais que não compartilham desta visão da profissão. Isto porque, embora se tenha, partindo de uma perspectiva materialista histórico-dialética, a compreensão de que o Serviço Social é uma profissão, dentre tantas outras, no âmbito da divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista e que os sujeitos individuais que a compõe, formando um sujeito coletivo (a categoria profissional) sejam trabalhadores assalariados e, portanto, pertencentes à “classe que vive do trabalho”, como denomina Antunes (2004), nem sempre se tem consciência disso. Isto é, nem sempre os sujeitos individuais se reconhecem como trabalhador (consciência em si) e/ou como parte do conjunto da classe trabalhadora (consciência para si), por conta do fenômeno da alienação, como explica Marx (1983). Aliás, há também, desde muito tempo, assistentes sociais que podem não pertencer à classe trabalhadora factualmente<sup>100</sup>, podem exercer a profissão sem necessariamente carecer de seu salário para viver. Por isso, nem sempre há uma vinculação a valores emancipatórios, tampouco uma vinculação geral de profissionais a um projeto societário alternativo ao capitalista, livre de exploração, pautado na humanização de homens e mulheres.

É deste patamar que se pode compreender, talvez, a questão da vulgarização do termo ou a contra-hegemonia do projeto ético-político atualmente. É daí, também, que se impõe a necessidade de discutir esta questão e de reforçar o que significa este projeto e a centralidade do Código de Ética como instrumento normativo e ético-político.

Isto posto, e neste contexto do projeto ético-político profissional do Serviço Social, tem-se aqui a intenção de destacar o Código de Ética Profissional de 1993<sup>101</sup>, não somente porque nele estão listados os princípios éticos fundamentais – em torno dos quais se busca compreender o processo de formulação e a influência de Carlos Nelson Coutinho, como aponta a problemática da pesquisa –, mas, essencialmente, porque esses princípios expressam os valores de natureza ética que perpassam e transpassam todo o projeto profissional, ultrapassando as fronteiras do Código e, conseqüentemente, não se limitando à letra das normas jurídicas, ao

---

<sup>100</sup> Embora tenha havido uma grande alteração na categoria profissional a partir dos anos de 1970, quando da entrada de pessoas de classes sociais mais baixas à profissão e quando da abertura e crescimento da pós-graduação em Serviço Social e seu maior diálogo com o campo das Ciências Sociais crítica.

<sup>101</sup> No seu significado histórico, como será abordado mais adiante, este Código “[...] coroa o processo de construção do projeto ético-político profissional” (NETTO, 1999, p. 104).

contrário, abrangem as escolhas teóricas, ideológicas e o direcionamento político da categoria profissional. Logo, compreende-se aqui que, o referido perpassar, dos valores e princípios éticos, bem como do direcionamento político de uma categoria, expressos no Código de Ética, para todo o projeto profissional faz jus à sua, então, denominação de projeto ético-político.

Outra razão para o destaque sobre o Código de Ética é reconhecer que, embora seja também um instrumento jurídico-normativo, ao contrário da Lei de Regulamentação da Profissão<sup>102</sup> e das Diretrizes Curriculares<sup>103</sup>, ele não passa, respectivamente, por aprovação pelo poder legislativo ou, pelo Ministério da Educação – MEC, para ser legitimado enquanto documento jurídico-legal e, desta forma, não incorre ao risco de sofrer a influência de instâncias externas no processo de sua aprovação. É a partir do amplo debate e participação da categoria, numa direção hegemônica – porém não homogênea, como anota Netto (1999) –, que se processa a elaboração e aprovação do Código de Ética profissional. Assim, este instrumento traduz integralmente o direcionamento ético-político da categoria profissional, através da deliberação do Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS.

O Código de Ética de 1993, desde sua elaboração até sua aprovação contou com a participação massiva de assistentes sociais e foi, inclusive, um marco na história da profissão no Brasil: porque num contexto adverso que foi a entrada dos anos 1990 “[...] ativar um largo e democrático processo de confronto em torno da dimensão ética da profissão é desafio de monta” (NETTO, 2012, p. 11).

Desta forma, sendo a elaboração do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993 produto da organização e ação concreta de homens e mulheres assistentes sociais em contexto de entrada do neoliberalismo no país, é preciso destacar que alguns sujeitos protagonizaram este processo. Enquanto sujeito coletivo, a entidade representativa da categoria, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou a discussão (NETTO, 2012; VINAGRE, 2016) e, enquanto sujeitos individuais, os integrantes da comissão técnica da “Comissão Nacional de Reformulação do Código de Ética Profissional do Assistente Social” (BONETTI et al, 2012, p. 277), protagonizam este processo: Beatriz Augusto Paiva; José Paulo Netto; Maria Lúcia Silva Barroco; Marlise Vinagre Silva; Mione Apolinário Sales.

---

<sup>102</sup> Lei n. 8662/1993 (CFESS, 2012)

<sup>103</sup> As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social no Brasil aprovadas pelo MEC não são as mesmas que foram coletivamente elaboradas, debatidas e aprovadas pela categoria profissional em 1996. O que não significa dizer que a categoria não faça um movimento – a partir, coletivamente, das entidades representativas (somadas às universidades e faculdades) e, individualmente, enquanto profissional comprometido com o projeto ético-político do Serviço Social – para seguir àquela elaborada coletivamente, dentro dos limites e possibilidades postas na sociedade brasileira atual, de crescente privatização e aligeiramento do ensino superior.

Esses sujeitos foram essenciais para que ocorresse a revisão do Código de 1986 e a discussão em torno de sua reformulação – que gesta e gera o atual Código – se objetivou a partir de eventos, debates e do acúmulo de conhecimento em torno da ética. Porém, o que direciona ou impulsiona o processo de revisão do Código de Ética extrapola os muros do “estritamente profissional” (IAMAMOTO, 2012, p. 108), sobre o que se tratará a seguir.

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO CONTEXTO DA RENOVAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Falar sobre a formulação dos princípios éticos fundamentais presentes no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993, pressupõe reconhecer e indica reconstruir os caminhos de “intenção de ruptura”<sup>104</sup> com o conservadorismo no âmbito da profissão enquanto parte da sociedade brasileira, organizada no contexto do agir e pensar do modo de produção capitalista.

Analisando a história do Serviço Social no Brasil é possível, com base em renomados pesquisadores da área, indicar dois grandes saltos qualitativos no âmbito da profissão. Primeiro, a partir de meados da década de 1960, a ruptura com a prática conservadora, reconhecido como o processo de renovação da profissão (NETTO, 2009) e, mais adiante, no interior deste processo, de 1980 em diante, a ruptura com o conservadorismo ético (BARROCO, 2010a; 2012; BONETTI et al, [1996] 2012). Antes de mais nada, é preciso dizer que esta separação em dois grandes saltos não significa segmentar a história ou meramente desconsiderá-la, como se cada um deles se expressasse de forma independente; tampouco significa indicar uma forma evolutiva e endógena ao Serviço Social; e, do mesmo modo, esta separação não indica uma dicotomia entre exercício profissional e ética, como será perceptível no desenvolver do texto.

A erosão com as bases tradicionais do Serviço Sociais é anunciada no final dos anos 1950, num contexto de industrialização pesada e de desenvolvimentismo da sociedade brasileira. Neste momento, a intenção era sincronizar o Serviço Social ao ritmo do desenvolvimento e, portanto, modernizar e delinear novo perfil profissional aos(às) assistentes sociais, donde se assume na história da profissão o chamado “Desenvolvimento de Comunidade” como um novo processo profissional.

Na entrada dos anos 1960, a erosão se intensifica por uma questão que vem de fora para dentro, isto é: “[...] compreendem o estágio de precipitação da dinâmica sociopolítica da vida brasileira, entre 1960-61/1964, com o aprofundamento e a problematização do processo

---

<sup>104</sup> O termo é de Netto (2009), como será explicado mais adiante.

democrático na sociedade e no Estado” (NETTO, 2009, p. 139). Ocorre, de acordo com o mesmo autor, um rebatimento profissional articulado por meio de quatro condutos: a relação da categoria profissional com outros segmentos (profissionais, sociais, grupos populares organizados politicamente); o distanciamento dos segmentos da Igreja Católica (conservantismo tradicional, católicos progressistas e esquerda católica); o espraiamento do movimento estudantil; o referencial das ciências sociais, no que se refere às suas dimensões críticas e nacional-populares na época. São esses condutos que fazem nascer, no interior do Desenvolvimento de Comunidade, vertentes distintas, entre as quais: uma progressista, conectada à libertação social das classes; e duas conservantistas, uma que alterou apenas a forma de intervenção e outra que pensava mais numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças estruturais, mas não superestruturais.

Esse processo de desenvolvimento de novas práticas, de distanciamento com as bases tradicionais da profissão – ainda em certa medida, pois carregam traços de continuidade – foram interceptadas pelo golpe militar, em abril de 1964. Por outro lado, e contraditoriamente<sup>105</sup>, a própria autocracia burguesa solicita, sob novas condições, um novo perfil profissional frente à reorganização do Estado e às mudanças na configuração da sociedade, rebatendo e gerando modificações sobre o exercício e a formação profissionais<sup>106</sup>.

Netto (2009) analisa a literatura profissional mais significativa no *locus* da auto-representação profissional no Brasil entre 1965-1985 e mostra como a renovação se configura num processo cumulativo, em que a dominância desta literatura varia, numa concorrência de tempo e espaço, entre o teórico-cultural e o ideopolítico<sup>107</sup>. A partir daí identifica três direções ou vertentes inerentes ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro: a perspectiva modernizadora; a reatualização do conservadorismo; e, a intenção de ruptura.

A *perspectiva modernizadora*, que surge em 1965 e se estende até a entrada dos anos 1970, objetivava uma adequação do Serviço Social em relação aos seus instrumentos de

---

<sup>105</sup> “O caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio-históricos surge aqui em toda a sua efetividade: ao refuncionalizar a contextualidade da prática profissional e redimensionar as condições da formação dos quadros por ela responsáveis, o regime autocrático burguês deflagrou tendências que continham forças capazes de apontar para o cancelamento de sua legitimação. Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, *instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava*” (NETTO, 2009, p. 129, grifos do autor).

<sup>106</sup> No que se refere ao exercício profissional no período da ditadura, no interior do processo de modernização conservadora, especificamente sobre a abertura de um mercado nacional de trabalho, conferir Netto (2009, p. 119-125); e sobre a formação profissional (idem, p. 125-127), no contexto do processo de refuncionalização da educação e da cultura no período ditatorial brasileiro (p. 53-101).

<sup>107</sup> Por esta questão, Netto (2009) identifica a dificuldade de apontar com precisão algumas datas, constatando o entrecruzamento entre as direções profissionais.

intervenção no interior do conjunto de técnicas e operacionalização no âmbito do desenvolvimento capitalista. Foi a direção que se viu mais polarizada entre os(as) assistentes sociais, não por sua qualidade teórica ou de elemento para intervenção, mas pela relação de continuidade que mantinha com a acumulação profissional e por sua funcionalidade condizentes às requisições da ditadura militar. Esta relação de continuidade foi parcial e seletiva, pois não inclui aquela vertente mais progressista do Desenvolvimento de Comunidade. Sua peculiaridade se dava a partir da nova fundamentação sobre os procedimentos profissionais, reiterando a tradição e se munindo de aportes do estrutural-funcionalismo. Aceitava a ordem sócio-política do golpe e visava dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas postas, sendo este seu caráter modernizador e, notavelmente, tecnocrático, já que abre espaços sócio-profissionais nas instituições estatais, ampliando o espaço no mercado de trabalho para assistentes sociais, porém, sobre os moldes da racionalidade burocrática. Em poucas palavras: “Ela foi a expressão de renovação profissional adequada à autocracia burguesa” (NETTO, 2009, 156).

A direção de *reatualização do conservadorismo*, identificada entre o início da década de 1970 até sua metade, foi a mais impermeável às mudanças da renovação, recuperando vários componentes da herança conservadora e os apresentando enquanto novos. Esta reproduz ações do pensamento católico tradicional, mas o faz com um viés de modernidade antes ausente. Este é o seu caráter renovador com relação ao passado: uma reatualização do passado para torná-lo mais sofisticado, daí ter recebido esta denominação.

Essa vertente repudia, ao mesmo tempo, a tradição positivista e o pensamento crítico-dialético, recorrendo, pois, à inspiração fenomenológica. Além de ampliar o subjetivismo e atender a segmentos que buscavam práticas psicologistas do Serviço Social, esta vertente se difere da perspectiva modernizadora em três aspectos: primeiro, porque não teve a mesmo êxito de polarização que aquela; segundo, porque seu polo difusor são as instituições universitárias; e terceiro, porque, a princípio, mostra o aparente distanciamento em face da ditadura que cercou as tendências irracionistas na universidade, isto é, faz uma crítica discreta e não se instrumentaliza a partir e para os moldes autocráticos. (NETTO, 2009)

Ressalta-se neste processo de renovação, entre traços de continuidade e ruptura<sup>108</sup> na história do Serviço Social brasileiro, a vertente denominada por Netto (2009) de *intenção de*

---

<sup>108</sup> Nesse caso, no que se refere à intenção de ruptura com o conservadorismo, pode-se pensar: ruptura ou descontinuidade? Não se configura, a meu ver, nem uma ruptura nem uma descontinuidade. Veja, o que se logrou historicamente com bastante força e hoje, talvez, exista um pouco mais fragilizado, é uma intenção de ruptura. Porque o que se pretende é, de fato, romper, mas este fato ainda não está consumado. Por isso a vinculação com um projeto societário mais amplo, já que a profissão isoladamente não pode proceder ruptura alguma. E também

*ruptura*, que se conecta àquela vertente progressista-revolucionária, do período que antecede ao golpe de 1964, nos marcos do desenvolvimentismo – que compreendia as práticas profissionais do Desenvolvimento de Comunidade como uma forma de transformação social<sup>109</sup>. A *intenção de ruptura*, que se gestou a partir de 1975 e se estendeu por uma década, contrária às vertentes anteriores – *perspectiva modernizadora e reatualização do conservadorismo* –, conjecturando uma crítica ao “serviço social tradicional”<sup>110</sup>, numa pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, isto é, da tradição positivista.

Há na referida direção três momentos que valem ser salientados, porque mostram os delineamentos desta vertente. O primeiro momento é o de sua emersão, que ocorre no âmbito da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde profissionais – considerando e ressaltando aqui, a consistente tradição estudantil que havia nessa escola, tanto no sentido do posicionamento da democracia, quanto revolucionário e socialista – realizaram uma crítica à teoria e prática tradicionais, criando uma proposta alternativa. É neste contexto que é formulado o conhecido Método de Belo Horizonte (Método BH), marco de primeira formulação brasileira da direção intenção de ruptura. Em 1975 esta primeira experiência é interrompida devido a uma forte crise que engendrou a demissão dos formuladores deste método.

Nos três primeiros anos da década de 1980 a *intenção de ruptura* vem à tona novamente, o que configura seu segundo momento, que Netto (2009) chamou de consolidação acadêmica. Na pesquisa dos discentes da pós-graduação deu-se o resgatar desta vertente e não só, pois foi a consolidação acadêmica que fortaleceu qualitativamente as críticas teórico-práticas sobre o tradicionalismo suscitadas no momento anterior (da emersão). Daí decorre uma análise crítica sobre as propostas de renovação profissional, em que o ponto alto foi a recolocação do debate a respeito da intenção de ruptura no centro das discussões da categoria e uma progressão, de 1980-1983, nas elaborações crítico-históricas mais abrangentes, onde se processa uma interlocução com as Ciências Sociais e se discute criticamente sobre a instituição do Serviço Social.

---

é possível dizer que não há descontinuidade das práticas conservadoras, já que existe, muito fortemente, uma onda conservadora na sociedade e traços de continuidade na profissão. Considerando que descontinuidade significa interromper ou suspender, é que se pode dizer que não ocorre, também, uma descontinuidade. Em concordância com Netto (2009) o que ocorreu foi uma intenção de ruptura e, hoje, há um rastro desta intenção - um rastro porque a hegemonia do período de que trata o autor não tem hoje a mesma vitalidade ou, para não se dizer que não existe, está em crise.

<sup>109</sup> Sobre esta vertente no período pré-golpe no Brasil, nos marcos do Desenvolvimento de Comunidade no âmbito da profissão, ver Netto (2009, p. 140).

<sup>110</sup> “Por Serviço Social ‘tradicional’ deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam *efetivamente* na América Latina” (NETTO, 1981, p. 59-60 [nota n. 3])

Com este acúmulo surge, no início dos anos 1980, o terceiro momento da vertente, o espraiamento sobre a categoria profissional. Este movimento possibilitou, conforme explica Netto (2009), a compreensão de que a *intenção de ruptura* não era apenas um transmissor legítimo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, mas, de fato, um potencial criativo e produtivo no âmbito da profissão, colocando o próprio Serviço Social como objeto de estudo.

Partindo da compreensão de que os Códigos de Ética expressam ou traduzem o direcionamento ético-político da categoria profissional, como já afirmado neste texto, é possível pensá-los, no interior da renovação do Serviço Social no Brasil, ao mesmo tempo, como produto e como expressão deste processo.

Pensando que cada perspectiva teórico-metodológica induz ou empreende uma compreensão da ética, da política, enfim, interfere à concepção e visão social de mundo e pensando que cada uma das vertentes identificadas por Netto (2009) contém uma ancoragem distinta quanto à perspectiva teórico-metodológica, tem-se que cada vertente possui, pois, uma apreensão distinta em torno da dimensão da ética e, por consequência, da ética profissional, campo onde se circunscrevem os valores e princípios profissionais. Daí a possibilidade de compreender os Códigos oriundos em cada momento histórico da profissão<sup>111</sup> e reconhecer neles os parâmetros para o exercício profissional, bem como os princípios orientadores que direcionam ética e politicamente este exercício.

O primeiro Código de Ética, datado de 1947 – período ainda das primeiras práticas ou, como indicou Yamamoto (2008), as protoformas do Serviço Social, momento em que a profissão ainda não possuía regulamentação jurídico-formal no país e que precede o processo de renovação do qual se trata. Orientava-se pelo neotomismo<sup>112</sup>, através princípios absolutos e metafísicos, portanto, de conteúdo universal abstrato, tendo suas bases na existência divina, que condicionava à existência do todo, onde:

[a] essência humana é predeterminada à história e de uma ordem universal eterna e imutável [e, assim, esta] subordinação do homem, da ética e dos valores às leis divinas leva a uma concepção essencialista, ou seja, que concebe a existência de uma essência humana transcendente à história, doadora de valores a todos os seres humanos. (BARROCO, 2012a, p. 44)

---

<sup>111</sup> Compreendendo momento histórico da profissão enquanto produto da relação dialética entre a ação dos sujeitos que compõem a categoria profissional e a conjuntura específica do Estado e da sociedade brasileira em cada período histórico.

<sup>112</sup> “Neotomismo é a retomada, nos séculos XIX e XX, da filosofia de Tomás de Aquino, teólogo do século XII, que construiu sua filosofia baseada nos princípios da teologia e nos fundamentos da filosofia de Aristóteles” (BARROCO, 2012a, p. 43).

Consequentemente, a interpretação da sociedade, do Estado e do exercício profissional se dava a partir de uma visão a-histórica, distante da compreensão da luta de classes, lado a lado com a busca da harmonia social e do bem comum.

Os dois Códigos subsequentes – nos marcos da perspectiva modernizadora, o Código de Ética de 1965 e, uma década depois, sob a vertente de renovação do conservadorismo, o Código de Ética de 1975 – “[...] reproduzem a base filosófica humanista cristã e a perspectiva despolitizante e acrítica em face das relações sociais que dão suporte à prática profissional” (BARROCO, 2010a, p. 126) e, consequentemente, não questionam tampouco refletem sobre a dimensão ética da profissão.

Entretanto, embora esses Códigos permaneçam sob a mesma orientação conservadora, existem algumas diferenças pontuais entre eles:

Constata-se uma diferenciação no que se refere à explicitação do pluralismo presente na renovação profissional: em 1948, a profissão é tratada como homogênea; em 1965 anuncia-se a existência de diferentes concepções e “credos” profissionais; em 1975, tal referência é excluída do Código de Ética, o que expressa a reatualização do projeto profissional conservador, no contexto pós-1968. (BARROCO, 2010a, p. 126)

No que se refere aos valores e princípios, mesmo no âmbito do conservadorismo, o Código de Ética de 1965 se destaca por trazer algumas questões inéditas em torno da direção ética e que, dentro das limitações postas pelo conservadorismo, tanto com relação ao Código de 1947, quanto ao de 1975. Assim, entre as novidades nele contidas estão: a) a ética profissional relacionada às demandas decorrentes do “mundo moderno”; b) a profissão com “amplitude técnica e científica”, entendida como “profissão liberal”; c) os deveres profissionais mais afastados do compromisso com a religião e mais ligados ao respeito à legislação; d) a afirmação de um pluralismo profissional (ainda com traços ecléticos, considerando o alicerce neotomista presente)<sup>113</sup>. Da mesma forma:

Embora o Código de 1965 não considere criticamente as contradições sociais, o que o conduz a prescrever a “colaboração pessoal e técnica” para o “desenvolvimento solidário e harmônico do país”, ele aponta para alguns elementos novos em face do tradicionalismo ético: a colaboração com “os

---

<sup>113</sup> Ao explicitar sua concepção de autodeterminação, justiça, e bem comum, estabelece os limites para a colaboração com os poderes públicos, chamando a atenção para a cidadania e o respeito ao pluralismo profissional e social. O pluralismo profissional é assim afirmado: “Um Código de Ética se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos” (CFAS, 1965, p. 5); portanto, o profissional deve: “Respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio de autodeterminação” (CFAS, 1965, p. 7 apud BARROCO, 2010a, p. 127).



poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais” tem como parâmetro situar-se “dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa”; a inserção junto a programas nacionais e internacionais que se destinam para atender às “reais necessidades de melhoria das condições de vida” colocam-se como “deveres cívicos” (CFAS, 1965, p. 7 apud BARROCO, 2010a, p. 127)

Em contrapartida, diante da coexistência entre neotomismo e positivismo no âmbito da perspectiva modernizadora, a ética tradicional continua imperando sobre o comportamento dos profissionais que, neste sentido, deviam ser imparciais, respeitosos, corteses, onde a moral dava bases à ação profissional – dentro ou fora da profissão. (CFAS, 1965 apud BARROCO, 2010a) Cabe aqui uma paráfrase a uma fala recente de José Paulo Netto sobre a conjuntura brasileira, trocando o termo político por ético, é possível dizer que “quando a moral é posta no centro do debate [ético], como regulador [ético], o resultado sempre é a vitória do conservadorismo”<sup>114</sup>.

Quanto ao Código de 1975, o destaque a ser feito é de sua distinção para com o anterior, embora ele conote uma continuidade dos códigos anteriores. Entretanto, esta diferença não se situa no campo dos avanços, ao contrário, ela expressa certo retrocesso com aquelas novidades ou avanços (ainda com certas limitações) do Código de 1965, isto porque ele elimina a referência ao pluralismo, à democracia e a luta para uma ordem social mais justa. Esse retrocesso pode, ainda, ser duplicado se se considerar à reafirmação de um posicionamento acrítico no que tange à “[...] ação disciplinadora do Estado [...] que em nome do bem comum tem o direito de dispor sobre as atividades profissionais” (CFAS, 1975, p.6 apud BARROCO, 2010a, p. 129).

Sistematizando como ocorreu o processo de amadurecimento da categoria profissional e, concomitantemente, da profissão para a constituição de uma nova ética no Serviço Social brasileiro, Barroco (2010a) sinaliza como marco histórico a primeira etapa entre os anos de 1960-1970 e a segunda entre 1986-1993. Desta forma, e frente ao exposto, pensa-se no avanço registrado no Código de 1965 e uma lacuna nos anos 1970 no que tange a uma busca de ruptura com a ética tradicional. Este silêncio pode ser relacionado a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI5), que fechou as portas de certa progressão no campo da política, como se sabe.

Assim, se as práticas conservadoras vieram sendo negadas, com pesos e medidas diferentes, com traços de continuidade e ruptura quanto aos valores que norteiam o exercício

---

<sup>114</sup> A frase, tal como foi dita por Netto é: “quando a moral é posta no centro do debate político, como regulador político, o resultado sempre é a vitória do conservadorismo ou do reacionarismo” (NETTO, 2016). Esta é uma fala realizada na Universidade Nacional de Brasília – UNB, em 20 de abril, sobre a conjuntura política brasileira, no momento pós aprovação do que a oposição de governo do país chamou de *impeachment*, mas que no desenrolar fatídico da histórica, pode ser chamado de golpe, isto é, a aprovação no Congresso Nacional, em 17 de abril, do pedido de *impeachment* à presidente Dilma Rousseff.

profissional, ao longo do processo de renovação do Serviço Social – pensando nas similaridades e diferenças expressas nos Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social como exemplos concretos –, é a vertente da intenção de ruptura que abre os caminhos para o questionamento, compreensão e construção de uma nova ética profissional:

[...] a construção de uma nova ética profissional foi gerada no interior da vertente que surgiu e amadureceu a partir das condições históricas que permitiram a negação e a busca de ruptura com o conservadorismo profissional: a vertente que deu origem ao projeto de ruptura que hoje denominamos projeto ético-político (Netto, 1999; Braz, 2005). Não existe uma nova ética apartada desse projeto: ela é parte orgânica dessa construção. (BARROCO, 2012a, p. 41)<sup>115</sup>

Antes de entrar ao grande mérito do Código de Ética de 1986, é necessário mencionar e reconhecer que a perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo e a construção de uma nova ética não é algo restrito ao Serviço Social brasileiro: é produto de um movimento latino-americano de questionamento das práticas profissionais, o conhecido Movimento de Reconceituação<sup>116</sup>. Datado de 1965 a 1975, foi muito expressivo e fonte de questionamentos e propostas que orientavam à uma renovação da profissão. Mas, como já mencionado no capítulo anterior, porquanto nos países do Cone Sul de fato houve a instauração de alternativas de ruptura com as práticas tradicionais, no Brasil, no período demarcado da Reconceituação – que remete ao período assinalado por Netto (2009) da vertente de modernização conservadora –, a renovação acabou se configurando peculiarmente como “modernização profissional”, numa redução aos valores desenvolvimentistas da época. O que não significa negar a importância do movimento para a renovação da profissão, haja vista que tal movimento expressou as primeiras aproximações do Serviço Social com a tradição marxista – ainda que, a princípio, de maneira “enviesada” (NETTO, 1989) –, o que aponta para o afastamento progressivo do conservadorismo profissional.

---

<sup>115</sup> Não se pode compreender aqui que a construção da chamada nova ética no âmbito da profissão seja algo restrito à formulação do Código de Ética de 1986, que é um marco histórico de ruptura com o conservadorismo, como se verá. Mas, deve-se compreender que o que empreende a nova ética é um processo histórico, no interior da renovação profissional, nos marcos da *intenção de ruptura*. Assim, também, mais tarde, o projeto ético-político não pode ser desconectado deste evoluir histórico aqui anotado, como será visto.

<sup>116</sup> “[...] teve lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis [...] expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um *Serviço Social latino-americano*: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história [...]. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades [...] e a debilidade teórica no universo profissional” (NETTO, 2005, p. 211-212, nota n. 129)

Destarte, no legado da Reconceituação no Brasil estão os marcos da ruptura com as bases conservadoras: o acontecimento do denominado Congresso da Virada<sup>117</sup> em 1979, demarcando historicamente o início da construção de um projeto profissional direcionado politicamente aos interesses da classe trabalhadora; e o Código de Ética de 1986, sinalizando a ruptura com os valores neotomistas e positivistas, bem como com o conservadorismo ético e ideopolítico no Serviço Social brasileiro.

Importa ressaltar que esse processo de intenção de ruptura e esses marcos não podem ser analisados de maneira a considerar somente como produto de movimentações e transformações restritas à profissão, isto é, não se trata de um avanço endógeno, tampouco de um fato isolado, trata-se, portanto, de um:

[...] rebatimento, na profissão, de um conjunto de transformações sociais que a partir da década de 1960 demandaram um movimento de renovação profissional. A dinâmica posta pelo desenvolvimento da sociedade e pela explicitação das condições sociais propiciou um repensar sobre o significado social do Serviço Social, tendo como principais referências a superação da prática fundada em pressupostos abstratos e imutáveis e a explicitação de sua **dimensão política**. (BARROCO, 2012b, p. 143, grifo nosso)

Enfatizando essa dimensão, nesse processo, o Código de Ética de 1986, cabe destacar a máxima dos avanços expressos nesse instrumento jurídico-normativo, isto é, como foram traduzidos esses avanços para tal documento – compreendendo que tais avanços não estão descolados da conjuntura nacional dos anos de 1980, momento em que o Brasil vivia um processo de democratização.

Primordialmente, destaca-se que o código em questão representa um grande marco de ruptura, um salto qualitativo no âmbito da profissão no Brasil. Sem dúvida, a mudança nele expressa é inédita, uma vez que, além de ser produto de um processo democrático e coletivo por parte da categoria profissional, tendo sido elaborado “[...] ao longo de aproximadamente dois ou três anos a partir de um processo bastante representativo de discussão de todos os estados, envolvendo conselhos regionais, os sindicatos da categoria, e foi homologado pelo Conselho Federal de Serviço Social” (VINAGRE, [1996] 2012, p. 171). Por isso, expressa, efetivamente, parte de um projeto profissional coletivo – tecido no interior da vertente de intenção de ruptura, no âmbito do processo de renovação profissional –, ele “[...] descaracterizou a tendência legalista do Código anterior, politizando a sua natureza de

---

<sup>117</sup> III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, realizado em São Paulo (SP), setembro de 1979.

documento construído coletivamente pela categoria por meio de suas entidades representativas [...]” (BARROCO, 2012, p. 47).

Uma das questões centrais do avanço que o Código de 1986 representa para o Serviço Social brasileiro é a elucidação nele expressa de compromisso com a classe trabalhadora e, sobretudo, de um reconhecimento de sujeitos profissionais enquanto parte da classe trabalhadora. Esta concepção é fomentada durante o processo de renovação, na intenção de romper com o conservadorismo, por meio da militância<sup>118</sup> de uma parte expressiva da categoria profissional, por meio dos avanços no campo da pós-graduação, da aproximação qualitativa com a tradição marxista madura, tudo isso no movimento de democratização da sociedade brasileira, de esvaimento da ditadura militar, de lutas e conquistas de direitos sociais plasmados, mais tarde, na Constituição Federal de 1988. Em síntese:

O Código de Ética de 1986, foi, então, uma construção muito importante, muito grande... foi uma construção que não foi feita de uma maneira voluntarista, como um improviso, era produto de uma militância muito grande da categoria. [...] a questão central era derrotar o campo conservador, fincar bases para um projeto profissional crítico e anticapitalista. O Código de Ética Profissional de 1986 deu conta disso, deu conta absolutamente disso, mas é claro que ele era um código programático, um código com aquela afirmação decisiva para nós, que foi o reconhecimento do Serviço Social como classe trabalhadora. (PAIVA, 2016, p. 3)

Esta concepção não poderia nascer no âmbito de uma perspectiva teórico-metodológica conservadora, logo, e a partir disso, nitidamente, se pode esperar outras mudanças que apontaram outros avanços.

Desta forma, – certamente esta é outra questão de evidente avanço no Código – se tangencia busca de superação daquela visão metafísica e idealista, vinculada ao neotomismo, positivismo e fenomenologia. Negando à acepção abstrata e a-histórica, o referido Código aponta a necessidade de “[...] objetivar os sujeitos históricos para apreender necessidades concretas. Neste sentido apontou alguns parâmetros para esta apreensão, contrapondo, por exemplo, o princípio da contradição ao da harmonia e estabilidade, base dos códigos anteriores” (BARROCO, 2012b, p.144).

Outra nova questão é a negação da neutralidade, perceptível por meio do conceito “compromisso” no texto do Código de 1986, evidenciando um posicionamento junto aos usuários dos serviços, à classe trabalhadora. Este compromisso ficou expresso nos deveres:

---

<sup>118</sup> Seja em partidos políticos, sindicatos, associações, movimentos sociais, entidades da categoria. Ver Abramides (2006) e Ramos (2005)

“[...] democratizar as informações e tentar alterar a correlação de forças no âmbito institucional” (PAIVA; SALES, p. 210-211), assim como em “[...] criar espaços para sua participação nos programas e decisões institucionais; denunciar falhas das instituições e contribuir na alteração da correlação de forças de modo a fortalecer novas demandas de interesses dos usuários” (BARROCO, 2012b, p. 143).

Ainda, há uma novidade quanto ao papel do assistente social, com relação: à denúncia por parte de colegas de profissão, sobre falhas das instituições e também às falhas de outros profissionais (PAIVA; SALES, 2012); e sobre a questão do segredo profissional, que no Código anterior podia ser quebrado para evitar danos graves ao “cliente”, já no de 1986 a quebra do segredo pode ser feita quando se tratar de danos graves aos interesses da classe trabalhadora (BARROCO, 2012b). Neste sentido:

O conjunto das conquistas efetivadas no CE de 1986 pode assim ser resumido: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído. (BARROCO, 2012a, p. 48)

Entretanto, mesmo diante dos significativos avanços no âmbito do Código de Ética de 1986 quando comparado aos anteriores, é impossível não considerar algumas limitações nele contidas, as quais são apontadas e problematizadas na bibliografia existente sobre o processo de reformulação. Paradoxalmente, algumas das limitações são notadas mesmo no interior dos ditos avanços, por exemplo, o fator da denúncia que, embora indique uma direção inédita, contém nela uma fragilidade que é expressa a partir da ausência da crítica, assim como pela falta de reconhecimento da contradição, tanto no âmbito da formação teórico-prática, quanto da orientação ético-política, donde a reprodução de imperativos éticos e um papel profissional, vinculados à intenção de “ajustar” (PAIVA; SALES, 2012, p. 211). Outra limitação, também ligada a um dos avanços, está na questão da quebra do segredo, pois “[...] mesmo identificando historicamente os interesses de classe, ainda há uma predeterminação quanto aos valores. [Assim,] continua a haver uma visão ética que dá aos conceitos um fundamento *a priori* e imutável” (BARROCO, 2012b, p. 146).

Destarte, há também a limitação quanto ao posicionamento político expresso no Código de 1986, que indica vinculação à classe trabalhadora como se esta classe fosse “boa em si”, o que indica, *a priori*, sinais de uma visão unilateral e estática. Unilateral, porque exclui a dimensão histórica das escolhas morais dos sujeitos que a compõem e conseqüentemente

desconsidera que tais escolhas são atravessadas, entre outras coisas, pela alienação, assim como pela atribuição distinta dos valores, que podem não corresponder à classe pertencente. Estática, porque apresenta a classe trabalhadora como portadora absoluta de valores do bem, segmentando a uma visão de mundo que engendra a existência de bons e maus e que, por conseguinte, exclui a possibilidade de contradição, de luta por hegemonia e de transformação de valores. (BARROCO, 2012b).

Assim, a interpretação sobre a dimensão e o direcionamento político da profissão habita um viés idealista, pois: “[...] se foi uma conquista descobrir e atentar para a dimensão política da prática, por outro lado houve um excesso de ênfase no aspecto político e também de ideologização do Código de Ética [de 1986]”. (PAIVA; SALES, 2012, P. 212)

Para Barroco (2010a) o que ocorre é o seguinte: “[...] a prática política construiu objetivamente uma ética de ruptura, mas não ofereceu uma sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos” (p. 177). No mesmo sentido, Iamamoto explica que esta é uma questão já anunciada anteriormente por Lukács, onde se identifica:

[...] *uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita*. Enquanto a órbita da interpretação teórica da sociedade era presidida por uma análise dualista, de corte positivista, na órbita do dever ser emergia uma intencionalidade política de compromisso com a classe trabalhadora e com a ultrapassagem do ordenamento social instituído, veiculada na prática profissional quotidiana numa linguagem mais próxima da militância do que de um trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2012, p. 122, grifos da autora)

Existe, ainda, outra problemática com relação ao direcionamento político no que tange à vinculação com a classe trabalhadora em que, se tratando de um código de ética profissional, precisa ser considerada, qual seja:

Na medida em que um Código de Ética deve ser representativo da categoria, essa vinculação [com a classe trabalhadora] exclui os profissionais que não fizeram essa opção. Eticamente esta questão seria analisada como um preconceito, pois pode ser vista como uma restrição que estaria discriminando a participação profissional na vida pública. (BARROCO, 2012b, p. 146)

A questão posta não é de negar um posicionamento político, a partir do reconhecimento da contradição posta no que tange à luta de classes, mas de estabelecer o que é e o que não é cabível a um Código de Ética, assegurando que este deve representar a categoria profissional ao passo que a orienta quanto aos parâmetros do exercício da profissão. Assim, a compreensão vai ao encontro de que o compromisso e o direcionamento político podem ser expressos de

maneiras distintas e que no espaço e na função do Código “[...] o compromisso deve ser com os valores e não com as classes, grupos, indivíduos, isto é, não cabe num Código de Ética prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores” (BARROCO, 2012b, p.147). Isto porque, no campo da compreensão sobre a alienação<sup>119</sup> há muitos sujeitos que pertencem à classe trabalhadora e que não se reconhecem enquanto tal, isto é, que são classe trabalhadora e que têm uma visão de mundo orientada por valores da classe oposta, com adesões a projetos de sociedade distintos.

Por outro lado, essa vinculação à classe trabalhadora não expressa meramente uma opção, expressa o reconhecimento de que o Serviço Social é uma profissão inserida no campo do assalariamento e que seus sujeitos profissionais, portanto, são trabalhadores assalariados. É uma condição, que pode ser atinada por meio de uma nova perspectiva, que deve engendrar, coerentemente, uma nova práxis profissional. Elemento que fica evidente no trecho da fala de Beatriz Paiva:

Isso não é uma opção de classe, é a percepção da nossa condição como categoria profissional, uma percepção da realidade. Não se trata de escolha, não se trata de opção, é o que de fato o Serviço Social é: classe trabalhadora. Com todas as contradições e polêmicas que isso significa, sabemos que a classe trabalhadora não é um bloco monolítico, que não se trata de entendê-la como um espaço exclusivo do trabalhador operário ou proletário, mas um conjunto de trabalhadores assalariados. O assalariamento me parece o vínculo decisivo que nos aproxima do conjunto dos demais setores da classe trabalhadora. Essa percepção tem consequências muito profundas, uma delas é reconhecer que a luta da classe trabalhadora exige uma práxis política radicalmente crítica – nova, por isso – e, essa práxis política radicalmente crítica não pode prescindir de uma forte fundamentação teórica. (PAIVA, 2016, p. 3-4)

Para José Paulo Netto, entre os assistentes sociais vinha se firmando uma visão de si mesmos como trabalhadores, por meio de uma laicização plena das concepções éticas e um rebatimento muito forte dos setores e avanços democráticos, que a sociedade brasileira vivia naquele instante, o que levou “[...] o Código de 1986 a fazer uma opção pela aliança com os trabalhadores, que é uma coisa, do ponto de vista político, muito progressista, mas que não cabe num Código de Ética, não é?!” (NETTO, 2016a, p. 4). Para ele, esta é uma questão que, embora progressista, traz problemas constitucionais, no sentido de que não se pode “[...] submeter um corpo profissional tão diferenciado, como é o do Serviço Social, a um compromisso com as

---

<sup>119</sup> O fenômeno da alienação se expressa de três formas: o homem não se reconhece no produto criado por ele; não se reconhece no processo de trabalho; nem no outro homem (MARX, 1983).

classes trabalhadoras. Pode-se ter, e tem, figuras extremamente conservadoras [...]” (idem, p. 4).

Mesmo compreendendo o ponto analítico de Netto sobre a questão, é necessário fazer um adendo. Reconhece-se a heterogeneidade da categoria profissional e que nela há sujeitos que não são ou não se reconhecem como membros da classe trabalhadora<sup>120</sup>, podendo ter visões sociais de mundo distintas e adesões e vinculações a projetos societários antagônicos. E, assim, existem assistentes sociais conservadores, reacionários, progressistas e revolucionários. Mas, é preciso ter cautela com esta justificativa para não abrir margem ao retrocesso no âmbito profissional. Isto porque, a própria defesa, no atual Código, de valores universais sob uma perspectiva emancipatória, se plasma na centralidade do trabalho. Então, será que afirmar que não se pode submeter todo o corpo profissional ao compromisso com a classe trabalhadora não subscreveria um entendimento de que não se pode defender, também, certos valores? Pensa-se especificamente na vinculação do projeto profissional a um projeto societário mais amplo, sem exploração, dominação. Será que conservadores consensuam com este princípio e se não, o que é bastante provável, ele perde espaço no Código? Perder-se-ia, aí, a compreensão do significado histórico da profissão e de seu projeto. Talvez o ponto de consonância seja o compromisso com o ser humano genérico, para ser plural e não ser eclético quanto aos valores, como explícito no Código de Ética de 1993.

No que tange ao interior das fronteiras do Código de Ética, ele precisa indicar “[...] o *dever ser*: como a prática pode ser realizada de acordo com os princípios éticos definidos pelo projeto político-profissional, devendo recusar o que não é aceitável dentro do exercício do Serviço Social, ou seja, o que é proibido e vedado [...]” (PAIVA; SALES, 2012, p. 212, grifos das autoras). Justamente o que não está explícito, conforme as mesmas autoras, no Código de 1986, cujas indicações ficavam muito mais no campo teórico-metodológico do que no campo ético-político, configurando uma insuficiência deste instrumento sobre a questão normativa que deveria conter.

Além desse sobressalto da dimensão teórico-metodológica em detrimento da explicitação da dimensão ética, há outra implicação: a questão ética fica aquém da dimensão política, não havendo para a primeira uma explicitação conceitual e fundamentada sobre sua natureza, ocorrendo, desta forma, sua identificação com a segunda. (BARROCO, 2009)

Mais uma limitação ou insuficiência do código em questão está também sobre sua dimensão teórica e filosófica, donde algumas fragilidades em sua operacionalização. A

---

<sup>120</sup> Da maneira como foi argumentado páginas atrás, ao final do item 1.1.



preocupação perdurava sobre o como fazer e não contemplava o que se deveria fazer diante dos compromissos e direções assumidas. Em outras palavras:

Dentro do raciocínio da crítica ao Código de 1986, queria se dizer e demarcar o seguinte: aquele se propunha muito mais a dar conta do aspecto político e educativo do que dessa dimensão normativa. No Código de 1986, havia, pois, um privilégio das instruções teórico-metodológicas de como conduzir a prática profissional [...]. (PAIVA; SALES, 2012, p. 211)

Em síntese, a dimensão ética ficava subsumida à perspectiva teórico-metodológica e à dimensão política; e, a dimensão teórica e filosófica possuía insuficiências que implicavam dificuldades à operacionalização daquele instrumento jurídico-normativo.

Outra questão que retrata essa subsunção é o fato de que os avanços gestados no âmbito do Código de 1986 não foram acompanhados do aprofundamento da discussão da ética no espaço da formação e do exercício profissional. No que se refere à formação profissional, Vinagre ([1996] 2012) explica que, de modo geral, a disciplina de ética: ficava para aquele professor convocado para lecionar o que restasse na distribuição das disciplinas, porque não tinha carga horária completa ou porque era uma disciplina obrigatória e precisava ser cumprida; ou para aquele professor que estava ingressando ao corpo docente; sendo assim, vista como uma disciplina menos importante ou de menor estatura teórica<sup>121</sup>.

Por outro lado, nesse contexto de limites e/ou insuficiências, é preciso lembrar dos avanços anteriormente mencionados para não os descartar juntamente com as insuficiências e, assim, gerar novas debilidades. O fato é que o Código de Ética de 1986 é um marco do processo ou intenção de ruptura com conservadorismo e representa expressamente a construção de um projeto profissional, porém, é também um “[...] documento muito datado, ou seja, possui um traço conjuntural muito forte, prendendo-se ao imediato da realidade brasileira e, com isto, perdendo em eficácia, ao não atentar para a totalidade da prática profissional do assistente social” (SALES, [1996] 2012, p. 140). Isso se explica diante da compreensão de que esse

---

<sup>121</sup> É importante registrar aqui, sobre esta questão do diminuto espaço, no âmbito da formação, da disciplina de ética, da discussão e do debate da ética no âmbito de sua vinculação e articulação com a filosofia e até mesmo no que se refere estritamente à ética profissional, que também nos dias de hoje configura-se como um espaço pouco explorado pela categoria e pesquisadores da área, por assim dizer. No momento da realização da entrevista, é explícita ou tácita essa questão, sendo oportuno reportar à fala de Beatriz Paiva, com quem foi possível fazer essa problematização, momento em que aparece um relato de experiência de ambas as partes (entrevistada e interlocutora) sobre a pequena quantidade de disciplinas nos programas de pós-graduação em Serviço Social que tem como tema central a ética e a ética profissional – até mesmo disciplinas que discutem os fundamentos do Serviço Social. Hoje, é urgente, parafraseando Heller, uma suspensão do cotidiano e um repensar sobre a importância da discussão da ética até mesmo para problematizar as questões do cotidiano profissional afim de afinar, nesse sentido, seu projeto profissional, para não cair ao que se ouviu e ouve muito que “na prática, a teoria é outra”. (GUERRA, 2005)

Código foi fomentado no interior de uma conjuntura – não somente brasileira, mas latino-americana –, de ampla revisão de valores, em contraposição ao conservadorismo, em que seu surgimento se logrou, pois, na tentativa de resgatar um espaço social para aqueles sujeitos que buscavam se articular em prol da redemocratização. (VINAGRE, [1996] 2012)

Esse processo de identificação dos avanços e do marco histórico que representa, bem como a argumentação em torno dos limites do Código de 1986, engendram e são parte constitutiva do processo de reformulação do Código de Ética que gesta e faz nascer o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, isso porque é parte do mesmo processo, já que “[...] não teve nenhuma ruptura de 1993 com relação a 1986, o que teve foi um processo e aprofundamento filosófico, um processo de aproximação daquele projeto que foi alinhado, desenhado em 1986, com uma sedimentação rápida na categoria, e na sociedade brasileira” (PAIVA, 2016, p. 5).

Nesse processo, a preocupação central “[...] era garantir que o Código de Ética pudesse constituir um instrumento político e educativo, sem deixar de contemplar o aspecto normativo e punitivo” (PAIVA; SALES, p. 211).

Com efeito, tendo estas questões elucidadas, é necessário compreender o processo de repensar a ética no âmbito da profissão e como se coloca a proposta de reformulação do Código de Ética e da elaboração dos princípios. Sobre o que se pretende sistematizar e contribuir a seguir.

### 2.3 O PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1986

Ao contrário do cenário de formulação do Código de 1986 – de abertura democrática e ascensão de movimentos sociais e organizações sindicais de trabalhadores, como já citado –, o contexto que envolve a reformulação, no início da década de 1990 envolve, conforme Barroco (2012b) explica, a crise da sociedade brasileira, que coloca em xeque a reflexão sobre a ética<sup>122</sup>. Essa crise abrange as diversas formas de violência, corrupção, desrespeito aos direitos humanos, inquirindo à sociedade uma reação e, conseqüentemente, rebatendo nas profissões, propiciando, então, o repensar e o refletir sobre a dimensão da ética profissional, da forma como o debate chegou, também, para o Serviço Social. Mais especificamente, o contexto era o da

---

<sup>122</sup> “De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, comprometendo-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986” (CFESS, 2012, p. 20).

“[...] emergência da questão ética na cena política brasileira, desencadeada pelo *impeachment* do presidente da República, [que] impulsionou o debate ético na sociedade” (BARROCO, 2012a, p. 49); contexto de enfrentamento do neoliberalismo no país, em meio ao surgimento da dimensão da ética na política.

Para Vinagre ([1996] 2012), é com o acirramento progressivo da contradição de classe, com as crises sociais na conjuntura no Brasil e fora dele, assim como com a chamada crise dos projetos societários de transformação social, que o debate da ética recai e recoloca-se, urgente naquele momento.

É condizente e muito ilustrativa, sobre essa discussão, a fala de uma das entrevistadas, que relata, rememorando à época, como se processou o debate da ética, mais fortemente, no espaço da categoria profissional. Em suas palavras:

O tema da ética não era um tema forte no debate profissional, né!? Estávamos saindo da ditadura, tínhamos passado pelo processo – que foi um processo intenso de militância do Serviço Social – que foi o debate da constituinte, para a Constituição Federal de 1988. [...] o tema da ética é interessante porque que ele tinha uma provocação, uma preocupação da categoria endógena, um movimento da categoria e de sua autoafirmação como classe trabalhadora, como sujeito crítico, mas, ao mesmo tempo, encontrava na sociedade brasileira aquele espaço de discussão sobre a ética na política. Então, foram dois vetores históricos que se encontraram: um não derivou do outro, mas eles se encontraram e com isso o tema da ética passou a mobilizar e a gerar muito interesse na categoria... foi muito interessante. (PAIVA, 2016, p. 1, 2)

No interior do encontro entre estes vetores históricos é lançada, no âmbito da profissão, a questão sobre a reformulação do Código de Ética Profissional de 1986. A proposta de reformulação vem do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS<sup>123</sup>, até porque é função desta entidade normatizar, propor ao seu fórum deliberativo e até elaborar uma proposta de Código de Ética. Mas, o que consensualmente se evidencia neste processo, é o protagonismo do grupo que ocupava a gestão desta entidade à época, o que pode ser evidenciado tanto por meio da pesquisa bibliográfica, quanto da de pesquisa de campo<sup>124</sup>, reafirmando e reconhecendo historicamente a importância destes espaços (e também dos sujeitos profissionais) para a categoria profissional.

<sup>123</sup> (Re)lembrando que à época esta entidade chama-se Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS e, somente após a revisão da lei de regulamentação, em 1993, passa ser chamado Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; da mesma forma, os conselhos regionais, antes Conselho Regional de Assistentes Sociais e, depois, Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

<sup>124</sup> Entre outros, vale referenciar: Netto (2012; 2016a); Ramos (2005); Paiva (2016); Vinagre (2016).

Vinagre (2016) traz à baila os pormenores deste processo, explicando que, para se falar sobre a reformulação do Código de Ética Profissional de 1986, é necessário, antes, pensar como foi o processo de disputa do CFESS, isto é, disputas das chapas para assumir a gestão. Então, já no final do ano de 1987, segundo ela, havia um grupo – que era um grupo nacional, mas que, sobretudo, era um grupo mais da região Sudeste, que já vinha participando dos Conselhos Regionais – que começou a pensar na necessidade de rever o Código de 1986 e, para que isso fosse viabilizado era necessário, então, disputar a eleição subsequente do CFESS, compondo uma chapa. A entrevistada, concorrendo na chapa como presidente, à época, argumenta que esta não foi, portanto, uma questão isolada ou individual, mas contemplou a uma proposta de um grupo amplo<sup>125</sup>, para o qual:

[...] a proposta era, não só, de pensar instrumentos normativos que pudessem acompanhar o amadurecimento intelectual, político, teórico que a profissão vinha tendo através da academia. Esse grupo tinha, então, este horizonte, mas também de disputar até uma concepção de fiscalização de profissão diferenciada, não cartorial, não autoritária, um Conselho Federal que tivesse uma relação mais democrática com as bases. Então na verdade, foi no interior dessa intenção de disputar o CFESS que surgiu, na proposta desse grupo, compor uma chapa. E aí, surge esta construção de uma proposta programática, onde a discussão do Código, então em vigor, de 1986 e uma possível reformulação – que, então, constava como uma das propostas da chapa. [...] para se entender, não surge da vontade de um ou dois sujeitos, mas é uma necessidade que vai se gestando e se construindo, se tecendo nesta disputa de projetos de profissão, de concepção de universidade, de concepção de órgão de fiscalização. (VINAGRE, 2016, p. 2)

Nesta época, havia, no interior da categoria profissional, uma disputa política entre duas tendências opostas, de acordo com Barroco (2012a): uma interessada em preservar os avanços e conquistas adquiridos em 1986; outra interessada na regressão deles. Mesmo no interior desta tendência mais progressista, Vinagre (2016), explica que existia uma tensão política que envolvia “[...] uma frente mais ampla, de esquerda na profissão, mas que tinha sujeitos que, na verdade, protagonizavam projetos societários e de profissão diferentes, no interior da esquerda [...]”, isto é, sujeitos ligados, à época, ao Partido Comunista do Brasil – PC do B ou ao Partido dos Trabalhadores – PT. Nesta segmentação, Vinagre (2016) ressalta que o grupo e, posteriormente a chapa, do qual fazia parte era mais ligado ao PT<sup>126</sup>.

<sup>125</sup> A fala de outra entrevistada reafirma esta questão posta por Marlise Vinagre (2016): “A Marlise ganhou as eleições em 1989, assumiu a presidência do CFESS, o grupo dela, já com essa preocupação... e o debate já estava colocado, o congresso do Serviço Social vinha pautando” (PAIVA, 2016, p. 1)

<sup>126</sup> Este é um ponto que mereceria maior atenção e até reflexão, mas não cabe aqui discuti-lo. Uma boa discussão sobre isso – ainda que não seja o objeto de análise – está na tese de Maria Beatris Abramides (ABRAMIDES, 2006).

Ao final desta disputa entre as chapas, a vitoriosa foi a “Novos Tempos”, onde Marlise Vinagre ocupava a função de presidente, junto às demais profissionais ocupando outras funções no âmbito do CFESS<sup>127</sup>. A partir disso é possível colocar em prática, não só a reformulação, mas as demais propostas, a partir de um trabalho coletivo e massivo de profissionais, talvez o maior da história do Serviço Social até os dias de hoje. Vinagre (2016) explica como ocorreu e como considera este processo:

[...] quando essa chapa [...] se torna vencedora, implementamos esta proposta. Acho que foi um tempo exatamente inovador, porque: se consegue imprimir uma transparência administrativo-financeira do Conselho Federal; se consegue, também, implementar uma relação mais democrática com as bases; se consegue fazer um trabalho extremamente articulado com a Associação de Ensino e Pesquisa. Sobretudo, porque alguns sujeitos estavam ocupando esses dois espaços político-organizativos [CFESS e ABESS]. Então isso foi mais facilitado e nós conseguimos fazer essa discussão envolvendo uma massa considerável da profissão, não só pessoas envolvidas diretamente no movimento de militância sindical, como também de pessoas mais envolvidas diretamente com a pesquisa, que começa a se adensar, nessa época, no início dos anos 1990, como também, especificamente, do próprio Conjunto CFESS/CRESS. Foi um processo que foi realmente de discussão massiva e eu acho que isso foi inédito em toda história da profissão. Foi realmente um grande ganho. (VINAGRE, 2016, p. 2-3)

Neste sentido, é que se logra, pois, no âmbito do Serviço Social, o repensar sobre a dimensão ética da profissão e, para materializar coletivamente esta reflexão, foram realizados vários debates nacionais e estaduais, onde a necessidade da reformulação do Código de Ética Profissional foi reafirmada. Daí tem início o trabalho intelectual e produtivo de (re)construção deste instrumento jurídico-normativo, no sentido de manter os avanços e superar aos limites de 1986, buscando, então:

[...] objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento [de 1986], tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional. (CFESS, 2012, p. 20)

---

<sup>127</sup> Gestão Novos Tempos (1990-1993) - **Membros Efetivos:** Presidente: Marlise Vinagre Silva (RJ); Vice-presidente: Umbelina Maria Urias Novais (PE); 1ª Secretária: Laura R. M. F. Lemos Duarte (DF); 2ª Secretária: Eda G. de Barros Lima (DF); 1º Tesoureiro: Carlos Magno Nunes (RS); 2ª tesoureira: Valéria M. da Fonseca (RN); **Conselho Fiscal:** Maria Isabel Nobre Fernandes (SP); Clarissa Andrade Carvalho (SE); Maria Lúcia da Fonseca (RN); **Suplentes:** Maria Inês Bertão (SP); Dilsea Adeodata Bonetti (SP); Maria Carmelita Yazbek (SP); Maria da Graça Soares Prola (AM); Lina Sandra Ferreira de Lemos (MG); Célia Maria Campos (SC); Eliana de Oliveira (GO).

Assim, se a reformulação do Código de Ética Profissional que já era uma demanda do final da década de 1980, somada à conjuntura de 1990 – referenciada anteriormente, de ênfase na dimensão e no debate da ética –, entra objetivamente na agenda das entidades representativas do Serviço Social brasileiro, configurando-se, de acordo com Barroco (2012a), num processo educativo e politizador. É, como protagonista deste processo, “[...] o CFESS, na gestão Marlise, que vai colocar como sua tarefa organizar um debate nacional, com encontros regionais, praticamente pelo país inteiro, com um grupo de assessores” (NETTO, 2016a, p. 1).

Tal processo foi materializado, então, por meio dos seguintes eventos nacionais<sup>128</sup>: I Seminário Nacional de Ética, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (gestão 1990/1993), em agosto de 1991, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em maio de 1992; II Seminário Nacional de Ética, com organização somada ao CFESS, da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (ABESS), Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE), em novembro de 1992; XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS, em fevereiro de 1993, Salvador (BA), quando da aprovação do novo Código. (CFESS, 2012; BONETTI et al, 2012). Além dos vários encontros estaduais.

Neste (e para este) processo, foi criada a Comissão Nacional de Reformulação do Código de Ética, composta pela – vale repetir – Comissão Técnica: Beatriz Augusto Paiva, José Paulo Netto, Marlise Vinagre, Maria Lucia S. Barroco e Mione Apolinário Sales; e pelas Assessorias Jurídica e Legislativa, respectivamente, de Sylvia Helena Terra e Walter Bloíse<sup>129</sup>. É evidente a importância e protagonismo dos sujeitos membros da comissão. Daí, vale dar lugar à fala de um dos entrevistados que expressa muito bem essa afirmação: “[...] eu acho importante ressaltar é que essa comissão participou de um processo, a meu juízo [...], que foi o processo mais amplo de debate que o Serviço Social brasileiro conheceu [...]” (NETTO, 2016a, p. 2).

Para a criação desta comissão foram convidados profissionais que tinham aproximação com o tema da ética e/ou dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro. De acordo com Netto (2016), parece ter sido o CFESS que fez a indicação de um

---

<sup>128</sup> Não foi possível fazer uma descrição específica sobre a programática do evento, tampouco sobre o número de participantes e demais informações relativas a eles, por não ter conseguido acessar a documentação, isto é, os relatórios ou anais de trabalhos. Isto porque, devido à época de realização dos mesmos, estes documentos não estão digitalizados e acessíveis via *internet*, logo, demandaria uma pesquisa documental nas dependências do CFESS em Brasília – atividade inviável para o tempo estabelecido para a realização desta pesquisa.

<sup>129</sup> Tais comissões podem ser identificadas desde 1996, primeira edição de Bonetti et al ([1996] 2012) e também em Barroco e Terra (2012), além dos documentos sobre a reformulação que também indicam os nomes dos membros das comissões – em sua maioria, publicados em Bonetti ([1996] 2012).

grupo de professores, entre os quais ele se somava, que, a partir dos debates e dos materiais prévios foi formulada a primeira versão dos princípios fundamentais, até se chegar, posteriormente, à redação final do Código.

Enquanto representante do CFESS, estava Marlise Vinagre que, desde 1987 era professora na Escola de Serviço Social da UFRJ, à época, já mestre em Serviço Social<sup>130</sup>. Seria redundante explicar o porquê da presença da pessoa de Marlise Vinagre nesta Comissão depois de ter explicitado – utilizando de sua própria fala – que a própria proposta de reformulação surge com o grupo ao qual ela fazia parte e, posteriormente, na ocasião da reformulação e de composição da comissão, ela estava presidente do Conselho. Para retratar sua importância e protagonismo, vale citar a breve e forte fala de José Paulo Netto, que afirmou que “[...] o papel da Marlise foi absolutamente central neste processo” (NETTO, 2016a, p. 2). Além disso, ela também estava fazendo, junto com o grupo do CFESS, um monitoramento e uma assessoria no Congresso Nacional, da Lei Orgânica de Assistência Social e também um acompanhamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, fora as atividades internas do CFESS.

Paiva (2016) conta que sua entrada na Comissão Técnica se deu pelo fato de ela estar ministrando, à época, a disciplina de Ética na Escola de Serviço Social da UFRJ. Neste período, ela estava cursando o mestrado em Serviço Social na mesma Escola<sup>131</sup>. Mione A. Sales e Maria Lucia S. Barroco também eram, à época, professoras da disciplina de Ética, respectivamente, na UFRJ e na PUC-SP. Além do que, Barroco fazia a discussão sobre ética há algum tempo e mais tarde, em sua tese de doutorado, produziu uma das maiores obras do Serviço Social na temática da ética, publicada, posteriormente, como livro “Serviço Social e ética: fundamentos ontológicos” (BARROCO, 2010). E, Mione A. Sales cursava o mestrado em Serviço Social na UFRJ, sob orientação de Carlos Nelson Coutinho, tendo como área de investigação, também o tema da ética, no âmbito do marxismo, com a dissertação concluída em 1993, intitulada “Marxismo, ética e socialismo”<sup>132</sup>.

Neste processo, a participação de José Paulo Netto – professor emérito da Escola de Serviço Social UFRJ, um dos maiores intelectuais marxistas e do Serviço Social brasileiro –,

---

<sup>130</sup> Realizou mestrado de 1985 a 1990, na Escola de Serviço Social da UFRJ, com dissertação intitulada “Violência contra a mulher: rompendo barreiras”. Em 1993 entra no programa de Doutorado em Ciências Sociais da PUC-SP, defendendo a tese “Conjugalidade e violência: retratos multicolores” e, 1999. Atualmente, Marlise Vinagre é professora aposentada pela UFRJ.

<sup>131</sup> Cursou graduação (1983-1986) e Mestrado em Serviço Social (1988-1993) na Escola de Serviço Social da UFRJ e, mais tarde, Doutorado em Serviço Social na PUC-SP (2003) e Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2015-atual). Professora na UFSC, no departamento de Serviço Social, desde 1994 e, a partir de 2004, professora pesquisadora e fundadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos – IELA.

<sup>132</sup> SALES, Mione Apolinário. *Marxismo, ética e socialismo*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social. 1993. [Consulta acervo: biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, abr. 2016]

conforme Paiva (2016), foi decisiva, por ser este grande intelectual, que orientava direcionando as leituras e o estudo de textos para o trabalho na comissão. Para Netto (2016), sua participação foi como a dos outros membros da comissão, considerando a contribuição da Comissão como extremamente coletiva, de todos os membros e, ainda, recolhendo muito daquilo que vinha dos debates da categoria.

Antes de entrar especificamente no mérito que representa o Código de Ética de 1993, oriundo deste processo de reformulação, cabe detalhar algumas questões do processo em si. Compreendendo o sentido da reformulação a partir do pressuposto do acúmulo teórico, ético e político e da conjuntura da década de 1990, expostas até aqui.

Logo, tendo como referência o trabalho dos sujeitos protagonistas, que compuseram a Comissão Técnica de reformulação do novo Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais, sem esquecer do processo amplo, coletivo e democrático de discussão e deliberações para a posterior aprovação do Código de 1993, importa ressaltar como transcorreu o trabalho da reformulação. Tendo como ponto de partida, com o mesmo peso e medida, a bibliografia produzida sobre o processo de reformulação e as falas dos sujeitos entrevistados que compuseram aquela Comissão, apresentam-se as dificuldades, polêmicas, bem como as potencialidades, proposições e preocupações que foram trazidas à baila para orientar a construção deste instrumento jurídico-normativo, com intuito de considerar e conservar as conquistas e avanços e, ao mesmo tempo, superar os limites e insuficiências do código anterior.

Estando a reformulação do Código no rol de atividades do CFESS, gestão “Novos Tempos”, montada a Comissão Técnica, resta falar sobre a materialização deste processo. As dificuldades, vistas de hoje parecem sutis, mas foram enfrentadas evento a evento, reunião a reunião, texto a texto. O trabalho da Comissão foi muito intenso, visto que a elaboração do atual Código se gestou dentro de apenas dois anos e, assim, talvez, a maior dificuldade tenha sido, como destacou Paiva (2016), “muita tarefa” para um grupo muito pequeno realizar – já que a Comissão é composta por cinco assistentes sociais – e em pouquíssimo tempo – levando em consideração o período de gestão daquela chapa em exercício<sup>133</sup>. À época, devido a ausência da tecnologia hoje existente, todos os textos e registros dos debates eram escritos, à caneta e papel, e revisados pelos membros da Comissão e, somente depois de prontos, eram passados para

---

<sup>133</sup> É importante anotar que a Comissão não trabalhou sozinha, houve o envolvimento e participação de membros dos Conselhos Regionais e assistentes sociais que auxiliaram no debate e organização. Porém, a referência restrita à Comissão é no sentido de reconhecer que o trabalho de organização específica, de sistematização dos conteúdos debatidos nos eventos e de acoplar tudo isso num só documento (documento base da reformulação, como se verá) foi especificamente da Comissão.



Marlise Vinagre, presidente do CFESS, para que fossem digitados, da forma como fica explícito na fala a seguir:

[...] naquela época, não tinha computador, não... era digitando na máquina de escrever, era bem difícil. Na verdade, tinha até o computador, mas ele não funcionava como é hoje, com a memória que tem, então tínhamos que ficar mudando... e rabiscávamos muito, acrescentávamos muita coisa à mão e mandávamos para Brasília e não tinha fax, não tinha internet, não tinha nada disso. Então, era um processo artesanal, bem mais difícil do que seria hoje, por exemplo, com as facilidades tecnológicas que temos. Assim, tínhamos muito medo de perder as coisas [...], fazíamos a intervenção, registrávamos o debate, sistematizávamos, entregávamos para a Marlise e ela mandava para digitar. Era assim que funcionava para todo mundo ter acesso. (PAIVA, 2016, p. 7-8)

Outra dificuldade que foi identificada nas falas dos sujeitos entrevistados, foi quanto aos vários eventos. Como citado, foram realizados grandes eventos nacionais, porém, no interior deste trabalho de debate para a reformulação do Código – sobre o qual já foi destacado seu grande caráter amplo, democrático e de participação massiva da categoria –, foram realizados também eventos locais em vários estados do país. Vale dizer que, nem todos os eventos regionais ou estaduais foram registrados, conforme explica Paiva (2016), já que não havia tempo nem facilidade para tal, com a quantidade de trabalho que se tinha e, por isso, na grande parte da bibliografia não se encontra registro específico sobre os eventos estaduais, por exemplo. Muitas vezes, estes eventos não eram específicos sobre a reformulação do Código de Ética, eram, pois, eventos organizados pelos Conselhos Regionais nas mais diversas localidades. No entanto, se fazia a articulação entre os Conselhos Regionais e o Federal para colocar na programação do evento uma pauta sobre a reformulação e aí um ou mais membros da Comissão Técnica viajava pelos estados para fazer a discussão<sup>134</sup>.

Neste interim, é relevante registrar que nenhum dos membros da Comissão Técnica teve liberação de suas atividades profissionais e/ou acadêmicas. Tanto Beatriz Paiva quanto Mione A. Sales, à época, estavam cursando o mestrado em Serviço Social, na ESS-UFRJ e lecionavam nesta mesma escola. Quanto a José Paulo Netto e Maria Lúcia Barroco, ambos eram professores titulares, respectivamente, na ESS-UFRJ e PUC-SP, na graduação e no mestrado. Já Marlise Vinagre que, à época, também já era docente da ESS-UFRJ, conseguiu durante um período uma liberação parcial, uma licença de seis meses, isso porque tinha concluído o mestrado e não havia

---

<sup>134</sup> Entre as localidades citadas pelos sujeitos da pesquisa quando se referenciavam a estes eventos, foram captados: Maceió (AL); Belo Horizonte (MG); Salvador (BA).

iniciado o doutorado, não tendo assim condição para liberação para capacitação. Vinagre (2016) explica que deveria haver uma liberação para o exercício da presidência do CFESS, porém não obteve, embora tenha pleiteado junto ao seu departamento naquela época.

No que tange ao trabalho da Comissão, houve, de acordo com Paiva (2016) dois momentos ou duas fases. A primeira foi a de problematização, a fase de ouvir a categoria para organizar o debate e a construção das propostas. Como já grafado neste texto, a crítica sobre o Código de 1986 foi se tecendo quanto à sua operacionalização, bem como sobre sua suposta insuficiência com relação a dimensão filosófica da ética, onde a direção política trazia consigo, embutidamente, a dimensão ética. Destarte, existia a crítica e os membros da Comissão trabalhavam os problemas que identificavam enquanto pesquisadores e, para além disso, iam ao debate junto com a categoria profissional e todos seus dilemas envoltos. A segunda fase concentra-se no trabalho que a Comissão teve de elaborar um documento ou uma minuta para guiar assim como para sistematizar aquilo que vinham debatendo. De acordo com a mesma entrevistada, esta fase foi um momento de muito estudo e muita escrita por parte dos integrantes da Comissão, onde foi feita uma espécie de decantação. É este processo que dá vida ao documento base da reformulação, que dá fundamentação e traz propostas para a formulação do Código de Ética, onde se explicitam pela primeira vez os princípios éticos fundamentais; documento este publicado, mais tarde, após várias inclusões, revisões e sínteses – já que a primeira versão era muito grande e muito generalista ainda, como ressaltou Paiva (2016) –, no livro “Serviço Social e Ética: um convite a uma nova práxis”<sup>135</sup> de organização de Dilsea A. Bonetti, Marlise Vinagre, Mione A. Sales e Valéria M. M. Gonelli. (BONETTI, [1996] 2012).

No transcorrer e movimento da história, feita por sujeitos reais, este processo engendra, pois, algumas polêmicas. *A priori*, é digno de nota: um debate democrático e plural muito raramente não traz fortes embates e grandes polêmicas, que, *a posteriori*, trazem, potencialidades que enriquecem a totalidade e o resultado do processo, como se verá mais adiante. Por ora, a afirmativa se reforça por meio da fala de Netto (2016):

Acho que houve – acho não, tenho certeza, participei de algumas [polêmicas] – pontos muito polêmicos. Nesse debate se evidenciavam posições muito conservadoras que tiveram condições – acho que é importante, por isso,

---

<sup>135</sup> Assinala-se a importância desse livro de organização coletiva e que registra e consolida o processo de construção de uma nova ética no Serviço Social, situado no processo de ruptura com o conservadorismo e, conseqüentemente, do que foi chamado por Netto (2009) de renovação profissional. Especificamente, o livro traz diversos artigos, de diversos autores – nota-se, de assistentes sociais e não-assistentes sociais, como lembra Netto (2016) – sobre a ética, sobre a conjuntura dos projetos de transformação social para alicerçar o debate daquilo que é o coração desta discussão: o processo de reformulação do Código de Ética e o debate que gestou a construção dos onze princípios fundamentais, pela Comissão Técnica Nacional de Reformulação.

mencionei o caráter democrático desse processo – que foram explicitadas sem nenhuma restrição, sem nenhum constrangimento e penso que elas foram superadas democraticamente no consenso que depois se constituiu. Mas houve polêmicas e debates sim, debates muito fortes. (NETTO, 2016a, p. 3)

Durante o processo de investigação sobre o processo dos debates e proposições para formulação da proposta de um novo Código, se descortinaram polêmicas de duas naturezas: aquelas internas à Comissão Técnica e as externas, que demandavam de uma parte da categoria profissional.

Iniciando pela segunda – porque, como visto com Paiva (2016), a primeira fase da reformulação foi a fase do debate com a categoria –, sobre as polêmicas que vinham por parte da categoria profissional, há duas questões que, analisadas do presente, conotam, uma tensão e um enfrentamento e, por isso, foi preciso muito debate, como salientaram todos os sujeitos entrevistados, para se chegar a um consenso – que se chegou – para concepção do Código de 1993. A primeira questão, que se configurou mais como uma tensão, envolvia uma preocupação, por parte daqueles sujeitos que participaram do processo de formulação do Código de Ética de 1986. Reconhecendo que este instrumento jurídico-normativo, muito datado, foi (e é até hoje) um marco no processo da *intenção de ruptura* com o conservadorismo teórico-metodológico e ético-político no âmbito do exercício profissional e que ele representa um giro à esquerda e assunção do compromisso de classe, havia uma grande preocupação, no sentido de um possível retrocesso, como explica Vinagre (2016). Isso porque, embora a proposta da reformulação já estivesse na agenda de atividades do conjunto CFESS/CRESS, e a direção estivesse, também, muito explícita, quem poderia garantir aos sujeitos que protagonizaram a construção do Código de 1986, que formavam uma espécie de vanguarda na categoria profissional, que a presente reformulação deste instrumento não retroagiria no que tange aos valores e princípios ali presentes? Então: “[...] como mexer nessa joia, nessa preciosidade que nós conseguimos produzir, nós enquanto sujeito político – a categoria organizada?” (VINAGRE, 2016, p. 4).

Conforme explicou a mesma entrevistada, foi nos primeiros Seminários Estaduais e no I Seminário Nacional de Ética, em 1991, realizado na PUC-SP, que se começou, com muita delicadeza e cuidado, a tocar neste ponto, objetivando mostrar e explicar que a proposta de reformulação daquele Código tinha no seu horizonte a mesma direção classista presente no Código de 1986 como inegociável. Porém, a tentativa era a de rever este Código de dentro, “[...] ou seja, por dentro da própria tradição marxista e não se tratava negá-lo, mas de aperfeiçoá-lo enquanto instrumento, para que pudesse melhor assegurar, enquanto instrumento, a sua direção

teórico e política” (VINAGRE, 2016, p. 4). Desta maneira, eram feitas considerações sobre o formato ideologizante que aquele documento de 1986 continha, que, no âmbito de um Código de Ética, não cabia e, portanto, eram feitas algumas introduções – e aqui Vinagre (2016) demarca, também, uma ruptura – sobre a centralidade do debate da ética quando se discute um código. Isso porque, ele é um parâmetro normativo, porém, necessariamente, segundo a entrevistada, deveria estar embasado em uma perspectiva teleológica, ético-moral bem delineada e, por isso “[...] a ideia de ética e o valor da liberdade teria que ser central. Do contrário, vira, realmente, um panfleto ideológico” (idem, p.4).

A segunda questão polêmica, externa à Comissão, se configura mais como um enfrentamento ou um desafio. Diante da supramencionada compreensão da dimensão ética, foi necessário sensibilizar ou mobilizar assistentes sociais dos diferentes espaços sócio-ocupacionais de intervenção – os chamados “profissionais da ponta”, que trabalham na execução dos serviços das políticas sociais setoriais –, no sentido de compreenderem, pois, a ética como uma dimensão concreta da vida social, isto é:

[...] entendendo que a ética está no seu dia-a-dia [...]. Porque não tem como pensar o fazer profissional sem pensar e problematizar a ideia do dever ser, da teleologia, do dever profissional e aí ela(e) se dá conta que a ética não está num livro na estante de uma biblioteca ou aprisionada no texto de um Código, mas que a ética está na vida social, é concreta e está no seu fazer, ainda que ela(e) não tenha consciência, acho que isso também foi um grande desafio. (VINAGRE, 2016, p. 4)

É inegável que aquele contexto político, da ética na política, favoreceu ou contribuiu para a introdução da discussão sobre a ética no espaço da profissão de Serviço Social, como afirmado linhas atrás, trazendo à-hora-do-dia o desafio de democratizar o debate da ética, inclusive, como explica Marlise Vinagre, fazendo debates itinerantes em escolas e em vários outros espaços, envolvendo, naquele período, todas(os) as(os) conselheiras(os), para além do núcleo da Comissão Técnica, como multiplicadores deste debate.

No que se refere às polêmicas internas à Comissão Técnica de Reformulação, há que se ressaltar uma única e ampla questão que perdurou porquanto se gestou o processo, cujo ponto central é a inexistência de um pensamento homogêneo entre seus integrantes. Daí a ênfase, mais uma vez sobre o caráter plural e democrático do processo de reformulação no interior da Comissão, como destacou Netto (2016), haja vista que, observado e analisado do presente, esta heterogeneidade precisou encontrar um caminho consensual e hegemônico para resultar no documento de 1993, até hoje em vigência.

A não existência de um pensamento homogêneo não resulta mecânica e diretamente em discordâncias teórico-metodológicas. Marlise Vinagre explica que havia muito acordo e até uma identidade teórica e teórico-política em termos da tradição marxista, porém, havia, ainda, diferenças na formação de cada sujeito dentro da Comissão – entendendo esta formação em sentido amplo: teórica, política e partidária –, outrossim, diferenças de experiências de vida e, “[...] com certeza, isso refletia nas discussões internas” (VINAGRE, 2016, p. 5).

Neste sentido, existia certa dificuldade em contemplar na discussão – e, conseqüentemente, mais tarde na redação do Código de Ética a ser reelaborado –, determinadas categorias. Vinagre (2016) faz um destaque quanto à discussão em torno das categorias “raça e etnia”, sobre as quais se logrou uma polêmica de incluí-las ou não naquela redação. Para a pesquisadora e, à época, presidente do CFESS, era necessário que ambas as categorias fossem incluídas no texto sobre os princípios, ainda que aparecessem juntas: “raça/etnia”. Ela compreendia e compreende que estas são categorias ou conceitos que, embora não sejam sinônimos, pois expressam conceitos específicos e distintos, se conectam um com o outro. Entretanto, ao final da redação do Código de 1993, foi chegado a um consenso de que entraria somente o conceito de etnia – conforme pode ser verificado, ainda hoje, na redação do Código de Ética de 1993. Assim como a questão da discussão em torno da diversidade sexual que, mesmo que à época não houvesse o entendimento em torno da construção da identidade de gênero e orientação sexual – ainda se falava em opção sexual – o debate era marcado, muito, pela possibilidade de avanço, para qual o contexto da ética na política foi de importância direta. (VINAGRE, 2016)

Este viés do debate é analisado por Vinagre (2016) como uma tensão que envolve, na verdade, a própria compreensão de classe social. Isso porque, segundo ela, pensar estas expressões como secundárias é não reconhecer ou não pensar a manifestação concreta das opressões, no sentido de que se se compreende que o processo de reprodução da vida social, no âmbito da sociedade de classes, ocorre mediante contradições decorrentes do processo de dominação e exploração, entende-se que esta dominação e exploração são, em suas palavras, “duas faces da mesma moeda”, do mesmo modo de reprodução da desigualdade social. A concepção, compreensão e interpretação da entrevistada fica explícita, sinteticamente, na seguinte passagem de sua fala:

Portanto, eu acho que, de acordo com a formação que você tem, a flexibilidade para você compreender é maior ou menor. [...] e nós batíamos a tecla de que pensar o real, pensar o sujeito vivo de carne e osso, esse sujeito realmente existente, implicava explicitar todas as condições que o oprimem e aí nós

colocávamos antagonismos e opressões de qualquer natureza, [...]. Mas, essa opressão real, concreta, que humilha, que traz sofrimento, que demarca lugares sociais de desigualdade, tinha que estar explicitado, se pensávamos em dar mais materialidade a esse sujeito usuário e profissional, isso deveria estar explicitado. (VINAGRE, 2016, p. 5, 6)

Sem fazer uma separação entre polêmicas externas e internas à Comissão, porém de uma perspectiva mais geral do processo de reformulação do Código, outra entrevistada evidencia veementemente aquilo que se configurou como uma grande polêmica. Beatriz Paiva (2016) considera que o tema mais polêmico de todo o processo foi quando da formulação final do documento base, momento em que os princípios fundamentais foram definidos, onde aquele compromisso central com a classe trabalhadora, como visto linhas atrás, presente no Código de Ética de 1986, teve outra tradução e dali se desdobraram mais dez princípios. Segundo a entrevistada, essa passagem ou a referida tradução do compromisso com a classe trabalhadora aos valores universais – liberdade, igualdade, justiça social, a questão do combate ao preconceito, a questão da luta contra uma sociedade, contra exploração, exploração de classe, etnia e gênero, etc. – foi percebido como um espaço secundário em algum momento, como se tivesse ocorrido uma relativização daquele primeiro valor.

Neste sentido – e condizente também à fala de Marlise Vinagre, acima citada –, foi necessário abrir o debate sobre a introdução de determinadas categorias, ou melhor, de determinados valores universais, isso porque a Comissão estava aberta à construção coletiva, uma vez que não havia uma posição fechada por parte da mesma. Entretanto, como ressalta Paiva, os membros da Comissão tinham outro acúmulo com relação ao debate da ética naquele momento – além de serem pesquisadores ou professores que já trabalhavam a temática –, entendendo que era “[...] preciso dotar o Código de Ética de valores que estavam no campo da universalidade e que traduziam a práxis da classe trabalhadora, mas que não estavam secundarizados com relação à práxis da classe trabalhadora; que essa práxis, ela tinha que ser dotada de valores universais” (PAIVA, 2016, p. 8).

Por outro lado, ainda, esta é uma questão que ao entendimento da mesma entrevistada, não está resolvida, pois os valores universais podem ser atravessados por uma apropriação da sociedade burguesa, ou seja, uma concepção liberal, de modo que a universalidade dos valores não garante a eles, de imediato, seu caráter de classe e, portanto, precisam ser dotados e embasados pela práxis do conjunto da classe trabalhadora, práxis da categoria, pela luta política da categoria, e isso não é uma decorrência imediata ou automática, tampouco é uma atividade isolada ou individual; logo, não é, também, definitiva nem imutável.

Uma síntese exemplar desta discussão travada com Beatriz Paiva, pode ser identificada em sua fala no trecho abaixo citado:

O ponto polêmico foi esse: do deslocamento do princípio do compromisso com a classe trabalhadora para o conjunto de princípios – era um princípio e constituímos dez. Isso foi percebido, em alguns momentos do debate, como uma perda do horizonte crítico. Mas, traduzimos isso [esse deslocamento, desdobramento do princípio de compromisso com a classe trabalhadora aos demais valores] buscando valores universais que fundamentassem aquele único princípio. Então, a liberdade, a democracia, a justiça social, até a cidadania (que está impregnada do projeto burguês) entraram como desdobramento do compromisso de classe. Mas, isso foi visto como uma relativização. (PAIVA, 2016, p. 8-9)

A polêmica enfatizada por Beatriz Paiva (2016), quase trinta anos depois, é uma polêmica ou um tema ainda a ser desnudado em seus meandros. Nesse sentido é que se evidencia a necessidade de colocar no centro do debate, ou em termos mais incisivos, não tirar nunca do centro do debate a discussão e reflexão sobre a dimensão da ética no âmbito da ontologia e da ética profissional como espaço de reflexão crítica, principalmente diante da conjuntura contemporânea de crescimento progressivo do pensamento conservador no âmbito da política, da cultura, da educação e em todos os espaços da vida social. Onde a direção e dimensão ético-política configura-se, ou dever-se-ia, uma luta contra a corrente, uma caminhada contra-hegemônica.

Esta discussão polêmica, pois, sobre a elaboração dos princípios fundamentais, assentados em valores universais é causa e efeito, simultaneamente, das propostas colocadas naquele momento de reformulação do Código de Ética. Destarte, tomando por referência o que foi explicitado anteriormente enquanto atribuição de um Código de Ética, no sentido de expressar valores e não isoladamente uma vinculação com uma determinada classe, Barroco (2012b) salienta que o Código deve, então, se posicionar ética e politicamente, elegendo valores presentes em movimentos sociais progressistas, como: “[...] liberdade, democracia, igualdade, justiça, solidariedade, cidadania” (idem, p. 147), argumentando que, ao se eleger tais valores, exclui-se valores como “[...] autoritarismo, violência, desrespeito, aos direitos sociais e políticos, entre outros” (idem, p. 147).

Obviamente, somente assumir a estes valores e imprimi-los no Código de Ética Profissional nada significa se sua efetividade não for garantida no âmbito do exercício profissional. Ainda, é preciso considerar a dimensão da luta de classes e do terreno contraditório em que se pretende objetivar valores daquela natureza. Ora, se a análise partir do pressuposto de que tudo o que se gesta em solo capitalista pode somente reproduzir este modo de produção,

então de nada valeria assumir valores desta magnitude; tampouco pensar em transformação, já que só se reproduz ao que vive, o esforço para transformar seria vão e o modo de produção seria imutável e eterno – análise que expressa, respectivamente, uma concepção unilateral e fatalista da realidade. Reconhece-se, ao contrário, o que Yamamoto (2009) trouxe à discussão no início dos anos 1980, que as relações materiais de produção (re)produzem as relações sociais, partindo de uma perspectiva histórico-dialética e de totalidade, considerando e reconhecendo no caráter contraditório da vida social um campo de possibilidade de luta de hegemonia<sup>136</sup> de certos valores, as possibilidades de transformação estão postas. Isto é: “[...] são as contradições essenciais que atravessam e constituem as relações sociais na era capitalista [...] que permitem pensar o caráter contraditório da prática profissional” (IAMAMOTO, 2012, p.121).

Logo, no âmbito do Código de Ética, para garantir que aqueles valores e conceitos não sejam tratados abstratamente, a estratégia ou proposição era de que se estabelecesse em seu conteúdo operacional formas para tal, engendrando assim: “[...] um esforço de normatizar formas de prestação de serviços que viabilizem os direitos dos usuários, sob a ótica de sua participação efetiva nas decisões institucionais, isto é, da realização objetiva da cidadania e da democratização da sociedade” (BARROCO, 2012b, p.147).

Ainda assim, a dimensão e exercício ético não são garantidos somente através de um Código de Ética profissional. Parte-se da compreensão da ética como uma dimensão histórica e social, portanto, concreta da vida social, isto é: ela se dá a partir da ação entre sujeitos coletivos imbricada em um processo de reflexão sobre os valores morais construídos socialmente, por sua dimensão política. Em outros termos:

[...] a ética supõe a compreensão do seu sujeito, não cabe, na perspectiva de análise sócio-histórica, tratá-la apenas *como teoria*. Desse modo, a ética não é aqui entendida apenas como conhecimento. Além de reflexão e sistematização filosófica, ela é concebida, *antes de tudo*, como práxis ou, nas palavras de Lukács, como “*uma parte da práxis humana em seu conjunto*” (Lukács, 2007, p. 72). Com essa compreensão, a ética diz respeito à *prática social de homens e mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana*. (BARROCO, 2010b, p. 16, grifos da autora)

Por isso o Código de Ética não deve ser considerado a prioridade ética da profissão. Com a assunção da dimensão histórico-social da ética, fundada no ser social e, portanto,

---

<sup>136</sup> Gramsci contribui para compreensão da hegemonia associada à visão de mundo, assim: “A compreensão crítica de si mesmo ocorre através de uma luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois da política, para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real” (COUTINHO, 1989, p. 64 apud PAIVA, 2012, p. 128).



ontológica (BARROCO, 2010a), entende-se que as escolhas éticas dos sujeitos sociais são determinadas dialeticamente e perpassam alternativas morais e, sua acepção por cada sujeito, varia dentro das condições históricas. Isso quer dizer que o compromisso e a objetivação de valores estão ligados ao nível de consciência ético-política que ultrapassa o espaço do Código de Ética (BARROCO, 2012b). Por outro lado, o Código é o instrumento que traduz os meandros da atividade profissional, para os mais diversos espaços sócio-ocupacionais de intervenção, submersos ou atravessados na ou pela a direção ético-política que esta profissão assume historicamente.

A proposição indica, então, compreender a ética no espaço da discussão filosófica sobre a liberdade e o dever ser, de modo que a ética profissional não fique restrita à normatização: abrangendo ao campo da mediação entre a discussão filosófica que a funda e a profissão, “[...] isto é, a reflexão crítica a respeito da dimensão ética de sua inserção na divisão social do trabalho, dos valores historicamente legitimados pelos profissionais, da direção política neles implícitos e das necessidades sócio-históricas que demandam respostas profissionais” (BARROCO, 2012b, p. 148).

Além destas proposições, o entendimento que orientou à elaboração do novo Código foi, conforme Paiva e Sales (2012), a intenção de qualificá-lo como referência ético-política, delineando expressiva e conceitualmente os valores e compromissos éticos e profissional, assim como a intenção de aprimorar e destacar a dimensão normativa, conjunto de regras jurídico-legais, indicando as atitudes, posturas, deveres e direitos por meio de artigos. Efetivamente, neste contexto, duas preocupações direcionaram a análise e a construção deste Código:

[1] torná-lo um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria [2] bem como um aliado na mobilização e qualificação dos assistentes sociais diante dos enormes desafios e demandas da sociedade brasileira. Urgia transformá-lo num mecanismo concreto *de defesa da qualidade dos serviços profissionais* que desempenhamos; e, complementarmente, havia que constituí-lo como um mecanismo eficaz de *defesa do nosso exercício profissional*, por meio da garantia da legalidade de seus preceitos, fornecendo respaldo jurídico à profissão. (PAIVA; SALES, p. 217, grifo das autoras)

Essas proposições e preocupações que nortearam o processo de reformulação do Código de Ética Profissional, partiram “[...] da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social [...]” (CFESS, 2012, p. 21). É justamente este o salto qualitativo que representa o Código de 1993: através do suporte na ontologia tem-se a dimensão de uma nova

ética e, conseqüentemente, uma nova compreensão em torno da dimensão política do exercício profissional assim como da dimensão da política em si.

Embora já houvesse desde 1980 a compreensão da centralidade do trabalho e uma visão de homem e sociedade atravessada por ela, e também o reconhecimento do(a) assistente social enquanto trabalhador assalariado – ressaltando a importante e já citada obra de Yamamoto (2008) para tal –, a compreensão presente no Código de 1986 imbricava àquela vinculação direta à classe trabalhadora (explicitada anteriormente enquanto uma limitação), como se a direção política trouxesse consigo a dimensão ética. Da forma como já foi explicado, não é uma afirmação de que ética e política estejam desconectadas, mas elas não podem ser identitárias como acabou se configurando naquele documento. Repete-se: ética e política podem configurar uma unidade – porque os valores éticos perpassam o direcionamento político e a própria ética demanda uma direção –, mas não uma identidade.

Para Paiva (2016), os questionamentos e aquilo que muitos chamaram de limites, no que se refere ao Código de 1986, foi justamente o que abriu à possibilidade do debate e, por consequência, a maturidade a que se alcança em 1993, configurando, assim, uma potencialidade inerente deste processo. Em suas palavras:

[...] aquilo que era um problema há trinta anos atrás – quer dizer, a dificuldade de o Serviço Social dialogar com o Código –, hoje, olhando, vejo que foi uma potencialidade. [...] abriu uma possibilidade, abriu uma necessidade de olharmos e pensarmos a profissão com um grau de amadurecimento teórico, com um grau de profundidade teórica que só a partir da leitura do marxismo, desde o seu diálogo com a filosofia, era permitido. Precisamos fazer esse movimento [...]. Talvez, se não tivéssemos a conquista do Código de 1986, provavelmente 1993 não existiria. (PAIVA, 2016, p. 4, 5)

Maria Lúcia Barroco (2016), também sinaliza potencialidades ou as conquistas deste processo, explicando que, além de preservar a orientação marxista e o compromisso com a classe trabalhadora, trazendo um aprofundamento sobre a questão ética – donde uma explicitação de suas bases ontológicas e das mediações necessárias à viabilização de valores e da direção política da profissão – houve duas grandes conquistas no processo de debates que culminou com a aprovação do Código de Ética de 1993: “1) a ampliação do conhecimento ético da categoria; 2) a apreensão de que a ética profissional não se restringe ao código de ética” (BARROCO, 2016, p. 2)

No mesmo sentido vai a interpretação de Marlise Vinagre (2016) sobre a potencialidade do processo, de modo geral. Ela explica que até aquele momento não havia um amadurecimento tão profundo e todo o debate em torno da reformulação foi que resultou uma reflexão, sim,

muito profunda, de modo que não era o Código em si o ponto de partida, mas um produto. O ponto de partida, de acordo com a entrevistada, foi, exatamente, uma “[...] determinada concepção e um conjunto axiológico que se defendia como importante, a partir de uma crítica e de uma revisão que se fazia, tomando a ontologia crítica como o ponto primordial para toda essa construção” (VINAGRE, 2016, p. 4). Nesse sentido, os limites, as polêmicas e o enfrentamento foram essenciais e fundamentais para o que se obteve como resultado, o Código de 1993.

Logo, frente ao amadurecimento da categoria e o debate enraizado na tradição marxista madura, é possível tangenciar a compreensão no novo Código, onde está explícito desde a centralidade do trabalho na vida social e a visão social e histórico-dialética de homem e de sociedade, o reconhecimento do Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho no interior da divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista e, conseqüentemente, do(a) assistente social enquanto trabalhador(a) assalariado(a) – portanto, pertencente à classe trabalhadora –, até à compreensão da ética enquanto dimensão ontológico-concreta, no campo da práxis, e da política no âmbito do reconhecimento da contradição e das tensões no espaço que a profissão ocupa, onde as escolhas e valores direcionam a qual projeto societário se pretende somar forças.

Assim, com relação à ética e aos valores baseados no referencial da ontologia, sua inscrição se dá no campo da práxis, que se funda no trabalho e, por consequência, a dimensão de uma ética enquanto categoria concreta da vida social, isto é, uma nova ética<sup>137</sup> no Serviço Social: histórica, social e ontologicamente fundamentada. (BARROCO, 2010a; 2010b; 2012a; CFESS, 2012).

No campo da dimensão política, há também um salto do ponto de vista ontológico – embora esta questão não apareça enquanto tal na bibliografia utilizada. Isso porque, é perceptível que, no Código e na bibliografia, assim como nas falas dos sujeitos, a compreensão em torno da política não se restringe à dimensão das relações de poder. Ao contrário, discute-se sobre a direção sócio-política da profissão, no âmbito de uma compreensão que parece conotar maior amplitude e, tacitamente, uma articulação com a dimensão ética – sobre o que foi tratado anteriormente, sobre a questão da dimensão ético-política, não de uma identidade, mas uma unidade na diversidade. Em poucas palavras, tem-se, no Código de 1993, uma concepção de política no âmbito da práxis, a partir de uma elaboração ontológica. Assim, para usar termos gramscianos, porém sem transpor mecanicamente suas categorias a uma realidade

---

<sup>137</sup> Nova ética no âmbito do Serviço Social ou, se se preferir, uma nova concepção de ética. Da forma como já foi explicado anteriormente nesta dissertação.

diametralmente distinta para a qual o italiano escreve<sup>138</sup>, pensa-se na conceituação em torno dos “[...] momentos da consciência política coletiva e ideológica [...]” (SIMIONATTO, 1995, p. 43), possibilitando o entendimento de que a dimensão política contida no referido Código 1993 ultrapassa a concepção de “pequena política”<sup>139</sup>, apontando para uma concepção de “grande política”<sup>140</sup>. Não há aqui nenhuma tentativa de minimizar a formulação de Gramsci, o que se deve evidenciar é a ocorrência de um salto, no âmbito da profissão, onde uma concepção mais corporativista dá lugar a uma concepção mais abrangente, ontológica, da política, tangenciando a um projeto profissional capaz (e com o objetivo) de contribuir com construção de um novo projeto societário.

Seguramente, salvo erro de análise, estes foram dois grandes saltos qualitativos para pensar o significado social da profissão, isto é, o seu dever ser na sociedade, assim como um grande salto no que tange à orientação do exercício profissional, deixando para trás várias das limitações teóricas, éticas, políticas e técnicas identificadas ao longo da história do Serviço Social no Brasil, considerando estes saltos enquanto fruto de um processo hegemônico de construção coletiva do que se pode, então, denominar Projeto Ético-Político Profissional<sup>141</sup>.

Frente a este amadurecimento, com efeito, o Código de Ética de 1993 parte e expressão importantíssima deste projeto profissional, no âmbito de sua natureza histórica e filosófica manteve os princípios, valores e uma direção social conectados aos setores mais progressistas da sociedade, conservando os avanços do Código de 1986, juntamente com uma nova compreensão sobre o significado do Código, entre outras coisas, tanto como mecanismo de defesa e garantia de qualidade dos serviços prestados à população usuária, quanto como legitimação social da categoria profissional. (PAIVA; SALES, 2012)

Assim como o Código anterior, o de 1993 extrapola a dimensão corporativista, mantendo também o vínculo com as prioridades sociais, expressão contida no conjunto de

---

<sup>138</sup> Não transcorre aí o equívoco sobre uma possível transformação social partindo particular e estritamente de um lócus profissional, compreendendo que essa “passagem” ou “catarse” em Gramsci, configura-se de fato um processo de transformação social, e este não pode se lograr sem a participação massiva dos membros da sociedade. O que se pretende com esta referência é anotar a forma de compreensão envolta à categoria ou conceito de política por parte, hegemonicamente, de uma parcela da categoria profissional.

<sup>139</sup> “[...] à ‘pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas)’, que ‘compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política’” (CC, 3, 21) (COUTINHO, 2003, p. 72).

<sup>140</sup> [A] ‘grande política (alta política)’, que ‘compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais’ [...]” (COUTINHO, 2003, p. 71).

<sup>141</sup> Ainda que “Na vigência das relações sociais capitalistas, fundadas na propriedade privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, na exploração do trabalho e na dominação de classe, a objetivização ética encontra obstáculos concretos para se viabilizar plenamente, ou seja, de forma consciente, universalizante, livre, objetivando valores emancipatórios” (BARROCO, 2012a, p. 55).

princípios e valores do documento. O objetivo, conforme Paiva e Sales (2012), é o de manter um vínculo e uma articulação do projeto profissional com um projeto de sociedade mais justa e democrática. Agora, portanto, uma vinculação de maneira mais madura do que aquela, presente no Código de 1986, porque distante da estreita identidade (ou associação direta) dos valores profissionais com os da classe trabalhadora e, portanto, mais próxima de uma compreensão de totalidade.

O novo código, expressa também um esforço em traduzir situações do processo de trabalho de assistentes sociais, objetivando abranger dilemas éticos, bem como garantir a materialização dos princípios e valores éticos intrínsecos ao cotidiano deste profissional. Ainda, pensando na operacionalização deste instrumento jurídico-normativo – já que esta foi uma deficiência ou limitação identificada no código anterior – prevê direitos e deveres amplamente, abrangendo da dimensão privada à dimensão pública, no que diz respeito às relações do exercício profissional. (PAIVA; SALES, 2012)

Desta forma, a estrutura do Código de Ética de 1993 foi norteada pela seguinte lógica: a introdução que apresenta uma síntese dos principais temas do documento base da reformulação, explicita o significado histórico do código, sua concepção ética, seus valores fundamentais e suas finalidades; em seguida, estão presentes os onze princípios éticos fundamentais que orientam o comportamento profissional; e, uma estrutura com quatro títulos, entre os quais, o terceiro normatiza e orienta as diferentes relações que o(a) profissional tem no âmbito do exercício profissional – com usuários, instituições empregadoras, outros profissionais e entidades da categoria –, regulando, ainda, sobre o sigilo profissional e a relação do(a) assistente social com a justiça. (CFESS, 2012; PAIVA; SALES, 2012; BARROCO, 2012a). Em síntese, este novo código:

[...] é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: *ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto.* (BARROCO, 2012a, p. 35, grifos da autora)

Interessa, diante da reconstrução do processo e no interior da estrutura, abordar a concepção que fundamenta os princípios éticos fundamentais presentes neste do Código de

1993, já que estes tanto “[...] merecem aprofundamento em seus nexos teórico-práticos” (PAIVA; SALES, p. 218), como porque:

[...] não podem ser analisados e tratados isoladamente, porque foram elaborados dentro de uma lógica que os articula. Então, não procede seccionar os princípios da democracia e da cidadania, nem os da liberdade, do respeito à diversidade, ou do pluralismo [...]. Isto porque os princípios que compõem o Código de Ética de 1993 têm coerência e encadeamento internos, complementando-se entre si, o que acrescenta dialeticamente a cada um novos sentidos e proposições. (idem, p. 218)

Dando ressalva, nesse sentido, à importância de revisitar os fundamentos teóricos e políticos dos princípios e valores do Código, uma vez que, frente aos obstáculos e limitações postas pelo capitalismo, “[...] faz todo sentido histórico afirmar e reafirmar incessante e cotidianamente os fundamentos teóricos e políticos, os princípios e valores do atual Código de Ética” (SANTOS, 2012, p. 14).

A importância e centralidade de investigar sobre a construção dos princípios também está ligada à natureza deles. Em outro momento foi afirmado neste texto que os princípios são o fio condutor de todo o projeto ético-político profissional do Serviço Social, que eles orientam não somente ao código onde se apresentam, mas, os transcende, perpassam a dimensão da profissão como um todo.

Desta forma, passe-se a seguir à exposição destes onze princípios, trazendo ainda uma discussão sobre a importância deles na interpretação dos sujeitos da pesquisa, bem como à elucidação daqueles princípios que se articulam mais diretamente à problemática da pesquisa, os quais saltaram à vista e abriram o debate durante o processo da pesquisa, que trazem o reconhecimento da produção intelectual de Coutinho na sua relação e no seu diálogo com o Serviço Social, ou seja, aquelas categorias e/ou conceitos que aparecem na obra de Coutinho e que são fonte potencial à determinados princípios assim como aos fundamentos teórico-metodológicos no âmbito da profissão.

#### 2.4 PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993: SIGNIFICADO E INTERPRETAÇÕES

Os onze princípios fundamentais presentes no Código de Ética de 1993, aprovado através da Resolução CFESS n. 213 de 13 de março de 1993, traduzem aquele único princípio do Código anterior de compromisso com a classe trabalhadora e, sobretudo, ultrapassam ele no sentido de que não se tem um compromisso com os valores desta classe e sim um compromisso

com a classe, mediante o compromisso e à adoção de valores do ser humano genérico, vislumbrando uma emancipação de todos os sujeitos individuais e coletivos, portanto, sujeitos sociais. São esses valores que devem atravessar e orientar o projeto profissional do Serviço Social, como se viu. Dessa maneira, do ponto de vista jurídico:

Os princípios são normas jurídicas que se sobrepõem ao regramento, possuindo um grau de juridicidade superior que condiciona os parâmetros normativos subsequentes. Ou seja, o princípio é por definição “mandamento nuclear de um sistema”, definindo assim a lógica do sistema normativo, conferindo-lhe a devida harmonia e coerência. Orienta e dá direção ao conjunto normativo, permitindo que seja explicitado no regramento um determinado fio condutor lógico e ideológico, expressando valores que se concretizam no cotidiano dos indivíduos. (TERRA, 2012, p. 132)<sup>142</sup>

Do ponto de vista dos valores que carregam esses princípios, pode se dizer que são valores universais na medida em que são compreendidos em sua amplitude e não meramente do ponto de vista corporativista, formal e jurídico-político como se atribuem a vários (senão a todos) destes princípios no patamar do capitalismo. No entanto, é preciso deixar explícito que tais valores bem como a adoção dos mesmos não é uma escolha de valores corporativos, como já sinalizou a Comissão de Técnica de reformulação do Código de Ética quando trouxeram o debate e a proposta naquele documento base da reformulação (PAIVA et al, [1996] 2012), mas “[...] representa o aprofundamento da sua inserção no eixo de lutas dos movimentos progressistas da sociedade em defesa da democracia [...]” (p. 205), o que expressa um direcionamento e uma articulação ao movimento geral de trabalhadores ao passo que tangencia, simultaneamente, uma vinculação a um projeto societário mais amplo, distinto do vigente.

É válido aqui expor nos devidos termos os onze princípios de que se trata:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

---

<sup>142</sup> A autora aprofunda sua explicação e argumentação em torno do conceito jurídico dos princípios, indicando, pois, que eles são normas jurídicas que possuem grau hierárquico superior às regras, possuindo caráter primário e mais geral do que elas, as quais tem caráter secundário e são especiais, porém dão concretude aos princípios. (TERRA, 2012)

- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, [1993] 2012)

Foi explicitado anteriormente como se deu o processo de elaboração destes princípios fundamentais no interior da proposta de reformulação e, posteriormente, do debate e aprovação não só dos princípios, mas do Código de maneira geral. Esses bastidores puderam ser explorados – para além da bibliografia produzida até então –, sobretudo, por meio da possibilidade de dialogar com sujeitos protagonistas do processo. Veja, tanto à época quanto à contemporaneidade, no entendimento dos sujeitos membros da Comissão Técnica de Reformulação do Código e, aqui, sujeitos da pesquisa, os princípios expressam conquistas, do ponto de vista ontológico, para a práxis profissional do Serviço Social. Acredita-se, portanto, ser importante expor, passados quase 25 anos do início do debate em questão, a compreensão e interpretação destes sujeitos protagonistas no que se refere à importância da definição destes princípios e o que cada um deles evidenciou quando expôs tal importância.

Paiva (2016) deu maior ênfase ao fator do reconhecimento da categoria enquanto classe trabalhadora, compreendendo-se no mesmo patamar que os sujeitos usuários dos serviços sociais, na recusa de um autoritarismo, no sentido de construir relações que rompessem com a concepção de micro-poder, que rompesse também à visão do Serviço Social como um estrato subordinado do capital, compreendendo que o esforço da Comissão era de traduzir o que é um projeto societário e o que é a construção de uma programática ou um projeto profissional, onde o compromisso é um compromisso de classe. Desta forma:



[...] os princípios, eles vêm dessa agenda – [...] de pensar o Serviço Social para além da sua relação com a sua população usuária e para além da população, reconhecendo que a nossa condição de classe trabalhadora nos coloca no mesmo patamar dos nossos usuários. [...]. Daí os valores, valores que estão ali registrados como princípios, aquilo ali são valores. (PAIVA, 2016, p. 5-6)

Para outra entrevistada, Marlise Vinagre, a saliência empregada com relação à importância dos princípios foi outra, porém não exclui, tampouco contraria essa apresentada acima, seguindo, inclusive, o mesmo delineamento. Ela considera que o ponto fulcral da formulação de 1993 e, por consequência, de tais princípios é a defesa da liberdade nos termos da emancipação humana. Assim, explica que para que se proponha, se defenda e se objetive garantir essa direção, existem princípios que são diretamente correlatos como, por exemplo, “[...] a defesa da democracia, dos direitos, a defesa da cidadania e aí, vai ficando muito explícito, que todos esses princípios formam uma totalidade” (VINAGRE, 2016, p. 6).

Outra forma de entendimento, ainda, aparece na fala de Netto (2016). Ele ressalta que o Código de 1993 põe valores que são universais, compreendendo que os princípios éticos fundamentais, na sua universalidade, “[...] cobrem desde liberais-democratas – atenção, não liberais, liberais-democratas! – até diferenciados setores socialistas, cristãos e de esquerda” (idem, p. 4). Por essa razão, afirma que o sentido e a importância dos princípios fundamentais é expressar que o Serviço Social, enquanto profissão, tem valores que são afinados com “[...] as conquistas civilizacionais mais importantes da cultura do ocidente” (idem, p. 6). Essa é uma questão assaz relevante, porque com ela se pode vislumbrar a ausência de uma endogenia por parte da profissão e da categoria que a compõe no país, quando de sua opção por valores e princípios que a orientam, no sentido mesmo de uma vinculação direta do projeto profissional a um projeto societário - uma questão ligada, também, diretamente às concepções trazida acima pelas duas entrevistadas.

Na concepção de Barroco (2016), os princípios éticos fundamentais são importantes no sentido pedagógico de orientarem à reflexão e ao exercício profissional. Mas, explica que sua atual compreensão sobre eles hoje, implica em reconhecer uma problemática existente na forma como eles foram dispostos, isso porque eles não têm a mesma natureza, abrangendo:

[...] *valores ontológicos fundantes da práxis social* (liberdade, equidade, universalidade, socialização, emancipação) e *formas de realização dos mesmos* (democracia política e econômica, autogestão, autonomia, universalização dos direitos e serviços, cidadania, direitos humanos, respeito à diversidade, ao pluralismo no campo democrático, recusa do arbítrio, do autoritarismo, da discriminação e do preconceito). (BARROCO, 2016, p. 2)

A problemática levantada por Barroco (2016) faz pensar e ajuda a compreender, no interior e no percurso desta pesquisa, algumas questões em torno destes princípios. Foi referido anteriormente sobre os princípios serem/conterem valores universais e humanistas, porém também foi abordada a dimensão sobre o significado dos princípios enquanto ordenamento jurídico. Nesse último os princípios são compreendidos como normas que orientam e que dão direção, como citado com Terra (2012). Assim, equalizando estas concepções os princípios são orientadores no que se refere aos valores que portam, ao passo que são direcionadores, no sentido de indicarem formas de realização, como se referiu Barroco (2016), sendo que essa direção é muito bem delimitada nos marcos daquilo que Paiva (2016) indicou – sobre o compromisso com a classe trabalhadora –, assim, também, aqueles valores são muito bem especificados sobre o que Vinagre (2016) chamou a atenção em sua fala – tendo a liberdade, no âmbito da emancipação humana, como o norte. Desse modo, pensa-se a partir destes fatores, refletindo-os juntamente com o que foi tratado sobre articulação entre a dimensão ética e a dimensão política, de uma ética plasmada num direcionamento político e um direcionamento político orientado por valores éticos – uma unidade na diversidade – que esses princípios podem ser compreendidos em seu conjunto<sup>143</sup> como princípios ético-políticos – até porque eles não são elaborados para a reflexão do exercício profissional somente, mas se articulam num compromisso maior de pensar noutro projeto societário, portanto, para a práxis profissional e política, daí, então, princípios ético-políticos.

Nesse sentido, é oportuno referenciar a discussão que faz Ramos (2005) em uma parte de sua tese de doutorado – já citada neste trabalho – sobre os princípios fundamentais. Para ela os seis primeiros princípios podem ser compreendidos e analisados a partir de uma dupla perspectiva, isto é, a partir de uma perspectiva societal e de uma perspectiva profissional. Isso porque: “A defesa da liberdade, democracia, cidadania, direitos humanos, justiça social e eliminação dos preconceitos desenvolve-se tanto no âmbito da sociedade, como na esfera do cotidiano profissional” (idem, p. 225). Esse entendimento de Ramos (2005) não deixa de explicitar que a defesa de tais princípios não condiz com a concepção que a sociedade burguesa tem dos mesmos, havendo, nesse sentido, uma apropriação estratégica de tais valores como princípios no direcionamento e na luta para a construção de outra hegemonia no âmbito da sociedade<sup>144</sup>. Assim, não se defende a existência formal ou jurídico-política destes princípios,

---

<sup>143</sup> Em conjunto porque se tratados um a um, alguns princípios são valores éticos no âmbito da ontologia, e alguns outros são valores da práxis política uma vez que dão direcionamento à realização na vida concreta.

<sup>144</sup> É relevante explicitar que, embora não apareça no trecho referenciado de Ramos (2005), não há em sua tese uma ilusão quanto a atribuir à profissão isoladamente a tarefa da construção de uma nova hegemonia.

da forma como o faz na concepção do (neo)liberalismo, por outro lado, não há possibilidade de concretizar efetivamente tais princípios no âmbito da sociedade de classes, porque a dinâmica imanente dessa é limitadora e, desta forma, existe “[...] uma tensão permanente, pois, sabe-se que, sob o signo da sociabilidade do capital, não é possível conquistar a efetivação radical de tais princípios” (RAMOS, 2005, p. 226).

No entanto, ainda, é preciso levar em consideração o princípio da contradição, no sentido de que a ordem vigente não é imutável, e porquanto não se altera o modo de reprodução da vida, luta-se pela ampliação dos direitos dentro das possibilidades e limites já conhecidos. Portanto, a defesa de tais princípios não pode ser pensada estritamente no âmbito profissional, uma vez que transcende o espaço profissional, assim:

“[...] [tais] princípios que rompem com uma perspectiva corporativista, na medida em que se inserem em uma dimensão societária e não apenas profissional. A defesa da liberdade, como valor central da reflexão ética; da democracia não só política, mas também econômica; da cidadania na perspectiva da universalização dos direitos; da justiça social efetiva; dos direitos humanos como dimensão inalienável de todos indivíduos sociais; da luta pela eliminação de todos os preconceitos e respeito à diversidade são princípios direcionados para a sociedade e para o Serviço Social (RAMOS, 2005, p. 226)

Isso posto, interessa partir para a exposição de alguns princípios que foram evidenciados durante o proceder da pesquisa e que tangenciaram um reconhecimento da produção intelectual de Coutinho na sua relação e no seu diálogo com o Serviço Social brasileiro, os quais: o quarto princípio, *defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida*; e do sétimo princípio, *garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual*. Isso porque não caberia trazer aqui cada um dos onze princípios do Código sabendo que, no interior da delimitação da pesquisa, não haveria referência a se fazer. No entanto, embora sejam discutidos apenas alguns princípios, a compreensão é aquela sobre a qual já se fez menção, de que nenhum dos princípios pode ser tratado ou compreendido isoladamente, no sentido de que não se pode questionar um deles isoladamente, porque fazem parte de um conjunto articulado. Sendo assim, mesmo tratando de alguns em específico, fica evidente o diálogo com os demais, justamente pela compreensão de totalidade que os engendra.

Dessa forma, algumas categorias e/ou conceitos que aparecem na produção de Coutinho foram fonte potencial para determinados princípios assim como, e conseqüentemente, o são aos

fundamentos teórico-metodológicos no âmbito da profissão. Isso somente pode ser averiguado, de fato, após ida e volta da pesquisa de campo, assim os princípios a serem abordados aqui já sinalizam aqueles que Coutinho de alguma forma, foi influente, porém, o objetivo é trazer a concepção da categoria profissional, dentro das produções de conhecimento dessa temática, sobre estes princípios já que os meandros de sua influência serão tratados no próximo capítulo – porque trazem especificidade do objeto de pesquisa que precisam ser aclarados, dada a problemática dessa, bem como devido a não existência de outras pesquisas nessa área.

Antes de adentrar nos princípios em questão, é necessário falar sobre um princípio que não teve influência de Coutinho – ou que não se evidenciou específica e substantivamente no desenrolar da pesquisa –, mas que é, no entendimento aqui presente e no conjunto de princípios do Código em sua articulação, a base ou o chão de onde se parte e, ao mesmo tempo, o horizonte onde se pretende pisar: a liberdade como valor ético central.

Por que considerar a liberdade como valor ético central enquanto chão ou patamar fundante do projeto profissional? – da forma como já se evidenciou também na fala de Vinagre (2016), como anotado linhas atrás. Ora, por considerar, de acordo com Netto (2013), que este princípio tem caráter fundante imediato para sete dos onze princípios (“defesa intransigente dos direitos humanos”, “ampliação e consolidação da cidadania”, “defesa do aprofundamento da democracia”, “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito”, “garantia do pluralismo”, “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária”, “exercício do Serviço Social sem ser discriminado”) e mediato para os outros três (“posicionamento em favor da equidade”, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população”).

A liberdade é uma categoria histórica e, portanto, como explica Netto (2013), não há um único conceito que corresponda a o que ela significa. No entanto, não há espaço aqui para resgatar seus significados no decorrer da história, interessa, pois, delimitar o entendimento e o significado em que esta categoria engendra no interior do Código de 1993. Dessa forma, a concepção de liberdade nesse espaço não trata daquela liberdade nos marcos do liberalismo, que percebe e faz jus à liberdade e aos direitos individuais, culminando no individualismo (TERRA, 2012; NETTO, 2013), isso porque não é possível reduzir a liberdade única e exclusivamente aos indivíduos, uma vez que ela é uma construção coletiva, “[...] apontando para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de

todos”<sup>145</sup> (PAIVA; SALES, 2012, p. 219). Essa é a concepção trazida quando da discussão sobre a reformulação dos Códigos e do refletir sobre os princípios que pudessem traduzir o compromisso que a profissão assumiu quando do afastamento de suas bases conservadoras e da assunção de valores do ser humano genérico e compromisso de e com a classe trabalhadora.

Com efeito, vale apresentar uma síntese do que representa ou significa liberdade no Código, no interior do contexto elaborado acima, segundo a qual: “[...] *liberdade é a possibilidade de escolher entre alternativas concretas*; se assim é, o Código põe a liberdade sem o constrangimento de limites previamente formulados: põe-na exatamente como um *horizonte de possibilidades*” (NETTO, 2013 p. 27, grifos do autor). Assim, a liberdade que é não só para o Código, mas para o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, “[...] exige o ‘respeito à diversidade’ e à ‘discussão das diferenças’, é liberdade que, para realizar-se, requer a ‘garantia do pluralismo’ [no âmbito da democracia]” (idem, p. 25).

Dessa forma, no que se refere à *defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida*, a democracia é compreendida enquanto valor ético-político central<sup>146</sup> e, no mesmo sentido sobre o que se entende a liberdade, tal defesa da democracia não se contenta com a democracia formal-representativa, ou aquela que Netto (1990) chamou de democracia-método, que se resume na democracia política nos limites do capitalismo, mas para além dela<sup>147</sup> como expôs a Comissão Técnica no documento base da reformulação do Código:

[...] a democracia como um valor, em contraposição à perspectiva (neo)liberal, exige o exame de algumas considerações teóricas e políticas que assegure a sua redefinição e, conseqüentemente, a sua ampla explicitação. Entendemos que a realização da democracia corresponde, em determinado contexto histórico-concreto, ao patamar de socialização da participação política e, sobretudo da riqueza produzida e da garantia do direito ao trabalho digno para a totalidade dos cidadãos. A democracia torna-se, portanto, valor ético-

<sup>145</sup> A liberdade é concebida, por assim dizer nos marcos do liberalismo e prima a liberdade individual, onde a liberdade de um sujeito termina quando começa a do outro. Porém, a acepção da liberdade no Código é outra: “[...] o Código assume o princípio da *individualização* (conquista absolutamente fundamental da Ilustração), mas expurga da herança ilustrada o *individualismo* (conexo ao liberalismo clássico e exacerbado nas suas derivações). Com este expurgo, a concepção de liberdade que o Código incorpora remete expressamente a *indivíduos sociais* e, com isto, alteram-se estruturalmente as condições concretas do exercício da liberdade: os outros não são limites para a liberdade de cada *um*, mas a própria possibilidade dela (correlatamente, o direito de um não se constrange pelo espaço ocupado pelo direito de outrem – o direito deixa de ser definido negativamente)” (NETTO, 2013, p. 25, grifos do autor).

<sup>146</sup> Cabe aqui explicitar a distinção de a liberdade ser valor ético central e a democracia valor ético-político central: a primeira como valor plasmado na ontologia e a segunda como valor político, de direcionamento político. Sem esquecer da articulação entre uma dimensão e outra.

<sup>147</sup> Para além da democracia política, consentida e tolerada pela ordem liberal burguesa, a democracia que queremos reclama igualdade de acesso e oportunidades para que todos os indivíduos tenham direito a um trabalho e existência dignos, a condições de moradia, saúde, educação, lazer e cultura. (PAIVA; SALES, [1996] 2012, p. 226)

político central na medida em que é o único padrão de organização política capaz de promover e assegurar a explicitação de valores essenciais como liberdade e equidade. (PAIVA, et al, [1996] 2012, p. 196)

Esta concepção mais abrangente acaba se chocando também com a lógica do capitalismo, mas não quer dizer que se esteja negando a importância da democracia política, ao revés, o entendimento é que a “[...] democracia constitui o único sistema de organização política capaz de favorecer a expressão da liberdade, da equidade e da justiça” (PAIVA; SALES, [1996] 2012, p. 227)

Nesse sentido, a compreensão da democracia como um princípio de uma profissão que opta, como explícito noutro princípio, *por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*, só poderia ser a de repudiar a barbárie social. Mesmo reconhecendo as limitações e obstáculos de objetivação de uma democracia para além da democracia-método, para a objetivação de uma sociedade plenamente democrática, somente a partir de tais limites e obstáculos se pode lograr estratégias de luta contra eles. Nas palavras de Chauí: “Os obstáculos à democracia não inviabilizam a sociedade democrática. Pelo contrário. Somente nela somos capazes de perceber tais obstáculos e lutar contra eles” (CHAUI, 1994, p. 435 apud PAIVA e SALES, 2012, p. 228)

Além desta dimensão societal da democracia, no Código – e entenda-se, ao projeto ético-político como um todo – ela orienta as relações profissionais e com sujeitos usuários dos serviços, no sentido de deixar para trás aquela relação de controle e tutela, assim como de subalternização, historicamente existentes no marco das protoformas do Serviço Social e aos longos anos de conservadorismo profissional, objetivando contribuir à ampliação da socialização de informações com usuários(as), à participação desses(as) nas decisões, entre outras coisas. (BARROCO, [1996] 2012; PAIVA; SALES, [1996] 2012)

Com efeito, um posicionamento e uma direção plasmada naquela concepção de liberdade e nesta de democracia engendra o respeito entre as diferenças de teórico-políticas e teórico-metodológicas no exercício profissional e nos debates entre as(os) assistentes sociais, sujeitos usuários, bem como com profissionais de outras áreas. Esta é, portanto, uma compreensão que defende o pluralismo de ideias, isto é, nos termos do Código: *a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.*

Esse princípio expressa o profícuo debate que foi desenvolvido no decorrer dos anos de 1980, no interior do Serviço Social brasileiro, onde houve a participação de “[...] diferentes

linhas de pensamento que estavam em disputa pela hegemonia quanto à orientação e direção social do projeto político-profissional do assistente social. [Hoje] a questão do pluralismo também está presente no debate dos movimentos sociais e da política” (PAIVA; SALES, [1996] 2012, p.236-237).

Porém, até processo de discussão sobre os princípios que viriam a compor o conjunto que conhecemos desde 1993, havia uma certa inconclusão ou confusão propriamente dita sobre o conceito de pluralismo, haja vista que o mesmo por muito foi associado e até mesmo utilizado sinonimicamente ao conceito de ecletismo, como a maioria dos sujeitos da pesquisa deixaram saltar em suas falas. Nesse sentido, no interior de uma *grande* discussão se chegou a um entendimento mais amplo e próprio de pluralismo, sobre o que a presidente do CFESS à época, Marlise Vinagre, fez uma contribuição em agosto 1991, no já referido I Seminário Nacional de Ética – mais tarde publicado em Bonetti et al ([1996] 2012) –, reforçando que o pluralismo se plasma na liberdade e não se é tomado como um campo neutro, nem de aceitação ou compilação de toda a diversidade de ideias. Mas, sim um espaço em que se teria lugar a diferentes ideias e que haveria ali, desta diversidade, uma direção ou posição hegemônica, de modo que se faça existir um campo de diálogo e de debate e embate de ideias a fim de se chegar a um consenso hegemônico e não um campo de consenso em que se soma e se tenta homogeneizar diferenças incompatíveis.

Da mesma forma, três anos depois da promulgação do Código, Paiva e Sales ([1996] 2012) trazem à luz questões que traduzem amplamente as bases teórico-filosóficas e os indicativos práticos do conjunto e de cada um dos princípios fundamentais e, assim, sobre o pluralismo e sua polêmica:

No que diz respeito à polêmica interna do Serviço Social, é preciso deixar claro que pluralismo não significa que todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem. Todas têm direito a uma expressão teórica e política, onde se lhe deve garantir o máximo de condições de liberdade de crítica e de discussão, no entanto essas concepções terão repercussão e influência diferenciadas na própria categoria. (idem, p. 237)

Importa ressaltar que a defesa do pluralismo em questão é necessariamente vinculada à dimensão da democracia, isto é, o pluralismo no âmbito das correntes democráticas, no sentido de enriquecer o debate na aproximação do conhecimento da realidade, não havendo espaço e sequer tolerância, portanto, às correntes excludentes, discriminatórias, absolutistas, fascistas.

A disputa e o debate de ideias prevalecem na construção de um pensamento hegemônico representativo de um coletivo heterogêneo de sujeitos, onde defende-se, “[...] pois, uma

concepção de pluralismo com hegemonia, o que é diferente de supremacia: quando a predominância de determinada posição teórico-prática não admite controvérsias nem o fluxo da polêmica, enfim, não admite debate” (PAIVA; SALES, [1996] 2012, p. 238). Conseqüentemente, também, tal disputa e debate são entre as ideias e não entre as pessoas, de modo que “[...] o confronto de opiniões [...] não se confundem com agressividade, perda da polidez e intolerância. As ideias e as posições políticas é que devem ser combatidas e não as pessoas. [...] Tratam-se apenas de pessoas que divergem e não de inimigos” (idem, p. 237).

Como diz Terra (2012), é esta a concepção de pluralismo que deve orientar a conduta de assistentes sociais e, por isso mesmo, se prevê ainda na redação desse princípio o constante aprimoramento intelectual, haja vista que é nesta *batalha das ideias* que se constrói o conhecimento. No entanto, essa forma não é isenta de tensões, polêmicas e conflitos, os quais continuarão a existir, mas o horizonte deve ser sempre plural dentro das várias direções e orientações democráticas.

Isto posto, interessa (re)conhecer como se deslindou o processo da influência de Carlos Nelson Coutinho à formulação dos princípios éticos fundamentais do Código de Ética da(a) assistente social de 1993 no Brasil, assim como à surpresa da descoberta de um legado deste intelectual noutra delimitação temporal, como será exposto adiante.



### 3. A INFLUÊNCIA DE COUTINHO PARA A ELABORAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE 1993

Quando se responde à pergunta e se compreende “*por que Coutinho?*”, compreende-se, por consequência, “*como Coutinho?*”, isto é: no momento em que é possível (re)conhecer a relação entre Carlos Nelson Coutinho com o Serviço Social brasileiro no interim de uma intersecção que se logra antes e durante a entrada do intelectual como docente na Escola de Serviço Social da UFRJ, é possível, também, compreender como se processa esta relação e intersecção, tanto do ponto de vista de reconhecer em que momento ou fase do intelectual ele toca mais o Serviço Social, quanto ao revés, quando e em qual momento da profissão, seus sujeitos profissionais buscam não só a bibliografia de Coutinho, mas sua pessoa enquanto intelectual para realizar intervenções, falas, palestras, etc. Já a compreensão sobre a influência de Coutinho para a elaboração dos princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993, só é possível apreender e compreender a partir daquilo que os sujeitos membros da Comissão Técnica de reformulação trazem, cada um, em sua interpretação e memória histórica do processo, enquanto pesquisadores e intelectuais do Serviço Social brasileiro, os quais constituem-se, também, referências não bibliográficas, propriamente ditas (neste caso), mas referências de conhecimento acumulado a partir de suas trajetórias pessoais, profissionais e políticas.

Neste caminho, com efeito, a chamada intersecção entre Coutinho e o Serviço Social (ESS-UFRJ, mas não só) é pano de fundo para a compreender sua influência na formulação dos princípios do Código. Desta forma, no desenrolar da pesquisa foram desnudando-se formas de influência do intelectual marxista “convicto e confesso”, no sentido de que não houve uma influência única, linear e homogênea, configurando, pois, uma influência que pode ser caracterizada em dois níveis.

O primeiro nível configura uma *influência indireta*, que se subdivide em dois momentos: um que antecede e outro que corresponde ao período quando da entrada e durante o trabalho de Coutinho como docente da ESS - UFRJ. Enquanto o segundo nível de influência demarca, pois, uma *influência direta* e mais profunda de Coutinho para o Serviço Social no que tange à sua produção e intervenção no âmbito de sua discussão e produção gramsciana, onde se evidencia, a *grande influência* do intelectual para o Serviço Social e para a formulação teórica de um dos princípios fundamentais, demarcando, ainda, o início de seu maior legado para o Serviço Social brasileiro.

A compreensão destes dois níveis em tempo e espaço, no interior do reconhecimento das fases ou momentos do intelectual, bem como de sua intersecção com o Serviço Social brasileiro, trouxeram à tona os eixos de análise sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho no processo de elaboração dos princípios éticos fundamentais e para além disso, sobre o legado deste intelectual. É neste sentido, pois, que se apresentam os itens a seguir.

### 3.1 INFLUÊNCIA INDIRETA: DOIS MOMENTOS

Carlos Nelson Coutinho chega para o Serviço Social brasileiro antes mesmo de sua entrada na Escola de Serviço Social da UFRJ, de forma que o diálogo entre ambos ocorre em um momento em que está se gestando, no interior da profissão, um processo de questionamento e afastamento progressivo com suas bases conservadoras, o que Netto (2009) denominou de “*intenção de ruptura*” (1975-1985), período mesmo em que Coutinho já se encontrava intelectualmente em sua fase de *teórico da política* (1975-2012) – como visto linhas atrás em “*Por que Coutinho*”. Mais especificamente, é quando, no início do declínio do regime ditatorial, a profissão começa a buscar o pensamento gramsciano e Coutinho está retornando do exílio ao Brasil (1978).

O lastro temporal, pois, que marca o início de um diálogo, donde os meandros de sua influência para a profissão e, mais especificamente, para a formulação dos princípios éticos fundamentais do Código de Ética, é o final da década de 1970. A partir daí configura-se o primeiro nível da influência de Coutinho, que foi chamado de *influência indireta*, já que as obras bem como o trabalho intelectual como um todo, realizado por Coutinho, chega ao Serviço Social de maneira inintencional e indireta, havendo neste nível de influência dois momentos distintos.

O primeiro momento é demarcado por uma influência que chega, do final dos anos 1970 estendendo-se até 1986, antes de sua entrada na ESS-UFRJ, que se desenvolve por meio do trabalho do intelectual de tradutor dos textos de Gramsci, assim como por sua militância no PCB e, ainda, por seu conhecido ensaio que discute o conceito de democracia como o caminho para o socialismo, que chegou a vários espaços (acadêmicos, profissionais, políticos, partidários) e não apenas à profissão ora suscitada.

Na entrada dos anos 1980, como se sabe, Carlos Nelson Coutinho já era um nome de influência nacional, não apenas pelo conjunto de sua obra, mas certamente pelo ensaio produzido logo após o retorno do exílio, em 1979, “A democracia como valor universal”, que teve um papel decisivo para o pensamento político da esquerda e, conseqüentemente, esse

debate vai rebater no Serviço Social, ainda que de forma indireta e não imediata. O que se evidencia, especialmente, na fala de Netto (2016):

[...] nos anos 1980, onde ele não ainda atua intensivamente por dentro do Serviço Social e a influência que chega ao Serviço Social pelo impacto, sobretudo, das ideias do pluralismo e da democracia na cultura política brasileira, onde nos anos 1980 o Carlos Nelson se constitui como uma referência do pensamento de esquerda, então, por aí sem ter vinculação imediata ele rebate no Serviço Social [...] (NETTO, 2016a, p. 5)

Neste ensaio, Coutinho discute a questão do vínculo entre democracia e socialismo, tratando a primeira como um valor universal e como sendo “o caminho para o socialismo”, afirmando que a democracia não deve apenas servir como uma estratégia para se chegar a etapa do socialismo e, logo após, ser abandonada, mas ao contrário:

[...] a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho para o socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não-democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico-social quanto em sentido político), mas também *conservado* ao longo de todo o processo. Aquilo que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir *conserva e eleva a nível superior* as conquistas puramente liberais. (COUTINHO, 1979, p. 42-43)

Desta forma, adjetivando a democracia, afirma a inerência da mesma para o socialismo, explicando que existe uma relação dialética entre a democracia socialista e a liberal, onde “[...] a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda. (COUTINHO, 1979, p. 40, grifos do autor).

Este debate que Coutinho faz em seu ensaio é muito vincado por sua experiência com o eurocomunismo do Partido Comunista Italiano, em um momento de renovação dos partidos comunistas no mundo inteiro, como explica Paiva (2016). Assim, sua discussão rebate em vários segmentos da sociedade brasileira, com muitas concordâncias e (mais ainda) discordâncias de sua tese sobre a democracia. E esta discussão rebate para o Serviço Social pensar a categoria de democracia? Evidentemente sim, no entanto não há uma transposição mecânica ou automática de sua compreensão sobre democracia – que está plasmada no interior do espaço de disputas que são os partidos – para o âmbito do Serviço Social, tampouco diretamente para a formulação do princípio, mais a diante na história.

De acordo com Paiva (2016), de fato houve este debate da “democracia como valor universal” no interior da categoria, porém não foi incorporada, nem à época de publicação do ensaio nem à época de elaboração dos princípios éticos fundamentais, considerando que a própria produção de Coutinho não pode ser mimetizada ou transposta de forma direta à discussão no espaço de uma profissão, uma vez que faz parte de outro contexto histórico e de outro espaço de discussão.

Embora tenha se logrado a eleição de valores universais que pudessem traduzir o compromisso com a classe trabalhadora e com o ser humano em sua genericidade, essa universalidade no âmbito da dimensão de democracia “[...] é distinta daquela que o Carlos Nelson formulou no diálogo dele dentro do Partido Comunista Brasileiro” (PAIVA, 2016, p. 15). Entretanto, quando da elaboração dos princípios, foi elencado um conjunto de valores que portam universalidade e, no que tange à concepção da democracia, só foi possível porque havia um debate com Carlos Nelson Coutinho e, ainda que não fosse uma correspondência direta de suas formulações, elas foram essenciais para trazer à baila o debate e a reflexão à-hora-do-dia. Assim, a qualificação da democracia como eliminação de todas as formas de opressão, de exploração, mais especificamente a democracia entendida como socialização da política e da riqueza socialmente produzida, se deve (também, mas não só) ao debate plural com o intelectual, como concluiu a entrevistada:

[...] se fizemos essa qualificação da democracia é porque tínhamos um debate com Carlos Nelson também, por mais que não tivéssemos sido um espelho das formulações dele, sem as provocações e as reflexões do Carlos Nelson acho que não teríamos ousado e sido críticos da maneira como nós fomos. [...] ele foi absolutamente fundamental na discussão da democracia (PAIVA, 2016, p. 12; 13)

A denominada intersecção ou relação de contato direto entre Carlos Nelson Coutinho e o Serviço Social ocorre, é sabido, a partir de 1986, quando o intelectual passa a fazer parte do corpo docente da ESS-UFRJ. Neste sentido, o segundo momento de sua *influência indireta* se situa no período entre 1986 e 1991, que abarca os primeiros anos de Coutinho como docente da referida escola, quando começa a ministrar aulas na graduação de Serviço Social e no Mestrado, vinculado ao Departamento de Políticas Sociais desta mesma escola, iniciando, mais tarde, também ali, suas primeiras orientações de dissertações de dentro do Serviço Social.

Urge explicar, neste interim, o porquê deste recorte temporal, bem como o porquê desta influência, mesmo de dentro da ESS-UFRJ se configurar como uma influência indireta de

Coutinho para o Serviço Social e, conseqüentemente, para a construção dos princípios éticos fundamentais que perpassam todo o projeto ético-político profissional.

Em primeiro lugar, o recorte temporal sinalizado relaciona-se diretamente ao objeto da pesquisa apresentado nesta dissertação, uma vez que o processo de reformulação do Código de Ética de 1986, a elaboração dos princípios éticos presentes e a culminação na aprovação do novo (e atual) Código de Ética se encerram quando da aprovação da Resolução CFESS n. 273/1993, em 13 de março de 1993, sendo que sua discussão, reflexão e elaboração, como visto, é fomentada entre os anos 1991 e 1992. Em segundo lugar, Carlos Nelson Coutinho, mesmo fazendo parte do corpo docente do Serviço Social, nunca produziu – obviamente, pois nem poderia – conhecimento sobre a profissão diretamente, porém isso não é autoevidente ao fato de sua influência ser indireta neste momento, já que sua marcada presença junto à profissão, mesmo não sendo assistente social, trouxe contribuições substantivas e influenciou diretamente o Serviço Social, como se verá. Mas, porque no período demarcado Coutinho ainda estava se aproximando do universo do Serviço Social e, até ali, não havia realizado nem mesmo suas primeiras orientações de mestrado. Assim como, porque a partir do final do ano 1990, início de 1991 sua influência começa a se configurar em outro nível, um nível de *influência direta* como se verá mais adiante.

Logo, Coutinho influencia diretamente alunas(os) em maior ou menor medida, no entanto esta influência é direta com relação a determinados sujeitos e não em relação ao elaboração dos princípios do Código. Em outras palavras: sua influência se caracteriza como indireta, neste segundo momento, porque ela toca diretamente suas alunas e seus alunos, alguns que foram protagonistas no processo de reformulação e de elaboração dos princípios, como é o caso de Mione Apolinário Sales, sua aluna (e, mais tarde, orientanda) e Beatriz Augusto de Paiva, sua aluna na graduação e no mestrado de Serviço Social – recordando que ambas as profissionais e docentes foram membro daquela Comissão Técnica de reformulação no início dos anos 1990.

De modo geral, existe um consenso no que se refere à contribuição e importância da influência de Coutinho para discentes, docentes e profissionais do Serviço Social, desde alguns registros em periódicos recentes, como nas falas dos sujeitos da pesquisa.

Para Barroco (2016), Coutinho influenciou, de fato, toda uma geração do Serviço Social com sua presença marcante, auxiliando na e ampliando a compreensão em torno do “[...] legado de Marx, de Lukács e especialmente de Gramsci, o que necessariamente rebateu na maturidade da tendência marxista do serviço social, no projeto ético-político e no Código de Ética” (BARROCO, 2016, p. 3).

Neste caminho, Paiva (2016) explica que ela e Mione A. Sales foram alunas de Carlos Nelson Coutinho e liam toda a bibliografia que ele indicava, já em sua fase de *teórico da política* ou se preferir em sua fase gramsciana – mesmo sem nunca ter deixado de ser lukacsiano<sup>148</sup>. Coutinho foi um interlocutor muito presente, na leitura e compreensão daquilo que era o debate da ética no Serviço Social, ministrava aulas, participava de bancas, ia aos eventos e, mesmo não sendo e não estudando especificamente a área profissional do Serviço Social, tampouco tenha construído algum documento diretamente relacionado à reformulação, registrou, certamente, uma participação fundamental no debate na graduação e na pós-graduação, reconhecendo a importância da articulação entre ambas. Além disso, conforme salientou a entrevistada, a relação de Coutinho com Netto, para além de uma relação de amizade e militância partidária, contribuiu ao debate teórico, de forma que:

[...] a presença dele era uma presença que nos iluminava, [isto é] nos dava convicções teóricas e nos ajudava na construção de um projeto político para a profissão, porque como militante e como intelectual, Carlos Nelson rapidamente compreendeu o que era o Serviço Social como uma categoria profissional de luta. Ele nunca pensou no Serviço Social abstratamente, ele nunca se dedicou aos problemas da intervenção profissional (porque não podia), **mas soube reconhecer a importância do Serviço Social enquanto sujeito político.** (PAIVA, 2016, p. 13, grifo nosso)

Outra questão levantada por Paiva (2016) foi a importância fundamental que Coutinho teve no que se refere à categoria de práxis revolucionária. Isso porque, as aulas e a leitura das produções de Carlos Nelson Coutinho traziam elementos e subsídios muito concretos para a discussão da práxis revolucionária; juntamente com Leandro Konder, que também contribuiu em alguns importantes momentos, na apropriação do que é a ética no marxismo. “Foram nas disciplinas deles tomamos conhecimento desses autores [Agnes Heller, Lukács], então, a participação dele foi indireta, mas foi decisiva. Indireta porque não estava na comissão, ele não discutiu na comissão nem a profissão, mas no campo teórico e ético-filosófico, sim” (PAIVA, 2016, p. 12).

Ainda, no que se refere ao debate sobre a ética, Paiva (2016) ressalta que Coutinho, desde sua chegada na ESS-UFRJ, nos Congressos (CBAS), nos grandes Seminários Nacionais da ABEPSS, do CFESS, das entidades da categoria, era sempre um dos principais palestrantes, trabalhando grandes temas e, embora não tenha sido um interlocutor direto para a discussão da

---

<sup>148</sup> “[...] embora essas duas vertentes dialoguem muito pouco e há quem diga que são inconciliáveis, mas dentro dele nunca foi e nunca deixou de ser lukacsiano, nunca rompeu com o legado de Lukács nessa discussão da ética, da estética, da cultura, da política” (PAIVA, 2016, p. 12).

ética, foi um enorme interlocutor para a categoria poder pensar a amplitude da constituição dos valores universais dentro do campo marxista. Por isso, a entrevistada considera que o acúmulo produzido para fazer o debate sobre o Código de 1993 se deve, em grande parte, no espaço da filosofia, primordialmente, a Carlos Nelson Coutinho.

Em consonância, Vinagre (2016) afirma que a contribuição de um pensador, escritor e intelectual como Coutinho não é somente para o Serviço Social, mas para toda a esquerda brasileira, como visto anteriormente. Certamente, não é possível (e não é este o propósito) expressar e se vincular, quando da formulação do Código de Ética em questão, por exemplo, ao pensamento de um único autor, mas, como explica a entrevistada, toda a discussão daquele momento tinha como ponto de partida uma crítica ao marxismo enviesado, aquele marxismo sem Marx e, por consequência, tendo a ontologia como ponto central, donde a plena emancipação dos indivíduos sociais é que traçava a linha do horizonte e, desta forma “[...] entra, não só, o pensamento lukacsiano, como gramsciano e como o pensamento da formulação marxiana, propriamente dita, como ferramentas analíticas e que ancoram aquela elaboração” (VINAGRE, 2016, p. 8). Então, compreende-se que, embora (como se sabe e como visto) a contribuição e influência de Carlos Nelson Coutinho não tenha sido direta, tampouco exclusiva neste espaço, ela foi, de modo geral, fundamental e “[...] enorme naquele contexto do novo Código. [...] foi um dos intelectuais que mais contribuiu e a presença dele, através da leitura dele está viva nos princípios” (idem, 2016, p. 7).

Com efeito, o que poderia ser aferido, caso houvesse possibilidade de mensurar as falas dos sujeitos da pesquisa, é que a contribuição e influência de Coutinho está longe de ser pontual ou específica, assegurada numa influência num ou noutro princípio, configurando sutilmente aquilo que a própria dialética conduz: a ausência de linearidade. A contribuição e influência de Coutinho para a elaboração dos princípios é coerente mesmo com sua trajetória intelectual e posicionamento político, da forma como uma das participantes do processo da pesquisa descreveu em completude e síntese:

Carlos Nelson era um intelectual no sentido dado por Gramsci do intelectual orgânico; a articulação entre sua profunda capacidade teórica, no âmbito do pensamento de Marx. Lukács e Gramsci, e seu engajamento político marcou sua trajetória. Além disso, ele era extremamente coerente com os valores emancipatórios que defendia política e teoricamente. Seu modo de ser generoso, plural e democrático manifestava-se nas suas aulas e conferências e podem ser constatadas em sua obra. (BARROCO, 2016, p. 3)

Desta forma, a perspectiva do marxista “convicto e confesso”, de carácter ontológico parece não permitir uma contribuição ou influência onde defina conceitos e categorias específicas, assim como observou Barroco:

Sua apreensão destas categorias é pautada na perspectiva de totalidade e no entendimento de que tais categorias são modos de ser objetivos e historicamente construídos pelo ser social; logo, em interação [onde] definir tais categorias demandaria reproduzir a produção teórica do autor, [e] não se trata de uma definição, mas de entender cada uma dessas manifestações no interior de uma fundamentação ampla. (BARROCO, 2016, p. 4)

Da mesma forma como se articulam os princípios éticos fundamentais, é expressamente impossível discutir cada um deles isoladamente, isso porque, no âmbito da perspectiva teórico-metodológica em que foram formulados, isto é, da perspectiva marxiana, não há como falar em liberdade sem pensar em democracia, sem remeter ao pluralismo e, por sua vez, não é possível pensar e em emancipação sem pensar em igualdade, dentro, pois, de um projeto societário distante de qualquer forma de exploração, distinto, portanto, do vigente – um horizonte, certamente, a que uma profissão se propõe e objetiva somar forças.

No entanto, é preciso registrar aquilo que veio à baila no processo da pesquisa e que ressalta uma categoria em específico em que a contribuição conceitual feita por Coutinho foi fundamental. Para não se cair em contradição diante da afirmação supra, é preciso anotar que mesmo que esta seja uma categoria que tenha sobressaído enquanto contribuição factual e direta de Coutinho, ela não está alheia do conjunto de sua obra, ao revés: ela é inerente e coerente às produções e formulações no campo da tradição marxista que o intelectual desenvolveu ao longo de sua vida, assim como ela não pode existir isoladamente sem a referência e articulação a outros valores e categorias.

Com efeito, esta enorme contribuição que surge em 1991 e que será chamada de *grande influência* é que abre caminho para sua *influência direta*, não só no que se refere aos princípios fundamentais, mas à profissão de maneira geral. Isso porque “[...] no momento em que o Código está sendo reformulado, a influência do Carlos Nelson vinha muito menos pelos seus textos, do que o impacto na cultura política e dos seus alunos [...]. Ele vai incidir muito é nos anos 1990, aí ele vai ter participação direta em eventos” (NETTO, 2016a, p. 7), sobre o que se tratará a seguir.



### 3.2 INFLUÊNCIA DIRETA: A GRANDE INFLUÊNCIA E O LEGADO DE COUTINHO AO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O segundo nível de influência de Carlos Nelson Coutinho tangencia uma *influência direta* do intelectual para o Serviço Social brasileiro que se inicia, primeiramente, no espaço da ESS-UFRJ e, por conseguinte, espalha-se pelos diversos espaços acadêmicos e profissionais no país, quando sua participação em eventos, palestras e debates da categoria, bem como suas orientações a alunas e alunos do mestrado e doutorado da ESS-UFRJ passa a ser cada vez maior, de forma que, embora Coutinho não fosse assistente social e nem produzisse conhecimento sobre a profissão em si, ele refletiu, debateu e produziu, quase sempre ou sempre, conteúdos base para os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social (ABEPSS, [1996] 2015), sendo, certamente, um dos mais importantes intérpretes do marxismo para a profissão no Brasil – além, obviamente, de toda a sua contribuição para a renovação do marxismo no país, como visto brevemente no primeiro capítulo deste trabalho.

A abertura desta chamada *influência direta* de Coutinho para o Serviço Social é, justamente, a sua *grande influência* e contribuição em torno de um conceito no âmbito dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993, qual seja, o pluralismo.

Foi no ano de 1990 – e por isso aqui se inicia a demarcação temporal da influência direta, pois trata-se de um marco histórico de contribuição de Coutinho para a categoria profissional, da forma como a totalidade dos sujeitos da pesquisa fizeram menção e destaque<sup>149</sup> – no I Seminário Nacional de Ensino em Serviço Social (graduação e pós-graduação), com o tema “Pluralismo e Formação Profissional”<sup>150</sup>, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, na cidade de Belo Horizonte, que Carlos Nelson Coutinho ministrou uma palestra sobre o pluralismo. Esta intervenção foi publicada no ano seguinte em um periódico da categoria à época, os conhecidos Cadernos ABESS<sup>151</sup>.

Netto (2016) verbalizou sistematicamente este elemento, isto é, esta intervenção, como central, em uma passagem de sua argumentação sobre a influência de Carlos Nelson Coutinho no Serviço Social, o que engendra sustentação substantiva à indicação temporal feita sobre o

<sup>149</sup> Conforme registrado: Barroco (2016); Netto (2016); Paiva (2016); Teixeira (2016); Vinagre (2016).

<sup>150</sup> “O debate-eixo deste seminário resgatou a necessidade de coletivizar e avançar sobre a compreensão das distintas correntes de pensamento social que têm hoje [isto é, à época, mas ainda hoje é um debate necessário] uma repercussão significativa nos processos de Formação Profissional gerados nas 66 unidades de Ensino de Serviço Social existentes no Brasil” (ABESS, 1991, p. 3).

<sup>151</sup> Cadernos da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS. Desde a segunda metade da década de 1990 houve a mudança no nome da associação para Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, compreendendo a necessidade de contemplar e não dissociar ensino e pesquisa; assim, também, o periódico atual que circula, organizado pela ABEPSS é a Revista Temporalis. (ABEPSS, 2016)

início de uma influência direta do intelectual. Com efeito, porém, Netto considera que desde a entrada de Coutinho na ESS-UFRJ, sua influência só se faz sentir mais fortemente no final do ano de 1990, a partir desta intervenção sobre o pluralismo, assim como pode ser verificado em sua fala:

Agora você me pergunta já com relação ao Carlos Nelson. Eu acho que está colocada, está muito bem colocada esta questão, que uma influência direta do Carlos Nelson só se faz sentir a partir de 1986, mas, eu diria que [...] a influência do Carlos Nelson só começa a se fazer sentido, no Serviço Social, a partir de 1991. Por que 1991<sup>152</sup>? O Carlos Nelson participa de um seminário [...] em Belo Horizonte (MG), onde ele faz uma intervenção sobre o pluralismo, a partir daí a intervenção do Carlos Nelson, eu diria direta, começa a se fazer sentido. (NETTO, 2016a, p. 5)

Compreende-se, porém, que mesmo que sua influência se evidencie de maneira direta a partir deste marco em 1990, não é possível não considerar sua influência indireta, como explicitado anteriormente, da forma como os sujeitos da pesquisa também reforçaram em unanimidade. Por outro lado, em consonância com Netto (2016a), considera-se que esta é, de fato, a primeira manifestação de influência direta de Carlos Nelson Coutinho para o Serviço Social, tocando, inclusive, a questão de um dos princípios do Código de Ética e, por essas razões – e por ter sido evidenciada por todos os sujeitos da pesquisa –, foi chamada aqui de *grande influência*, que se expande quando da publicação da referida intervenção em forma de ensaio/artigo denominado “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”, nos Cadernos ABESS de número 4, em 1991.

Além disso e antes de entrar no mérito da *grande influência*, nesta conjuntura mesmo do ano de 1990, não se pode não rememorar a intervenção feita por Carlos Nelson Coutinho sobre “Gramsci e as ciências sociais”, na PUC-SP a convite da professora Miriam Batista. Esta discussão, explica Netto (2016), teve uma enorme repercussão e, inclusive, em dezembro de 1990 foi publicada na Revista Serviço Social e Sociedade<sup>153</sup>, no entanto não foi colocada em evidência pelos demais sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, Vinagre (2016), quando fala sobre a contribuição de Coutinho para o Serviço Social e para o pensamento social crítico brasileiro, ressalta, particularmente, sua

<sup>152</sup> Neste trecho da fala de José Paulo Netto, leia-se 1990, já que a palestra de Coutinho no referido evento – I Seminário Nacional de Ensino em Serviço Social (graduação e pós-graduação) – ocorreu na cidade de Belo Horizonte (MG) neste ano, como citado anteriormente, sendo que foi publicada em 1991 nos Cadernos ABESS n.4. Vide referências, ABESS (1991).

<sup>153</sup> COUTINHO, C.N. Gramsci e as ciências sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 34, ano XI, dez. 1990. p.21-40.

importância no contexto de reformulação do Código de Ética, a partir da discussão da teoria política de Gramsci, mas, primordialmente no seu debate sobre o pluralismo. Ela explica que este debate do pluralismo – realizado em 1990 no evento em Belo Horizonte, que foi “[...] um evento extremamente importante, grande, com uma presença expressiva de lideranças da categoria, [onde] ele fez uma fala extremamente esclarecedora com relação à defesa do pluralismo” – foi a primeira vez que o Serviço Social conheceu, de fato, o que significava pluralismo, haja vista que até então fazia-se, quase sempre, o uso equivocado do termo, “[...] usado muitas vezes mais no sentido de ecletismo” (VINAGRE, 2016, p. 7).

Nesta exposição de Coutinho ([1990] 1991) ele define duas dimensões básicas para abordar a discussão sobre o pluralismo: o pluralismo enquanto fenômeno social e político; e, o pluralismo na construção do conhecimento ou as implicações do pluralismo na questão da epistemologia.

Sobre a primeira dimensão, explica que o pluralismo é um conceito do mundo moderno, que supervaloriza o indivíduo, o que na Grécia antiga, por exemplo, não ocorreu, haja vista que lá a dimensão privada, do indivíduo era sucumbida pelo público, pelo coletivo. Desta forma, o autor aponta alguns elementos marcantes do pluralismo que o substantivam como pertencente ao mundo moderno – já que é no mundo moderno que os indivíduos têm direitos naturais inalienáveis com relação à sociedade, ideia que se fundamenta no contratualismo: a concepção de Locke, por exemplo, de que só há progresso porque as pessoas são diferentes, de forma que a diferença é vista como algo positivo para a ordem e para o progresso social; a concepção de Montesquieu da divisão dos poderes, compreendendo que a única forma de limitar um poder é criando outro, considerando que há diferentes poderes que expressam diferentes interesses da sociedade; e, a defesa dos direitos das minorias, de Stuart Mill. Daí surge, pois, conforme apresenta Coutinho ([1990] 1991), no âmbito do pensamento liberal, quatro valores que podem ser chamados de valores pluralistas, em síntese: 1) da positividade do conflito e da diferença; 2) da ideia de tolerância; 3) da divisão dos poderes; 4) do direito das minorias. O intelectual ressalta, nesse sentido:

[...] que todos esses quatro valores surgem no interior do pensamento liberal e, de certo modo, servem à consolidação da formação social capitalista, quer dizer, da ordem individualista burguesa. Mas também servem à expansão da individualidade humana. E, como tal, são também um fator decisivo [...] de formação de uma democracia efetivamente moderna. (COUTINHO, [1990] 1991, p. 8)

Ele explica, ainda, que, historicamente, o pensamento moderno democrático matizado em Rousseau nasce com uma colocação não individualista, isso porque sua preocupação era com a construção de uma vontade geral<sup>154</sup>, no sentido de uma soberania popular, onde os valores da comunidade deveriam transcender os valores individuais, isto é, o público estaria acima do privado e, para isso, então, não poderia existir associações particulares. Porém, na prática, não foi o que aconteceu, uma vez que a soberania popular ocorreu diante da criação destas associações (formação de sindicatos, sufrágio universal, partidos políticos), constituindo, assim, o que Gramsci chamou de “sociedade civil”: “[...] o conjunto de aparelhos ‘privados’ de hegemonia, por meio dos quais se expressa não mais o pluralismo do indivíduo [...], mas sim o pluralismo dos sujeitos coletivos” (COUTINHO, [1990] 1991, p. 9).

Desta forma, a grande problemática do mundo moderno é atingir uma síntese entre o predomínio da vontade geral, que impede as fragmentações, conservando, simultaneamente, a multiplicidade, isto é, o pluralismo de sujeitos, compreendendo que aonde se nega a existência da diversidade, da multiplicidade e, por consequência, do pluralismo, tem-se formas de poder absolutos, que barram, portanto, a socialização da política e da democracia – ainda que nas suas manifestações mais propedêuticas.

Portanto, se a negação do pluralismo conduz ao despotismo, e se o simples pluralismo leva à manutenção do liberalismo capitalista, do corporativismo neoliberal, a proposta do socialismo democrático – a proposta, portanto, de uma renovação radical da sociedade moderna – é a da hegemonia com pluralismo ou de um pluralismo que se articule com hegemonia, respeitando as diversidades e alimentando-se dessas diversidades. E assim, não apesar das diversidades, mas através e por causa delas, construir um projeto comum de sociedade, um projeto global, que funde uma vontade coletiva efetivamente transformadora. Essa é a única forma de conseguirmos criar, efetivamente, uma democracia que respeite a vontade coletiva e o interesse público, mas que respeite também o pluralismo e, portanto, respeite os elementos modernos da realidade social. (COUTINHO, [1990] 1991, p. 11)

No que se refere à segunda dimensão básica do pluralismo, o pluralismo no terreno da teoria do conhecimento ou epistemologia, a questão parece ser mais complexa, isso porque porquanto o respeito ao pluralismo no terreno da política parece ser uma questão mais ou menos resolvida – considerando a maioria que se articula em prol de uma sociedade realmente democrática –, no âmbito da teoria do conhecimento ou epistemologia, ao contrário, “[...] a

---

<sup>154</sup> “[...] uma vontade geral que se baseia no interesse comum e sobre a qual se funda a soberania popular. Rousseau faz uma distinção entre a vontade geral, que se baseia no interesse comum, e a vontade de todos, que é a soma dos muitos interesses privados” (COUTINHO, [1990] 1991).

discussão sobre o pluralismo implica maiores problemas ou, pelo menos, deve nos levar a operar mais sutilmente com os conceitos” (COUTINHO, [1990] 1991, p. 12).

Esta sutileza se deve ao fato de que não se pode implicar ecletismo ou relativismo no âmbito do pluralismo no terreno da teoria do conhecimento, epistemologia, ciência social ou natural. O que se traz ao debate é a troca de ideias, de abertura à discussão com aquilo que é diferente, no sentido de lapidar o conhecimento ou ainda de, no processo de aproximação com o conhecimento – que é sempre gradativo, assim como não é estancado – e “[...] esclarecer nossas posições em relação a aproximação a uma verdade cada vez mais abrangente” (COUTINHO, [1990] 1991, p. 13). O debate de ideias, então, se faz urgente e necessário, sempre, na construção coletiva do conhecimento.

Em suma, o pluralismo no terreno da teoria do conhecimento não é e não pode ser sinônimo de ecletismo, haja vista que este último visa conciliar pontos de vista ou *visões sociais de mundo* que são, por sua vez, inconciliáveis. Coutinho sistematiza, não em um só termo, uma excelente síntese de pluralismo no âmbito da teoria do conhecimento: “[...] sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (COUTINHO, [1990] 1991, p. 14)

Isso implica em uma posição de abertura e de uma tolerância no sentido qualitativo, isto é, uma tolerância como meio para a ampliação do conhecimento, da ciência, não significando, porém, a chegada de um consenso entre questões antagônicas. Além disso, Coutinho ([1990] 1991) explica que, no terreno do pensamento social há também o “mundo dos valores”, ou seja, um conjunto de concepções de mundo que engendram tanto uma representação do que é (real), mas, também, existe uma representação daquilo que deve ser (ideal). O que Gramsci chamou de ‘concepções do mundo’ é uma visão do real com normas de ação adequadas. Isso também foi chamado por Gramsci de ‘ideologia’” (COUTINHO, [1990] 1991, p. 14).

Neste sentido, ainda, Coutinho explicita a grande contribuição de Gramsci no que tange à concepção da formação de valores, segundo a qual, os valores se tornam objetivos quando são intersubjetivamente partilhados, isto é, quando atingem consenso<sup>155</sup>. Esta discussão de Gramsci se situa no interior de sua concepção de hegemonia, assim:

---

<sup>155</sup> “No terreno dos valores, torna-se objetivo – e, portanto, ‘verdadeiro’ – aquilo que é partilhado subjetivamente por um grande número de pessoas, independentemente de sua verdade científica” (COUTINHO, [1990] 1991, p. 15)

O que Gramsci entende por hegemonia? [...] precisamente isso: a formação de uma vontade coletiva, de um conjunto de valores que move um sujeito coletivo e se torna, através de sua ação, um fenômeno objetivo da realidade social. [...] **A hegemonia se funda, portanto, numa unidade na diversidade.** Mas tampouco aqui se trata de ecletismo; [...]. Queremos construir uma consciência ética universal, fundada na unidade de alguns valores humanistas básicos e na diversidade dos modos de explicitá-los. Tudo aquilo, porém, que vai contra a universalidade, que discrimina *a priori* uma parte do gênero humano, é intolerável para uma consciência democrática socialista. Não podemos tolerar, por exemplo, o racismo; não podemos tolerar, por exemplo, o machismo. (COUTINHO, [1990] 1991, p. 16, grifo nosso)

De acordo com o que a pesquisa pode trazer à luz, é neste interim – de uma discussão e compreensão de pluralismo – considerando suas duas dimensões, haja vista que o Serviço Social tanto possui, como visto, uma direção sócio-política enquanto profissão, quanto produz conhecimento em torno da realidade de sua intervenção, bem como sobre sua práxis profissional em si, onde não há lugar para ecletismo –, articulado à concepção de hegemonia, assim como sobre a compreensão da constituição dos valores como objetivos e como resultado de uma construção coletiva – que se evidencia a *grande contribuição* de Carlos Nelson Coutinho tanto para o estabelecimento da concepção em torno o pluralismo, como para o reconhecimento, de modo geral, da ampliação da concepção em torno da defesa de determinados valores éticos-universais, pensando naqueles valores eleitos e presentes nos princípios éticos fundamentais que norteiam e perpassam a práxis profissional<sup>156</sup>.

Percebe-se, ainda, que a contribuição de Coutinho advém muito por sua coerência enquanto sujeito teórico-político-intelectual. Isso porque, e é digno de nota, que na fala de todos sujeitos entrevistados membros da comissão (Beatriz A. Paiva, José Paulo Netto, Maria Lucia Barroco, Marlise Vinagre), assim como na fala da assistente social, professora e atual coordenadora da ESS-UFRJ e companheira de anos de Coutinho, com quem foi possível dialogar na ocasião da pesquisa de campo no Rio de Janeiro (Andrea Teixeira), ficou evidente que aquilo que o intelectual *marxista convicto e confesso* produzia em seus ensaios e livros ou proferia em suas intervenções não se restringia a estes espaços, mas, ao contrário, era aquilo mesmo que ele exercia enquanto sujeito: um intelectual aberto ao debate, sempre disposto e aberto à *batalha de ideias*, efetivamente coerente com aquela concepção de pluralismo trazida,

---

<sup>156</sup> Reafirmando o que já foi explicitado anteriormente, não se pretende aqui sinalizar que a contribuição e influência de Coutinho tenha sido intencional, tampouco exclusiva, falando diretamente sobre a universalidade de determinados valores, uma vez que, no âmbito da tradição marxista, a compreensão e discussão sobre os valores considerados universais, valores humanistas, estão presentes em diversas formulações de diversos intelectuais que, como se sabe muito contribuíram para as formulações da profissão, dentro mesmo desta compreensão de pluralismo no campo epistemológico.

explicitada e aclarada por ele. E, sobre isso, vale registrar uma passagem, nas palavras de uma das entrevistadas:

[Coutinho] tinha essa peculiaridade na fala, uma fala tranquila e contundente, mas ao mesmo tempo suave, leve, respeitosa – e com isso [...] conseguia, inclusive, convencer. Aliás, essa ideia do convencimento pelo debate, pelo debate contundente, é o núcleo da própria compreensão da ideia do pluralismo, quer dizer, pluralismo, mas disputando a hegemonia. E essa ideia que, na prática, ele exercia. Isso mostra, inclusive, que ele é um intelectual que vive o próprio pensamento, é expressão viva do pensamento ao qual ele se filia. [Que,] na verdade, vem corroborar à ideia intransigente da liberdade. E aí, defesa da liberdade, mas não dessa liberdade individualista, do liberalismo, mas de uma liberdade com uma direção, com parâmetros de negociação, ou seja, tortura, arbítrio, autoritarismo, não se negocia. Ou seja, de um pluralismo, mas a partir de um chão negociável. (VINAGRE, 2016, p. 7)

Como se sabe, historicamente há uma grande lacuna no que tange à conceituação e, portanto, uma, maior ainda, confusão à compreensão de pluralismo para a categoria profissional do Serviço Social. E, pode-se dizer que, esta confusão abrangia as duas dimensões básicas trazidas por Coutinho ([1990] 1990), isto é, tanto no campo da epistemologia, quanto no da política, onde, majoritariamente, se remetia muito mais ao ecletismo. É preciso dizer que esta é ainda uma lacuna para boa parte de profissionais, haja vista que nos textos ou nas falas de muitos a única referência sobre pluralismo vem no âmbito da epistemologia, quando se discute a produção de conhecimento dentro de uma determinada perspectiva teórico-metodológica, onde a concepção fica restrita à uma definição, segundo a qual, “pluralismo é diferente ecletismo”.

Neste sentido, Beatriz Paiva explica que o pluralismo era visto pela categoria como uma mistificação e foi Carlos Nelson Coutinho, numa elaboração a partir do e com o conceito gramsciano de hegemonia que auxiliou a “[...] entender como é que se constrói o debate político dentro de um universo heterogêneo garantindo a hegemonia de determinada perspectiva teórica sem que precisássemos destruir a outra” (PAIVA, 2016, p. 14). Conforme ela analisa, por muito tempo o Serviço Social disputou internamente entre correntes de pensamento distintas, onde havia marxistas de um lado e positivistas, funcionalistas, fenomenólogos, do outro, sem que houvesse qualquer tipo de diálogo entre essas correntes: “[...] as pessoas não se relacionavam e o Carlos Nelson rapidamente mostrou que era impossível conseguir construir um projeto profissional imaginando que destruiríamos as outras concepções, que elas seriam abolidas do Serviço Social” (idem, p.14).

A compreensão em torno do pluralismo, tendo no seu interior uma compreensão e discussão articulada com hegemonia, como sabido, engendrou, conseqüentemente, uma aproximação e entendimento também deste conceito de hegemonia, o que, certamente, também se configurou como uma contribuição de Coutinho para o Serviço Social no contexto de reformulação do Código de Ética de 1986 que culmina no Código de 1993. A própria compreensão da hegemonia não como uma maioria, mas como uma força de debate que se chega a um consenso coletivo entre os diferentes, isto é, de uma “unidade na diversidade”, advém fundamentalmente desta discussão de Coutinho, no âmbito da tradição marxista.

Paiva (2016), chama à atenção, ainda, ao fato de que, não fosse esta concepção de pluralismo com hegemonia, talvez, a proposta e o processo da reformulação do Código pudesse ter cessado antes de sua conclusão<sup>157</sup>, residindo aí, ao que pode ser analisado, a mais *direta e grande influência* de Coutinho para a categoria profissional, em suas palavras:

[...] veja, se não acreditássemos na possibilidade do pluralismo e da hegemonia, teríamos desistido de fazer a revisão do Código de Ética, porque a profissão era conservadora, e ainda é. Então, a não aderência do marxismo para a grande massa da categoria nunca fez com que deixássemos de acreditar que estávamos numa disputa [...]. Essa categoria do pluralismo, que é uma categoria difícil porque nos obriga a sermos democráticos, ou seja, está associada com a própria noção de democracia, e de liberdade. Eu vejo nela produto direto desse diálogo com Carlos Nelson. (PAIVA, 2016, p. 13-14)

Para além disso, a contribuição ou influência de Coutinho, não só está presente no espaço delimitado na pesquisa que engendra esta dissertação, isto é, não está apenas vívido no âmbito de uma influência para a elaboração dos princípios éticos fundamentais, mas, de modo geral, ela é transcendente e passa a ser efetivamente uma *influência direta* no período posterior a 1990 – a partir de sua *grande influência* com o pluralismo, bem como com sua intervenção na PUC-SP sobre Gramsci e as ciências sociais – especialmente a partir de 1994, como se evidenciou durante a travessia da pesquisa de campo e assim como é reconhecido nacionalmente dentro e fora do Serviço Social, haja vista que sua contribuição e influência não cessa aí, ao revés: ela se evidencia ainda mais fortemente, de maneira mais direta e mais presente, tangenciando o que se compreendeu como um legado de Carlos Nelson Coutinho no interior de sua fase de *teórico da política* e a partir de sua *grande influência*.

E por que essa referência pós 1991 e, especialmente, pós 1994?

---

<sup>157</sup> E, assim, da mesma forma, não se configuraria o processo de debate mais democrático de discussão no âmbito do Serviço Social brasileiro, como mencionado a partir do ponto de vista dos sujeitos entrevistados, bem como da bibliografia produzida sobre a temática.



Primeiramente, 1991 é o marco da *grande influência*, assim como é nos anos posteriores que Coutinho inicia suas orientações a nível de mestrado, no espaço do Serviço Social – sem esquecer de sua presença ativa na docência e também nas atividades da graduação, conforme reforçou Teixeira (2016), considerando que Coutinho nunca deixou de manter-se próximo de alunas e alunos desta. Mas veja, desde sua entrada na UFRJ em 1986, até 1993, Carlos Nelson Coutinho orientou somente duas alunas do programa de pós-graduação – lembrando que neste período ainda não havia sido aberto o programa de doutorado da ESS-UFRJ –, são elas: em 1992, Elaine Marvola Francisco, com a dissertação intitulada “As comissões de fábrica no Brasil e sua relação com os sindicatos”; e, em 1993, Mione Apolinário Sales, em “Marxismo, ética e socialismo”<sup>158</sup> – lembrando do papel fundamental de Sales não apenas do processo de reformulação do Código de Ética, como foi destacado, mas também enquanto docente e pesquisadora do Serviço Social.<sup>159</sup>

Entretanto, é a partir de 1994 que a influência de Coutinho muda de qualidade, como observou Netto (2016), podendo configurar, então, o início da construção de um legado deste intelectual para o Serviço Social brasileiro que extrapola o espaço de delimitação desta pesquisa sobre o que será visto em pormenores nos meandros das considerações finais.

---

<sup>158</sup> Conforme Apêndice B.

<sup>159</sup> É importante mencionar que, para além das orientações no período do qual se trata (1986-1994), várias(os) alunas(os) de várias regiões do país foram cursar o mestrado na ESS-UFRJ.

## CONSIDERAÇÕES

Realizar o caminho de volta não é tarefa fácil, dado que nem sempre se consegue colocar em palavras aquilo que se pretende, assim como, nem sempre se chega aonde se presumiu chegar, porque o caminho vai se construindo ao passo que se está a procurá-lo, não é como um mapa de localização que permite traçar o caminho com precisão, não é linear, mas assim como o mapa apresenta várias estradas o trajeto do objeto durante a pesquisa apresenta várias determinações. Isso porque, fazer pesquisa: [...] é descobrir caminhos, é configurar e decifrar uma paisagem desconhecida na perspectiva do que se está pesquisando”, de modo que “[...], partimos do que já conhecemos com vistas a um conhecimento mais pleno da realidade em análise, sabendo que tal conhecimento se constrói ao longo da pesquisa e só se revela na trajetória” (MARTINELLI, 2005, p. 123).

*A priori*, é importante ter como horizonte que jamais se teve a pretensão de, com a realização bem como os resultados desta pesquisa para a dissertação, esgotar ou concluir a temática que abrange; o que se logrou se traduz em um esforço de realizar uma aproximação sucessiva e cada vez mais afinada com o objeto, no interior das particularidades que o compõe e da totalidade da qual é parte. Nesse sentido, as partes que compõem esta dissertação – em forma de três capítulos e alguns subitens – foram construídas de maneira que possam ser objetivamente compreendidas separadamente, no entanto é na conjunção entre tais partes que se dispõe o objeto em sua totalidade e movimento.

Logo, a problemática da pesquisa trouxe as seguinte indagação: qual a influência da tradição marxista através da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho na construção dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993? A partir dela e, ao mesmo tempo, para respondê-la, é que foram traçados os seguintes objetivos: contextualizar historicamente as condições objetivas para a emergência da concepção de projeto ético-político no Serviço Social brasileiro e do processo de reformulação do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993; recuperar a obra de Carlos Nelson Coutinho e sua relação com o Serviço Social brasileiro; apreender os fundamentos teórico-metodológicos dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993, identificando os elementos (conceitos ou categorias) que evidenciam a influências de seu pensamento.

Se numa palavra se quiser responder à indagação trazida no problema, ter-se-ia, ao final, que: Coutinho, a partir e por meio de sua produção intelectual antes e depois de sua entrada na ESS-UFRJ – tradutor e intérprete, professor, orientador, militante político – trouxe, sem

intenção e não de maneira direta várias contribuições, entre as quais a reflexão sobre o conceito de democracia, configurando um dos níveis de sua influência para o Serviço Social e, conseqüentemente, para a reflexão dos princípios, o que foi chamado de *influência indireta*. Porém, de modo direto e específico, influenciou e trouxe uma contribuição em torno da categoria de pluralismo, delineando à sua *grande influência* e abrindo ao período (pós-1994) em que sua influência passa a ser mais direta, isto é, ao nível da chamada *influência direta*.

No entanto, só é possível chegar a esta compreensão e (re)conhecimento a partir dos nexos entre o Serviço Social e a tradição marxista e, neste interim, a contribuição e evidência de Carlos Nelson Coutinho como intérprete do marxismo no Brasil, assim evidenciando os caminhos de um diálogo que se iniciou e, factualmente, não há de acabar, haja vista que a produção intelectual deste *marxista convicto e confesso* não se foi com ele em 20 de setembro de 2012, ao contrário: ficou para a *batalha das ideias*. Assim, no primeiro capítulo foi necessário construir um item que pudesse trazer à luz como se processou a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, para deste patamar encontrar, condizente aos objetivos da pesquisa, os caminhos de aproximação de Coutinho com o Serviço Social. E aí expor *por que Coutinho?* em três porquês: a) porque Carlos Nelson Coutinho foi um dos mais importantes intelectuais para a renovação do marxismo no Brasil como tradutor e intérprete de Lukács e Gramsci no Brasil e que contribuiu à incidência deste último no Serviço Social que como visto, tem início a partir de sua entrada na ESS-UFRJ em 1986; b) Porque Coutinho passou aproximadamente metade de sua vida intelectual<sup>160</sup> vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS-UFRJ, mesmo não sendo Assistente Social – anotando que no presente ano, Coutinho completaria 30 anos com o Serviço Social; c) Porque ele discute em suas produções muitas das categorias e conceitos presentes nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993. Com isso se quis indicar como se logrou a relação entre Coutinho e o Serviço Social historicamente, identificando ali em que fase se encontram – aproveitando para expor também uma parte da trajetória intelectual de Coutinho – e chegando ao resultado de que ambos se encontram na história em suas fases maduras, onde a diferença é que Coutinho em sua fase madura, ou na chamada fase de *teórico da política*, contribui à fase madura do Serviço Social – o que é exposto no terceiro capítulo quando da factual contribuição e influência de Coutinho no período de realização dos Seminários Nacionais de Ética e no momento específico de sua palestra no I Seminário Nacional de Ensino

---

<sup>160</sup> Nasce em 1943, em 1986 completa 43 anos de vida, dos quais 27 anos de vida intelectual; de 1986, quando entra na UFRJ, até 20 de setembro de 2012, 26 anos de vida intelectual vinculado à Escola de Serviço Social da UFRJ.

em Serviço Social cujo tema era “Pluralismo e Formação Profissional”, publicado no ano seguinte na Revista Serviço Social e Sociedade e que até hoje é referência para o debate do pluralismo na graduação, na pós-graduação e nas entidades da categoria.

Daí, o segundo capítulo entra como um mediador, isso porque, reconhecida a inter-relação, isto é, o *diálogo para sempre* entre Coutinho e o Serviço Social, vê-se a necessidade de adensar a discussão para a compreensão da concepção e significado do conhecido Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro e de como se processou a reformulação do Código de Ética de 1986, da qual é oriundo tal projeto e que gera o atual Código, onde estão escritos os princípios éticos fundamentais, para, no terceiro capítulo, adentrar na especificidade da influência de Coutinho para a elaboração de tais princípios.

Neste capítulo, então, é trazido o projeto ético-político à *batalha das ideias*, no sentido de se compreender, assim como dita um dos objetivos da pesquisa, o significado e as distintas concepções em torno deste projeto que vem sendo compreendido muito mais em um *sensu comum professional*. É importante aqui reforçar que a pesquisa ora apresentada tem a pretensão de contribuir para os fundamentos do Serviço Social e para o fortalecimento do projeto ético-político no seu significado e concepção histórica, isto é, de um projeto cuja direção social está plasmada no escopo daqueles onze princípios, que como se viu, traduzem aquele compromisso amplo do Código anterior, com a classe trabalhadora, mas com a nitidez de que o compromisso em termos de valores, são com os valores da ontologia do ser social. Não há, portanto, a ilusão de que uma pesquisa para a dissertação de mestrado possa alcançar um corpo profissional tão distinto quanto o do Serviço Social, assim como não há a ilusão de que o referido projeto tenha sua hegemonia ainda resguardada como o teve durante a década de 1990. Porém, a compreensão é a de que este projeto ético-político tem toda razão de assim ser denominado justamente em função do que se pretende quando de sua concepção e surgimento, considerando, assim como Netto (2013), que os princípios são, metaforicamente falando, cláusulas pétreas, pois indicam todo o dever ser, perpassando o como ser à hora e ao dia profissional do Serviço Social.

Por outro lado, ainda, a sua construção deste projeto se logra no espaço do cotidiano mediante as ações de profissionais nos mais distintos espaços sócio-ocupacionais, onde se encontram desde os mais conservadores profissionais até os mais radicais e críticos, assim como os céticos e conformados, porque a visão social de mundo a atribuição dos valores é distinta a cada sujeito e a cada condição objetiva de existência desses. É inválido, portanto, se reduzir a o espaço de uma dissertação a defesa deste projeto, mas, certamente, é válido lançar nota à necessidade de aprofundamento e debate pluralista e democrático sobre os princípios profissionais, para se (re)construir os fios de uma hegemonia coletiva. Fora isso, o projeto ético-

político só tende a se vulgarizar progressivamente, ainda mais com o aligeiramento da formação profissional e o crescimento desmedido do famigerado Ensino à Distância. Então: “É preciso alimentar as utopias e os sonhos, porém é fundamental engendrar mecanismos que possibilitem realiza-los efetivamente para que sejam expressão no seu conteúdo, da realidade viva” (VINAGRE, [1996] 2012, p. 176).

Ainda no segundo capítulo foi feita uma reconstrução do processo de reformulação do Código de Ética no interior da renovação profissional. Especificamente sobre o processo de reformulação, salvo erro de entendimento e conhecimento, aparecem questões que a história do Serviço Social ainda não conhecia em termos de produção de conhecimento e, para isso, foi fundamental o diálogo com os sujeitos da pesquisa, que trouxeram os pormenores de um processo que foi reconhecidamente o maior e mais democrático do Serviço Social brasileiro, auxiliando na reflexão do que significa o trabalho e a construção do conhecimento coletiva e hegemonicamente. Foi enormemente gratificante poder conhecer e conversar com cada um dos entrevistados, conhecer pessoas que fizeram parte tão significativa da construção do chamado projeto ético-político.

O item que fecha o segundo capítulo traz a exposição dos onze princípios, mas se além àqueles que, já como resultado da pesquisa, foram influenciados de alguma maneira por Coutinho. No entanto, o que se pretendeu ali foi apontar o entendimento da massa crítica – que produz conhecimento em Serviço Social e que o fez no que se refere aos princípios fundamentais – sobre os determinados princípios, como se viu, de liberdade, democracia e pluralismo.

No que se refere ao terceiro capítulo, a tentativa é a de alinhavar aquilo que se reconheceu no primeiro – inter-relação de Coutinho, em sua fase de *teórico da política* e o Serviço Social – na conjuntura do que traz o segundo – a reformulação – a partir das falas dos sujeitos da pesquisa e da produção bibliográfica que estas falas indicam. Neste interim se identifica, portanto, os níveis de influência e quais categorias e/ou conceitos, dentro desses, que Coutinho toca o Serviço Social, a categoria e a reflexão e elaboração dos princípios, evidenciando aí, no nível de *influência direta a grande influência* em torno do pluralismo e, em nível de *influência indireta*, em torno da categoria de democracia, além da contribuição na introdução do pensamento gramsciano no Serviço Social, que é sinalizado tanto neste quanto no primeiro capítulo.

É de suma importância e necessária honestidade do ponto de vista da produção de conhecimento, reconhecer e aludir que se analisada a conceituação de pluralismo feita no último item do segundo capítulo – a partir de teóricos do Serviço Social – e a do terceiro capítulo – a

partir do texto do próprio Coutinho, por meio da evidência feita pelos sujeitos da pesquisa – há uma enorme correspondência, o que parece certificar – se é que é necessário, ainda – a influência deste intelectual para a concepção de tal princípio. Assim, também, pensa-se sobre a concepção de democracia, que embora em Coutinho seja muito direcionada ao que ele pretendia com o ensaio da “Democracia como valor universal”, em termos mais gerais, há uma certa correspondência no que se refere compreender a democracia e sua ampliação como caminho absolutamente necessário à-hora-do-dia, mesmo reconhecendo seus limites; até mesmo com relação de não compreendê-la estritamente como participação e socialização da política, mas inclusive da riqueza socialmente produzida.

Ainda, na trajetória da pesquisa, a aproximação com o objeto trouxe à luz aqueles níveis de influência e, mais que isso, trouxe uma questão sobre a qual não se esperava encontrar. É evidente que, quando da delimitação do objeto e da problemática e objetivos da pesquisa, o que se esperava ou se tinha como hipótese era, especificamente, encontrar a digital de Carlos Nelson Coutinho no que se refere à formulação dos princípios, porém o conteúdo da pesquisa de campo extrapolou a (de)limitação da pesquisa, tangenciando a uma possível influência direta, tão ou mais significativa que a influência sobre os princípios, a partir da segunda metade de 1990.

Dessa forma, a partir de 1994, como mencionou Netto (2016) no sentido de se reconhecer amplamente importância deste contato, da docência e das orientações na pós-graduação – uma vez que esta tem o objetivo de formar pesquisadores e docentes para a área profissional, que, por sua vez, retornam suas produções de conhecimento trazendo e agregando tanto para a formação (em todos os níveis), quanto para o exercício profissional – e, portanto, a influência de Coutinho vai expandir e se espalhar após a constituição do programa de doutorado em Serviço Social na ESS-UFRJ. Desta forma, como explicou e exemplificou José Paulo Netto na ocasião da entrevista:

[sua influência] muda de qualidade, porque o Carlos Nelson começa atuar em eventos na formação pós-graduada em Serviço Social [...]. Eu diria que [...], na primeira metade dos anos 1990, de forma ainda inicial, mas a partir da segunda metade dos anos 1990, o Carlos Nelson esteve presente em boa parte dos eventos decisivos do Serviço Social: ENPESS; Seminários; Colóquios; dando cursos ou fazendo intervenções nos cursos de pós-graduação [, sem deixar a graduação]. (NETTO, 2016a, p.6)

Daí vale destacar, além de Mione A. Sales, aluna e orientanda e Beatriz A. Paiva, aluna de Carlos Nelson Coutinho e que foram centrais no processo de reformulação durante o período demarcado de *influência indireta*, uma das orientandas, que no período de *influência direta* pós-

1994 teve e ainda tem um protagonismo dentro do Serviço Social brasileiro e até mesmo fora do país, que é até hoje docente e pesquisadora, vinculada ao departamento de Serviço Social da UFSC, é Ivete Simionatto. Antes mesmo de defender sua tese de doutorado em Serviço Social pela PUC-SP<sup>161</sup>, publicou um livro intitulado “Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social”, que constitui parte da referida tese. Esta obra representa uma referência sobre a entrada das ideias de Gramsci no Brasil e no Serviço Social brasileiro, que desde então é material bibliográfico para as pesquisas na área. E, além deste destaque, em sua totalidade, Carlos Nelson Coutinho orientou de 1995 a 2010, 11 dissertações de mestrado no Serviço Social e 15 teses de doutorado, sendo que somente uma não foi no Serviço Social.

Outra questão posta em meados de 1990 é sobre a contribuição de Coutinho sobre o conceito de cidadania. Alguns dos sujeitos da pesquisa citaram sua influência na discussão sobre cidadania, porém escapa do tempo de delimitação em que se buscou investigar, cujo teto foi 1993, tendo por referência o final do debate da reformulação e a culminação e promulgação do Código de Ética de 1993. Muito das referências se remetem ao seu artigo publicado na Revista Praia Vermelha, em 1997, denominado “Notas sobre cidadania e modernidade” (COUTINHO, 1997), que na realidade é uma transcrição de uma conferência feita por Coutinho na Embratel, em maio de 1994, com transmissão em rede nacional de televisão executiva. Certamente esta fala e, posteriormente, texto trouxe contribuições para pensar o conceito de cidadania, como se referiram alguns entrevistados, no entanto não houve maiores aprofundamentos sobre a questão, tampouco influenciou à elaboração do princípio - *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras* – presente no Código, uma vez que sua conferência e publicação do artigo são posteriores ao debate da cidadania. Mas, é óbvio que sua contribuição não se reduz a uma fala ou a um artigo, entretanto foi o que se pode verificar dentro das possibilidades e limites desta pesquisa. Agora, é óbvio também que, mesmo que não tenha contribuído na elaboração, pode ter contribuído à conotação do termo no âmbito da categoria, visto que a inter-relação e diálogo no período indicado são, como sugeriu a pesquisa, maiores e mais diretos.

Estas questões chamam à atenção para um espaço temporal que ultrapassa a delimitação desta pesquisa. É importante dizer que foi no processo da pesquisa, especialmente no que se

---

<sup>161</sup> Como lembra Netto (2016), esta foi e é uma enorme referência de pesquisa no âmbito do Serviço Social brasileiro, isso porque a pesquisadora teve a oportunidade de realizar um trabalho de pesquisa também fora do país, por meio da concessão da Bolsa *Sandwich*, ela esteve no Instituto Gramsci, na Itália. A defesa de sua tese ocorreu em 1999 (Apêndice B).

refere ao diálogo com os sujeitos da pesquisa – especificamente na ocasião das entrevistas com José Paulo Netto e Andréia Teixeira, individual e separadamente – que foi possível apreender este lastro e período de tempo, sobre pós-1994, que aponta para uma maior influência de Coutinho para o Serviço Social. Assim também, na afinação da pesquisa documental e bibliográfica que acaba elucidando, por meio das orientações, primordialmente, como cresce gradativa e progressivamente a participação de Coutinho e, do mesmo modo, sua enorme participação nos eventos da categoria, também neste período de tempo demarcado, que foi mencionado quase que pela totalidade dos sujeitos da pesquisa – porém não houve espaço-tempo para averiguar detalhadamente em quais eventos, com quais temas, e em quais locais (sendo que para isso seria necessário consultar certificados de eventos pessoais de Coutinho, haja vista que não é possível encontra-los doutra forma).

E o que se pretende com estes apontamentos neste fechamento de dissertação? É sugerir, portanto, uma nova indicação de pesquisa que pode, a priori, ser assim problematizada: como a influência de Carlos Nelson Coutinho, em sua fase de teórico da política, rebate na produção do conhecimento na área do Serviço Social (e por consequência na profissão)? Ou ainda: qual o legado de Carlos Nelson Coutinho no âmbito de sua teoria política para o Serviço Social brasileiro?

Indagações que convidam a um estudo de toda sua produção bibliográfica pertinente a sua fase de teórico da política, seguida de um estudo das teses e dissertações do Serviço Social que foram orientadas pelo intelectual, para, a partir daí, identificar as categorias e os conceitos presentes e analisar de que forma elas chegam e são apreendidas no âmbito da categoria, no sentido de identificar as “impressões digitais” de Carlos Nelson Coutinho neste interim.

Ainda, embora este novo questionamento tenha transladado dessa forma – especificamente sobre os traços de influência e legado de Coutinho para a o Serviço Social – compreende-se e reforça-se a importância, necessidade e urgência de se realizar pesquisas com o objetivo de aprofundar a análise teórica sobre os princípios éticos-políticos presentes no Código de Ética de 1993, no sentido de não se perder aquilo que foi o maior ganho para a profissão até hoje ampliando o debate sobre os fundamentos que delineiam esses princípios, no sentido de não perder o horizonte.

*“Palavra que eu uso me inclui nela”*

*Manoel de Barros*

*(O Livro das Ignorâncias, 1993)*



## REFERÊNCIAS

ABESS. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. **Cadernos ABESS** n. 4. 1991.

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social**. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/files/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.abepss.org.br/files/legislacao_diretrizes.pdf)>. Acesso em: set. 2015. [1996]

\_\_\_\_\_. **Revista Temporalis**: apresentação. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/apresentacao-39>>. Acesso em: jun. 2016.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 2006. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_arquivos/3/TDE-2006-09-14T13:00:18Z-2494/Publico/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-09-14T13:00:18Z-2494/Publico/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf)>. Acesso em: jan. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

BARROCO, M. L. S. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS org. São Paulo: Cortez, 2012a. Parte I, p.31-109.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o Código de Ética dos Assistentes Sociais. In: BONETTI, D. A. et al. **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13ed. São Paulo: Cortez, 2012b. p. 142-148.

\_\_\_\_\_. Ética e política entre ruptura e conservadorismo. **Revista Inscrita**, Ano VIII, n. XII, nov. 2009. p. 31-40.

\_\_\_\_\_. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8ed. São Paulo, Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

BEZERRA, Cristina Simões. Resenha de *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo*. **Revista Praia Vermelha**, v. 22, n.2, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Jan-Jun. 2013. p. 109-111.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONETTI, Dilséa A. et al (orgs.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita** n. 10, Ano VII, Org. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. nov. 2007. p.5-10.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS. 2009. p. 185-199.

CAZELA, Mabile Caetano; DALLAGO, Cleonilda Sabaini T. **Serviço Social e exercício profissional: a dimensão ética em evidência.** Artigo apresentado no I SEMINÁRIO DE DIREITOS HUMANOS E XX SEMANA ACADÊMICA DE SERVIÇO SOCIAL: Direitos Humanos - saberes e exercício profissional. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* Toledo-PR. [Publicado nos anais do evento, ISSN: 1676-1022]. 2012

CAZELA, Mabile Caetano. **Serviço Social brasileiro e tradição marxista: o processo de aproximação.** Artigo Apresentado no *III Encuentro Latinoamericano de profesionales, docentes y estudiantes de Trabajo Social, IV Congreso Nacional de Trabajo Social y IV Encuentro Nacional de Estudiantes. “TRABAJO SOCIAL CRÍTICO: DEBATES, PERSPECTIVAS Y DESAFIOS EN AMÉRICA LATINA”*. Tandil-Argentina. Nov. 2015.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social; Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ed. [revisado e atualizado]. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Atividades 1998.** Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio\\_atividades\\_1998.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_atividades_1998.pdf)>. Acesso em: mar. 2016. [1998]

COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, v.9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p.33-47.

\_\_\_\_\_. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo, Cortez. 2000.

\_\_\_\_\_. Conversa com um “marxista convicto e confesso”. In: BRAZ, M. (org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do Marxismo no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular. [2000] 2012. p. 397-420.

\_\_\_\_\_. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

\_\_\_\_\_. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS** n. 4. [1990] 1991. p. 05-17.

\_\_\_\_\_. O conceito de política nos *Cadernos do cárcere*. In: COUTINHO, C. N. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 67-82

FREDERICO, Celso. “Figura de exceção”: dois momentos de Carlos Nelson Coutinho. In: BRAZ, M. (org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do Marxismo no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular. 2012. p.85-97.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia de Pesquisa em Serviço Social.** Caderno Técnico 23. Brasília. CNI/SESI, 1996.

GÓMEZ, José María. Proposta de concessão de emergência ao professor Carlos Nelson Coutinho. **Revista Praia Vermelha**, v. 22, n.2, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Jan-Jun. 2013. p. 9-13.

GUERRA, Yolanda. **No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”**.

Disponível em: <<http://cac->

[projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico\\_social/mss20.pdf](http://projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/mss20.pdf)>. Acesso em: fev. 2016.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo do Serviço Social e Ética Profissional. In: BONETTI, et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 13ed. São Paulo: Cortez, 2012. P. 105-126.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 8 ed. São Paulo. Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KONDER, Leandro. Testemunhos. In: BRAZ, M. (org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do Marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular. [1991] 2012. p. 17-26.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. **Revista Temporalis**, n. 09. ABEPSS (org.). Recife, Editora Universitária da UFPE, 2005.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1, cap. 1, p. 147-164.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS, CEAB – UNB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Módulo 01, 1999. p. 92 - 109.

\_\_\_\_\_. A crítica conservadora à reconceptualização. **Serviço Social e Sociedade** n. 5, São Paulo: Cortez, 1981. p. 59-75.

\_\_\_\_\_. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, Marcelo (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular. 2012a. p.51-83.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. I, p. 19-81.

\_\_\_\_\_. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília: Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, n.3, 2001. p. 41-49.

\_\_\_\_\_. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: CRESS-RJ, Conselho Regional de Serviço Social – Rio de Janeiro (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. CRESS-RJ (org.). Rio de Janeiro, 2013, p. 20 – 28.

\_\_\_\_\_. Notas sobre democracia e transição socialista. In: **Democracia e transição socialista**: escritos de teoria e política. Belo Horizonte, Oficina de Livros. 1990. p.69-105 [1979]

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 14ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: BONETTI, D. A. et al. **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. 13ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 9-13

\_\_\_\_\_. A conjuntura política brasileira. Palestra. Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília - PPGPS/UnB. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xJnbJYKq6O4>>. Acesso em: abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Homenagem póstuma o Professor Dr. Carlos Nelson Coutinho**. 8º Seminário de Serviço Social da Editora Cortez. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 11 de maio de 2015 [Vídeo publicado em 13 de agosto de 2015]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aV3Jjqk818>>. Acesso em: 17 de ago. 2015

\_\_\_\_\_. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade** n. 84. São Paulo: Cortez, 2005. p. 5-20.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, n.30 (Número Comemorativo dos 10 anos). São Paulo: Cortez, 1989. p. 89 – 102.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Memórias do processo de renovação da Escola de Serviço Social da URRJ e da contribuição de Carlos Nelson Coutinho. **Revista Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, v. 22, n.2, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Jan-Jun. 2013. p.77-85.

PAIVA, Beatriz Augusto de Paiva; SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, Dilsea Odeodata *et al.* **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13ed. São Paulo: Cortez, [1996] 2012. p. 209 – 252.

PAIVA, B. A. de. Et al.[Comissão Técnica Nacional de Reformulação] Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: BONETTI, D. A. et al. **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13ed. São Paulo: Cortez, [1996] 2012. p. 191-208.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. **Temporalis**, Ano 3, n. 5. Brasília. ABEPSS, 2002. p. 81-94.

\_\_\_\_\_. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife-PE. 2005. Disponível em: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9640/arquivo9013\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9640/arquivo9013_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: jan. 2016.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Prefácio. In: BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS org. São Paulo, Cortez, 2012. p. 09-17.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** Revista Atualizada. 23ed. 5 reimp. São Paulo: Cortez. 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Carlos Nelson Coutinho e a incidência de Gramsci no Serviço Social. In: BRAZ, Marcelo (org.) **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil.** 1 ed. São Paulo, Expressão Popular. 2012. p. 365-384.

\_\_\_\_\_. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** São Paulo, Cortez; Florianópolis, Editora Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 1995.

SOUZA, Victor Neves de. Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira. **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social** –. V.22, n.2. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Jan-Jun. 2013. p.49-75.

TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS org. São Paulo, Cortez, 2012. Parte II, p. 115-250.

VINAGRE, M. Ética profissional: por uma ampliação conceitual e política. In: BONETTI, D. A. et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis.** 13ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.167-176.

## ENTREVISTAS

NETTO, J. P. **O processo de reformulação do Código de Ética de 1986 e a influência de Carlos Nelson Coutinho para a elaboração do princípios éticos fundamentais presentes no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993 no Brasil.** Rio de Janeiro, 28 abr. 2016a. [arquivo digital]

PAIVA, Beatriz Augusto. **O processo de reformulação do Código de Ética de 1986 e a influência de Carlos Nelson Coutinho para a elaboração do princípios éticos fundamentais presentes no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993 no Brasil.** Florianópolis, mar. 2016. [arquivo digital]

TEIXEIRA, Andrea. **Uma conversa sobre os traços de influência de Carlos Nelson Coutinho para o Serviço Social brasileiro.** Rio de Janeiro, abr. 2016. [arquivo digital]

VINAGRE, Marlise. **O processo de reformulação do Código de Ética de 1986 e a influência de Carlos Nelson Coutinho para a elaboração do princípios éticos**

**fundamentais presentes no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993 no Brasil.** Rio de Janeiro, abr. 2016. [arquivo digital]

**BARROCO, Maria Lúcia S. O processo de reformulação do Código de Ética de 1986 e a influência de Carlos Nelson Coutinho para a elaboração do princípios éticos fundamentais presentes no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993 no Brasil.** São Paulo, jun. 2016. [arquivo digital]

## **APÊNDICES**

<b>APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE B: QUADRO DE ORIENTAÇÕES CNC.....</b>	<b>144</b>

### APÊNDICE A

<b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE</b>	
<b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO</b>	
<b>ORIENTADORA:</b> Dra. Esther Luíza de Souza Lemos	
<b>MESTRANDA:</b> Mabile Caetano Cazela	
<b>OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:</b> Analisar a influência da tradição marxista, particularmente a partir da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho, na construção dos princípios éticos definidos no Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993 no Brasil.	
<b>INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:</b> Roteiro de entrevista	
<b>SUJEITOS DA PESQUISA:</b> Membros da Comissão Técnica da Comissão de Reformulação do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social	
<b>SUJEITO:</b>	<b>Nº DA ENTREVISTA:</b>
<b>DATA DA ENTREVISTA:</b> ____/____/2016	<b>LOCAL:</b>

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual sua participação no processo de reformulação do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social que ocorreu no Brasil no início da década de 1990?
  
2. Como este processo foi desenvolvido, quais dificuldades, potencialidades e quais os pontos mais polêmicos (divergências) do debate? [Lembrar dos Seminário de Ética e do Encontro Nacional em 1991 e 1992]
  
3. Na sua opinião qual o sentido e a importância da definição dos princípios éticos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993?

4. Sabe-se que a relação direta de Carlos Nelson Coutinho com o Serviço Social brasileiro ocorreu a partir de 1986, quando de sua entrada para a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além desta relação, você pode apontar em quais debates, encontros e demais eventos da categoria em que Coutinho esteve presente e que sua intermediação intelectual foi importante para aprofundar e ou/tornar nítida alguma categoria ou conceito no debate no âmbito do Projeto Ético-Político profissional?

5. Enquanto pesquisador/a no campo da tradição marxista, você conhece o trabalho intelectual de Carlos Nelson Coutinho como tradutor e intérprete do pensamento gramsciano e lukacsiano no Brasil. Na sua opinião, de modo geral, qual a importância dessa produção, qual sua relação e influência na formulação dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993?

6. Algumas das categorias centrais presentes no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social de 1993 estão presentes e são trabalhadas por Carlos Nelson Coutinho em sua produção intelectual bibliográfica no período anterior à construção e homologação do deste Código. Neste sentido, você, enquanto sujeito ativo no processo de Reformulação do Código de 1993, consegue identificar (e se consegue, pode explicar), de forma mais específica, a influência de Coutinho para a definição das seguintes categorias:

- a) Cidadania;
- b) Compromisso ético-político;
- c) Democracia;
- d) Ética;
- e) Pluralismo;
- f) Política;

7. Atualmente a expressão “*Projeto Ético-Político*” é uma expressão comum. Na sua opinião, qual a contribuição da tradição marxista, no Brasil representada pela produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho, para a concepção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro?



8. Há algum ponto, no contexto de nossa conversa hoje, sobre o qual não tenhamos falado e que gostaria de mencionar, algum ponto já falado que gostaria de ressaltar, ou ainda, alguma consideração a fazer sobre o tema?

## APÊNDICE B

### QUADRO DE ORIENTAÇÕES CARLOS NELSON COUTINHO – CNC

MESTRADO ESS-UFRJ	
1992	Elaine Marvola Francisco “As comissões de fábrica no Brasil e sua relação com os sindicatos”
1993	Mione Apolinário Sales “Marxismo, ética e socialismo”
1994	Haroldo Baptista de Abreu “A cidadania na sociedade capitalista”
1996	Kátia de Araújo Lima “As especificidades do desenvolvimento capitalista na Amazônia e suas consequências políticas”
	Adriana Fonseca de Azevedo “Serviço Social e marxismo: uma discussão da problemática do indivíduo”
	Rodrigo de Souza Filho “Rumo à democracia participativa? A travessia do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente”
1997	Maria Lúcia Durighetto “A temática dos movimentos sociais e sua incorporação no Serviço Social”
	Leila Escorsim Machado “O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica”

	Ignácio Castro Rojas “A reforma do Estado: o caso argentino”	<b>DOUTORADO ESS-UFRJ</b>
1998	Cristina Simões Bezerra “Cultura e democracia no Brasil”	Giovanni Semeraro* “O conceito de sociedade civil em Gramsci” *Faculdade de Educação da UFRJ
	1999	Ivete Simionatto “Gramsci e o Serviço Social no Brasil”
2000	Érica Terezinha Vieira de Almeida “Revolução ‘pelo alto’ e cidadania no Brasil: uma análise histórica”	Marco A. Mondaini de Souza “Togliatti e a democracia progressiva”  Haroldo Baptista de Abreu “Cidadania, capitalismo e modernidade”
2003	Vanessa Bezerra de Souza “Gênero e marxismo: um estudo sobre suas aproximações”	Jader Reis Meneses “Gramsci e a revolução passiva: racionalidade, historiografia e história”
	2004	Leila Escorsim Machado “O Amauta revolucionário. Uma introdução ao pensamento de J. C. Mariátegui”
	2006	Cristina Paniago “A incontrabilidade ontológica do capital”  Maria Magdala V. de Araujo Silva “Astúcia do capital e corrosão da forma de trabalho”  Mário Henrique Hecksher “Guerreiro Ramos: sociólogo da sociologia nacional”  Maria Norma A. B. Holanda “Alienação e ser social”
	2007	Érica Terezinha Vieira de Almeida “A sociedade civil e seus múltiplos significados no debate contemporâneo: uma leitura gramsciana”  Cristina Simões Bezerra “Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização”
2008	Alejandro Pablo Casas Gorgal “Marxismo e pensamento crítico na América Latina: dependência, integração e crítica das utopias”	Vania Cardoso de Motta “Da ideologia do capital à ideologia do capital social> as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismo hegemônicos da educação para o conformismo”  Larissa Dahmer Pereira

		“Política educacional brasileira e Serviço Social: da confessionalidade ao empresariamento da formação profissional”
	2010	Rodrigo Castelo Branco “O social-liberalismo: uma ideologia para a ‘questão social’ no século XXI”
<b>Total</b>	13 dissertações	15 teses (sendo 14 na ESS-UFRJ)

Informações extraídas do Currículo Vitae, publicado na Revista Praia Vermelha v. 22, n. 2, de 2013.

## ANEXOS

<b>ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>147</b>
--	------------

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ/



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e princípios éticos: a influência da tradição marxista através da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho

**Pesquisador:** MABILE CAETANO CAZELA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 44099415.2.0000.0107

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.179.479

**Data da Relatoria:** 30/07/2015

**Apresentação do Projeto:**

Claro e bem fundamentado. A pesquisadora esclareceu questões pendentes quanto à identificação dos participantes da pesquisa apontadas no parecer anterior

**Objetivo da Pesquisa:**

adequados ao estudo

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Claros e presentes

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante à área do Serviço Social

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

o instrumental de pesquisa foi apresentado e está em consonância com as normas éticas. Sendo assim, todos estão adequados

**Recomendações:**

sem recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

sem pendências

**Endereço:** UNIVERSITARIA

**Bairro:** UNIVERSITARIO

**UF:** PR

**Município:** CASCAVEL

**CEP:** 85.819-110

**Telefone:** (45)3220-3272

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ



Continuação do Parecer: 1.179.479

**Situação do Parecer:**

Aprovado

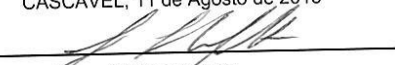
**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

As solicitações feitas foram atendidas pela pesquisadora.

CASCADEL, 11 de Agosto de 2015

  
Assinado por:  
João Fernando Christofoletti  
(Coordenador)

**Prof. Dr. João Fernando Christofoletti**  
Coordenador do Comitê de Ética em  
Pesquisa com Seres Humanos  
Portaria nº 5387/2012 - GRE

Endereço: UNIVERSITARIA  
Bairro: UNIVERSITARIO  
UF: PR Município: CASCADEL  
Telefone: (45)3220-3272

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

## ANEXO A

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

**Título do projeto:** Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e princípios éticos: a influência da tradição marxista através da obra de Carlos Nelson Coutinho

Pesquisador responsável: Mabile Caetano Cazela

Telefone: (45) 9953-2239

Email: mabileccazela@hotmail.com

Convidamos a participar da pesquisa que tem o objetivo de investigar **a influência da tradição marxista e da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho na construção dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, que fundamentam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.** Para tanto, a proposta é realizar uma entrevista com o/a senhor/a, cuja direção envolve, em síntese, perguntas sobre sua participação no processo de reformulação do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e qual a influência da produção intelectual de Carlos Nelson Coutinho para a formulação dos princípios éticos e para a concepção de Projeto Ético-Político.

Caso ocorra alguma forma de descontentamento por sua parte - embora este não seja o intuito desta atividade -, a entrevista a ser realizada poderá ser cancelada a qualquer momento, visto que o/a Senhor/a será parte fundamental desta pesquisa e por isso mesmo precisa ser de seu livre consentimento participar dela. Caso necessite de mais informações e esclarecimentos, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética (45) 3220-3272, que poderá esclarecer dúvidas sobre a pesquisa, bem como com a pesquisadora responsável por meio do contato identificado neste Termo.

É importante lembrar que será resguardado sigilo a todas as informações pessoais coletadas durante a entrevista, como nome, endereço, telefone, *e-mail*, entre outras que forem consideradas necessárias durante o processo da pesquisa. Logo, somente os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa terão contato com tais informações, evitando assim qualquer tipo de exposição, riscos ou qualquer outra situação indesejada.

Após realizada a coleta de dados o conteúdo da entrevista será encaminhado para sua revisão e respectiva autorização quanto a utilização na análise dos dados, quanto à identificação de autoria

Outro ponto relevante é deixar explícito que ao concluirmos a entrevista, a mesma lhe será retornada para que possa ter contato com o conhecimento por ela produzido, no sentido de retribuir ao processo do qual o/a senhor/a é parte essencial.

Assim, deixamos claro que sua participação no processo desta pesquisa não envolve custos ou benefícios monetários ou, ainda, qualquer tipo de remuneração ou gastos.

Por fim, informamos que este **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE** será emitido em duas cópias, sendo uma destinada ao/à entrevistado/a e a outra à pesquisadora.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto.

Nome: \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Eu, **Mabile Caetano Cazela**, declaro que forneci todas as informações do projeto de pesquisa para a dissertação ao/à participante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

